

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**SILVANA SOUZA PERES DE OLIVEIRA**

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
UMA AÇÃO INTERVENCIONISTA NA EMEI CASA DA CRIANÇA–JAGUARÃO/RS**

**Jaguarão  
2016**

**SILVANA SOUZA PERES DE OLIVEIRA**

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
UMA AÇÃO INTERVENCIONISTA NA EMEI CASA DA CRIANÇA–JAGUARÃO/RS**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dr. Ana Cristina da Silva Rodrigues

**Jaguarão  
2016**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S586a Souza Peres de Oliveira, Silvana  
Avaliação institucional na Educação Infantil: uma ação  
intervencionista na EMEI Casa da Criança-Jaguarão/RS / Silvana  
Souza Peres de Oliveira.  
158 p.  
  
Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2016.  
"Orientação: Ana Cristina da Silva Rodrigues".  
  
1. Avaliação Institucional. 2. Qualidade. 3. Educação  
Infantil. I. Título.

SILVANA SOUZA PERES DE OLIVEIRA

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Relatório Crítico-Reflexivo defendido e aprovado em: 29 de agosto de 2016

Banca examinadora:



---

Profa. Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues  
Presidente  
UNIPAMPA



---

Profa. Dra. Juliana Brandão Machado  
UNIPAMPA



---

Profa. Dra. Rachel Freitas Pereira  
UNIPAMPA



---

Profa. Dra. Sueli Salva  
UFSM

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha **FAMÍLIA** que, em momento, algum permitiu que a desmotivação e o cansaço me fizessem desistir de realizar este sonho.

Muito menos, deixar de acreditar que o mundo só será melhor enquanto houver pessoas que acreditam na educação como instrumento de transformação da humanidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer... parece tão simples, mas torna-se difícil quando precisamos fazê-lo, pois por mais que usemos palavras bonitas, não conseguimos expressar toda nossa gratidão aqueles que realmente merecem ouvir um “muito obrigado”.

Agradeço, em primeiro lugar, à Deus, pela vida que me deu e pela oportunidade de partilhá-la com tantos amigos e pessoas especiais.

Ao meu pai Waldemar e minha mãe Lair (in memória), pela educação e pelo encorajamento de sempre lutar para realizar os sonhos.

Às minhas irmãs que me ajudaram a compreender que o fardo é sempre mais leve se partilhado com quem já tem experiência.

Aos meus amores...

O amor é a razão da existência humana. A vocês a quem amo tanto, Renato, Catarina e Lívia, que aceitaram minha falta de tempo, compartilharam dos ideais traçados, incentivaram nos momentos de angústia. Meu muito obrigado pela compreensão e pela confiança depositada em mim.

À professora Arlete que me acompanhou inicialmente nesta caminhada do curso, dedicando tempo, estudos e viagens comigo.

Um agradecimento mais que especial, uma eterna gratidão, à professora Ana Cristina que não mediu esforços para me ajudar, me incentivando, me adotando como sua orientanda no meio da caminhada neste curso e, que partilhou comigo seus conhecimentos e soube ser amiga dando o máximo de si para o meu crescimento e aprendizado. Não há modo de ensinar mais marcante e suave do que o próprio exemplo e você assim o fez! Muito obrigado.

À direção, professores, funcionários e pais dos alunos da Escola Municipal de Educação Infantil Casa da Criança pela participação conjunta neste trabalho. Obrigado a todos pelo carinho, companheirismo e parceria.

Aos professores do PPGEdu UNIPAMPA pelos conhecimentos partilhados, pelas aprendizagens e crescimento profissional.

Aos técnicos administrativos do PPGEdu: Silvia, minha colega, que tantas vezes me manteve informada sobre os prazos, matrículas, etc. E ao Charles pela atenção de sempre.

Aos colegas da turma 2014 só posso dizer que ter partilhado de tantas aprendizagens com vocês me fez crescer como pessoa e profissional.

Como não existe outra palavra que sirva para agradecer, a todos vocês o meu muito obrigado!

## RESUMO

O presente trabalho apresenta o relatório crítico-reflexivo do projeto de intervenção que teve como objetivo contribuir no processo de construção da Avaliação Institucional da EMEI Casa da Criança como instrumento e possibilidade de avanços no planejamento das ações pedagógicas, da gestão e da participação. O processo de construção deste estudo envolveu pesquisa diagnóstica, elaboração, execução e avaliação de um plano de ação que são partes constitutivas de um projeto de intervenção. A metodologia adotada para a pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa envolvendo para a pesquisa diagnóstica estudo do tipo exploratório e entrevista semi-estruturada e para o plano de ação a metodologia de rodas de conversa. Os dados coletados foram analisados com base em uma concepção histórico-crítica de educação a partir da metodologia de análise de conteúdo e análise documental. O plano de intervenção foi organizado em dois momentos, a formação dos profissionais em torno das questões que envolvem a avaliação institucional e a efetivação da avaliação institucional da escola, ambas com o objetivo de sensibilizar o grupo de trabalho bem como a comunidade escolar para a importância do ato de a escola passar por um processo de avaliação institucional. A relevância da pesquisa situa-se no caráter inovador da ação na rede municipal de ensino de Jaguarão e na possibilidade de contribuir com a qualidade da Educação Infantil a partir da utilização da avaliação institucional.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Qualidade; Educação Infantil.



## **ABSTRACT**

This paper presents a critical and reflective intervention project report that aims to contribute in the construction process of the Institutional Evaluation of EMEI Children's House as an instrument and the possibility of progress in the planning of educational activities, management and participation. The construction process of this study involved diagnostic research, development, implementation and evaluation of a plan of action that make part of an intervention project. The methodology used for this survey was based on a qualitative approach, involving diagnostic research, the study of exploratory and semi-structured interviews and for the action plan: round of conversation methodology. The collected data were analyzed based on a historical-critical design education and from the content and document analysis methodology. The intervention plan was organized in two stages, the training of professionals on issues involving institutional assessment and the institutional evaluation itself at school, both in order to sensitize the working group and the school community to the importance for the school going through an institutional review process. The relevance of this research lies in the innovative nature of the action in the Educational Network in Jaguarão city and the possibility of contributing to the quality of early Childhood Education from the use of institutional evaluation.

Keywords: Institutional evaluation; Quality; Child education

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – EMEI Casa da Criança.....	28
Figura 2 – Orientações para atribuição das cores.....	106

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolas que integram o Sistema Municipal de Educação .....	22
Tabela 2 – Nomenclatura das modalidades de oferta de Educação Infantil municipal .....	24
Tabela 3 – Escolas municipais de Educação Infantil de Jaguarão/RS .....	25
Tabela 4 – Roteiro da entrevista .....	49
Tabela 5 - Participantes da pesquisa diagnóstica .....	52
Tabela 6 - Professores e Coordenação Pedagógica .....	53
Tabela 7 – Tempo de atuação no magistério .....	53
Tabela 8 – Tempo de atuação em escolas infantis .....	53
Tabela 9 – Tempo de atuação na EMEI Casa da Criança .....	53
Tabela 10 – Formação dos Recreacionistas .....	54
Tabela 11 – Tempo de atuação dos Recreacionistas em escolas infantis .....	54
Tabela 12 – Tempo de atuação dos Recreacionistas na EMEI Casa da Criança .....	54
Tabela 13 – Formação dos Funcionários .....	54
Tabela 14 – Tempo de atuação dos Funcionários em escolas infantis .....	54
Tabela 15 – Tempo de atuação dos Funcionários na EMEI Casa da Criança .....	55
Tabela 16 – Dados dos pais: turma que os filhos estão matriculados.....	55
Tabela 17 – Dados dos pais: participação no Conselho Escolar.....	55
Tabela 18 – Dados dos pais: tempo que o filho frequenta a escola .....	55
Tabela 19 – Matriz de respostas .....	85
Tabela 20 – Orientações ao coordenador dos grupos de trabalhos.....	106
Tabela 21 – Atribuição das cores .....	108
Tabela 22 – Funcionamento da plenária .....	108
Tabela 23 – Avaliação dos participantes na autoavaliação da escola.....	127

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CF- Constituição Federal

CME- Conselho Municipal de Educação

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

EI- Educação Infantil

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério de Educação e Cultura

PPGEdu - Programa de Pós Graduação em Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SMED- Secretaria Municipal de Educação e Desporto

UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO DA PESQUISA INTERVENÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>2.1</b>	<b>A realidade educacional do município de Jaguarão</b>	<b>21</b>
<b>2.2</b>	<b>A oferta de ensino em escolas de Educação Infantil</b>	<b>24</b>
<b>2.3</b>	<b>O contexto de atuação Profissional</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TÉORICO-CONCEITUAL</b>	<b>31</b>
<b>3.1</b>	<b>A Trajetória histórica da infância e da Educação Infantil.</b>	<b>31</b>
<b>3.2</b>	<b>Concepções pedagógicas e legais da Educação Infantil.</b>	<b>34</b>
<b>3.3</b>	<b>Avaliação Institucional: Compreendendo seu papel na busca por qualidade na Educação Infantil</b>	<b>39</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Refletindo sobre Avaliação Institucional</b>	<b>39</b>
<b>3.3.2</b>	<b>O que temos como parâmetro de qualidade na Educação Infantil?</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>REFERENCIAL METODOLÓGICO</b>	<b>47</b>
<b>4.1</b>	<b>Resultados da Pesquisa Diagnóstica</b>	<b>51</b>
<b>4.1.1</b>	<b>Análise dos Documentos</b>	<b>51</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Caracterização dos participantes das entrevistas.</b>	<b>52</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Análise das entrevistas</b>	<b>56</b>
<b>5</b>	<b>O PROJETO DE INTERVENÇÃO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES</b>	<b>65</b>
<b>5.1</b>	<b>Justificativa da Intervenção.</b>	<b>65</b>
<b>5.2</b>	<b>Contexto e sujeitos da intervenção</b>	<b>65</b>
<b>5.3</b>	<b>Plano de Intervenção</b>	<b>66</b>
<b>5.4</b>	<b>Descrição e análise das ações</b>	<b>68</b>
<b>5.4.1</b>	<b>Os encontros de formação</b>	<b>68</b>
<b>5.4.2</b>	<b>A avaliação Institucional</b>	<b>104</b>
<b>6</b>	<b>AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>	<b>126</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>130</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>133</b>
	<b>ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.</b>	<b>139</b>
	<b>ANEXO B - MATRIZ ANALÍTICA I - ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS.</b>	<b>142</b>
	<b>ANEXO C - TÉCNICA UTILIZADA NA 2ª RODA DE FORMAÇÃO</b>	<b>150</b>
	<b>ANEXO D - IMAGENS DO ARQUIVO PESSOAL</b>	<b>151</b>
	<b>ANEXO E – LISTA DE PRESENÇA</b>	<b>158</b>

## 1INTRODUÇÃO

Começo minhas reflexões neste relatório fazendo referência a minha trajetória pessoal e profissional a fim de que se identifiquem meus interesses e intenções em discutir a temática da Avaliação Institucional na Educação Infantil (EI). Ao longo de minha vida fui passando por diferentes momentos que me fizeram chegar onde estou e que foram importantes nas minhas escolhas e na minha formação profissional.

Minha trajetória de vida e escolar sempre foi muito simples: nasci e me criei em Jaguarão, no bairro Pindorama, onde tive uma infância cheia de alegria e experiências que me fizeram uma criança feliz. Venho de uma família simples, a menor de quatro irmãos. Meu pai pedreiro, minha mãe doceira, mas que sempre nos ensinaram que a maior herança que os pais deixam aos filhos são a educação e o estudo. Minha mãe sempre quis ser professora e, infelizmente não teve a oportunidade de dar continuidade em seus estudos, mas nos incentivava a estudar. Assim dos seus quatro filhos, três hoje seguem a carreira do magistério, ambas funcionárias públicas municipais.

Aos cinco anos de idade ingressei na minha vida escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pagliane para cursar a Pré escola, onde fui aluna da minha tia. Após este ano de Educação Infantil, fui transferida de escola para estudar mais próximo de casa na EMEF Manoel Pereira Vargas, pois a distância para ser levada a escola dificultava a organização da família, onde concluí o Ensino Fundamental.

Naquele momento da minha vida fazer o magistério não era minha intenção e, como Ensino Médio cursei o Técnico em Contabilidade no Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas, concluindo em 1996. Minhas irmãs mais velhas que já eram professoras trabalhavam, uma no município com pré-escola e, a outra, na Escola Infantil Branca de Neve e, acredito que foi aí, que surgiu minha paixão pela Educação Infantil e profissão. Como já havia concluído o Ensino Médio e não trabalhava passei a ajudá-las em atividades específicas com as crianças, auxiliando na organização de apresentações, nas formaturas, até que fui convidada a trabalhar na mesma escolinha particular como auxiliar de turma, fiquei lá por dois anos.

Após um tempo de outras experiências profissionais decidi cursar o Normal com Aproveitamento de Estudos, momento em que optei pelo magistério. Foi ai que me enxerguei professora e decidi que era essa a profissão que queria seguir. Neste período foram muitas experiências, em diferentes turmas, de pré-estágio, estágio, observações que me levaram, a partir de algumas inserções, a ser convidada a trabalhar na Escola Particular Nelson Wortmman, onde desempenhei diferentes tarefas como estagiária, auxiliar de turma, de supervisão e de secretaria, até chegar à função de professora.

Neste período, casei, me tornei mãe, prestei o primeiro vestibular para a UNIPAMPA e ingressei na primeira turma do Curso de Pedagogia deste Campus. Aqui tomo uma decisão importante da minha vida profissional, pois não conseguindo conciliar trabalho, estudos e filhos, optei por sair da escola e me dedicar à universidade. Conclui o curso de Pedagogia em 2010 e, neste mesmo ano, presto concurso para o município para professora de EI.

Minha nomeação ocorreu em 2012 e passei a compor a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, onde atuei como coordenadora pedagógica.

Com muita humildade e orgulho retornei à sala de aula, para fazer o que mais me dá prazer e passei a atuar desde o ano de 2014 na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Casa da Criança, onde descobri que realmente minha paixão é educar os pequenos, intercalando momento de cuidado, carinho e amor aos momentos educativos.

Ingressei no mestrado com uma outra proposta de projeto, mas que após algumas circunstâncias do curso me fizeram trocar de temática.

Desde que cheguei na EMEI Casa da Criança, observei que havia uma grande procura por vagas, onde a mesma, infelizmente não consegue atender a demanda. Tal procura talvez ocorra porque, além da localização da escola, o grupo de trabalho tem uma dinâmica diferente onde a preocupação com as crianças é primordial.

Foi a partir destas observações que surgiu minha nova temática e interesse de pesquisa, na qual busco saber quais são as práticas de avaliação do trabalho institucionalizadas na escola? Como pais, professores e

funcionários avaliam o trabalho realizado pela escola? De que forma contribuem para sua melhoria?

Conversando com minha orientadora definimos que para responder tal questão seria importante que a escola passasse por um processo de Avaliação Institucional, onde professores, funcionários e comunidade escolar possam avaliar o trabalho e aspectos estruturais, visando qualificar ainda mais o trabalho desenvolvido pela instituição.

A temática da pesquisa surge também por ter estado, como membro titular do Conselho Municipal de Educação (CME) do ano de 2013 a 2015, e, tendo participado do processo de elaboração e aprovação do 1º Plano Municipal de Educação de Jaguarão. No Plano se abre a perspectiva da criação de um sistema municipal de avaliação que vise avaliar os processos educacionais no sistema municipal de ensino e, por isso a necessidade da realização de um projeto, quem sabe piloto, e na Educação Infantil de Avaliação Institucional para dar um pontapé inicial na criação de uma cultura de avaliação nas escolas municipais.

Nessa perspectiva, é que surgiu a pesquisa Avaliação Institucional na Educação Infantil que possibilitou traçar os seguintes objetivos:

#### **Geral:**

- Contribuir no processo de construção da Avaliação Institucional da EMEI Casa da Criança como instrumento e possibilidade de avanços no planejamento das ações pedagógicas, da gestão e da participação.

#### **Específicos:**

- Propor a participação da comunidade escolar no processo de avaliação institucional.
- Identificar nos documentos da escola de que forma se manifestam recomendações constantes na legislação nacional vigente, relativas à avaliação e indicadores de qualidade.
- Identificar como vem sendo organizada a proposta pedagógica da escola, bem como os princípios e procedimentos adotados pelas



equipes gestoras da escola e da Secretaria Municipal de Educação e Desporto na implementação da mesma;

- Reconhecer e analisar como está sendo a participação da comunidade escolar no planejamento e na avaliação das ações realizadas pela escola, bem como a compreensão da comunidade a respeito dos processos avaliativos;
- Instrumentalizar a comunidade escolar para a realização e a legitimação da avaliação institucional como instrumento de expressão dos processos pedagógicos;
- Sensibilizar o grupo de trabalho bem como a comunidade escolar para a importância do ato de a escola passar por um processo de avaliação institucional;
- Qualificar o quadro docente e conselho escolar para que busquem legitimar e/ou qualificar o atendimento oferecido na escola a partir de resultados concretos da avaliação institucional.

Nesta perspectiva, busco nas palavras de Melchior (2004) uma forma de justificar a proposta de pesquisa/intervenção.

A instituição escolar se caracteriza como uma unidade funcional de planejamento, implementação e avaliação que inclui metas e objetivos a serem alcançados, fazendo-se necessário o questionamento sobre o resultado dos mesmos. É através do processo avaliativo que se toma conhecimento de como está se desenvolvendo o trabalho, se as propostas estão sendo alcançadas, se o ritmo está adequado. Portanto, a avaliação institucional é essencial para se conhecer e melhorar o que se faz. O sucesso será maior se os envolvidos assumirem como os gestores o compromisso com as mudanças através de reflexão conjunta e da auto avaliação, desenvolvendo desta forma sua autonomia para aprimorar-se (MELCHIOR, 2004, p.185).

Concordando com a autora, acredito nas possibilidades de avanço a partir da avaliação institucional para que o ambiente escolar possa se qualificar numa perspectiva de avanço educacional.

Debatemos muito sobre o papel da educação e dos educadores como formadores de pessoas que tenham condições de pensar e agir na perspectiva de ressignificar o contexto social em que se encontram, mas na maioria das

vezes não damos o verdadeiro espaço para que estes educadores avaliem e participem nas decisões da escola. Como se sentir parte de um grupo escolar e profissional se não nos é dada a oportunidade de conhecermos melhor aquilo que nos propomos a fazer?

É com esse propósito que busquei formular um projeto de intervenção pedagógica que pudesse dar vez e voz a um grupo de pessoas que estão intrinsecamente envolvidos como professores, funcionários e comunidade escolar, mas que na maioria das vezes não opinam, não avaliam o porquê das coisas não darem certo, nem mesmo avaliam e discutem o que deu certo.

A dinâmica de trabalho e atendimento aos alunos das escolas municipais de educação infantil em Jaguarão precisa ser repensada, porque continuamos reproduzindo discursos prontos e estes espaços que são educativos e escolares, ainda são vistos como espaços para que os pais deixem seus filhos enquanto trabalham.

Precisamos sim criar possibilidades para que educadores e educadoras repensem seu espaço de trabalho e atuação, suas ações pedagógicas e se permitam construir práticas em saberes sociais para que eles mesmos possam se reconhecer como sujeitos transformadores no seu próprio processo de formação.

Penso que ao se tratar de avaliação institucional da Educação Infantil abre-se um grande leque de questões que devem ser constantemente avaliadas para que se possa qualificar a atuação e para planejar as ações futuras, tais como a prática pedagógica, o espaço físico, os saberes e os fazeres em Educação Infantil, o papel do gestor, bem como a gestão democrática e participativa de toda a comunidade escolar.

A proposta de trabalho vem contribuir para que possamos buscar estratégias de ressignificação da escola infantil, por isso pensei em contribuir com a elaboração de momentos de reflexão através da intervenção pedagógica no meu espaço de trabalho para dar voz e deixar que as falas dos profissionais, pais e comunidade escolar ecoem e estejam refletidas na proposta de um plano de ação construído a partir das falas e dos anseios daqueles que se envolvem diretamente com a Educação Infantil.

O projeto de Intervenção foi organizado a partir da pesquisa diagnóstica onde utilizei como procedimentos para a coleta de dados a análise documental da documentação existente na escola e entrevistas semi estruturadas com o corpo docente, funcionários e pais de alunos.

Foi a partir da sistematização dos dados coletados e gerados no estudo diagnóstico que me possibilitou a elaboração de um Plano de Ação segundo Barbosa e Moura (2012) contemplando as temáticas de maior relevância no planejamento das atividades previstas para os tempos-espços de formação e para a efetivação da auto avaliação.

A proposta foi pensada com duas grandes ações: uma a oferta de espaços de formação nos quais foram abordados temas de relevância para a qualidade da oferta de EI e visou, entre outras finalidades, sensibilizar o grupo para a necessidade de pensar uma escola com uma história própria. E a segunda, a realização da avaliação institucional com o objetivo avaliar a instituição onde representantes da comunidade escolar tivessem a possibilidade de se posicionarem em relação as ações da escola.

Cabe ressaltar que o Plano de Ação foi desenvolvido na EMEI Casa da Criança com os profissionais que se sentiram motivados a participar dos momentos propostos.

No que segue, apresento o estudo organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo faço a apresentação do “Contexto a qual foi desenvolvida a pesquisa intervenção”.

No segundo capítulo apresento o “Referencial Teórico Conceitual” deste relatório que busca à luz da literatura refletir sobre a Avaliação Institucional, suas contribuições para a EI numa perspectiva de qualificar o trabalho nestas instituições. Este foi dividido em dois grandes subtemas: as instituições de EI no Brasil onde destaco a trajetória histórica da infância e o surgimento destas instituições, até chegarmos a uma organização pedagógica e legal para esta etapa da Educação Básica e, a avaliação institucional na EI refletindo sobre o porquê e para que se utilizar deste instrumento de auto avaliação na perspectiva da qualidade.

Já no terceiro capítulo, apresento o “Referencial Metodológico” que norteou o projeto de intervenção.

O quarto capítulo descreve o “Projeto de Intervenção”, sua organização, a descrição e a análise das ações desenvolvidas neste.

No quinto e último capítulo intitulado “Avaliação do Plano de Ação”, busco apresentar, a partir das ações realizadas, a avaliação da ação e as perspectivas que surgiram com esta ação.

E, nas “Considerações Finais”, anuncio as lições apreendidas na participação desta importante ação junto ao meu espaço de atuação, bem como apresento, sucintamente, as contribuições deste momento de formação junto ao PPGEduc a qual busquei ir de encontro aos objetivos do programa onde atuar no próprio espaço de trabalho educacional requer percorrer o seguinte ciclo: diagnosticar, refletir, planejar, executar e avaliar as ações implementadas para conseguir recomeçar e seguir neste ciclo.

## **2 CONTEXTO DA PESQUISA INTERVENÇÃO**

Neste capítulo apresentarei o contexto em que se insere a pesquisa intervenção. O capítulo foi dividido em três subcapítulos onde descreverei no 2.1 a realidade educacional do município de Jaguarão, no 2.2. a oferta de ensino em escolas de Educação Infantil e, no 2.3. o contexto de atuação Profissional, local onde se realizaram a pesquisa e as ações da intervenção pedagógica.

### **2.1 A realidade educacional do município de Jaguarão**

A cidade de Jaguarão fica localizada na metade sul do Rio Grande do Sul em um território constituído pelo distrito sede e quatro distritos rurais.

O município de Jaguarão situa-se no extremo meridional do Brasil, na fronteira com a República Oriental do Uruguai.

Quanto à organização educacional, a cidade possui Sistema Próprio de Educação a partir da aprovação da Lei nº 5.663 de 28 de dezembro de 2012.

A rede municipal é composta por 385 professores e 2300 alunos, sendo que na Educação Infantil atuam 35 professores em atendimento a 400 alunos.

Outro fator de extrema importância é a efetivação e participação do Conselho Municipal de Educação que é muito atuante e foi o principal articulador nas ações do Plano Municipal de Educação (PME) aprovado, por unanimidade pelos vereadores, a partir da Lei nº 6.151 de 25 de junho de 2015.

Em relação à história da educação no município, O PME destaca que:

[...] quando se firma a aristocracia rural e urbana, esta cuida de contratar professores para as primeiras letras dos seus filhos. Por extensão, chama afilhados e filhos de capatazes para juntos melhor aproveitarem estes serviços. Geralmente essa iniciativa passava pelas esposas dos mesmos, já que se tratava de educação inicial e logo que o município passou a expandir as suas ações na criação de vagas, manutenção e contratação de professores, estas escolas rurais foram entregues ao domínio e custeio público (JAGUARÃO, 2015, p. 7).

Atualmente, o município conta com um Sistema Municipal de Educação que é composto por sete escolas de Ensino Fundamental completo urbanas, cinco escolas de Ensino Fundamental incompleto do campo, uma escola de Educação Básica do

campo, uma escola de Educação Especial e sete escolas municipais de Educação Infantil.

Além disto, fazem parte do Sistema Municipal de Educação as escolas da rede estadual e privadas de Educação Infantil.

Os dados apresentados abaixo são dados retirados a partir do diagnóstico coletado para o PME e que de acordo com estes dados foram traçadas as metas e estratégias para a educação no município.

**Tabela 1 – Escolas que integram o Sistema Municipal de Educação**

<b>Escolas Municipais de Educação Infantil</b>
EMEI Bolinha
EMEI Casa da Criança
EMEI Cebolinha
EMEI Pato Donald
EMEI Pedacinho do Céu
EMEI Prof <sup>a</sup> . VerdinaRaffo
EMEI Prof <sup>a</sup> . Silvia Beatriz Ferreira Soares

<b>Escolas Municipais de Ensino Fundamental – Urbanas</b>
EMEF Ceni Soares Dias
EMEF Dr. Fernando Corrêa Ribas
EMEF Gen. Antonio Sampaio
EMEF Mal. Castelo Branco
EMEF Manoel Pereira Vargas
EMEF Marcílio Dias
EMEF Padre Pagliani

<b>Escolas Municipais de Ensino Fundamental – Rurais</b>
EMEF Barão do Rio Branco
EMEF Dona Beloca Dutra Baltar
EMEF Dr. Alcides Pinto
EMEF Dr. João Azevedo
EMEF Pompílio Almeida Neves
EMEB Lauro Ribeiro

<b>Escola Particular</b>
Colégio Nelson Wortmann

<b>Escolas Estaduais</b>	<b>Abrangência</b>
Col Est Carlos Alberto Ribas	Ensino Fundamental e Médio
Esc. Est. De Ens. Fund. Dr. Alcides Marques	Ensino Fundamental
Esc. Est. De Ens. Fund. Dr. Manoel Amaro Jr	Ensino Fundamental
Esc. Est. De Ens. Fund. Hermes Pintos Affonso	Ensino Fundamental
Esc. Est. De Ens. Fund. Joaquim C. da Silva	Ensino Fundamental
Esc. Est. De Ens. Fund. Pio XII	Ensino Fundamental
Inst. De Educ. Espírito Santo	Ensino Fundamental e Médio

<b>Escolas Estaduais de Ensino Fundamental – Rural</b>
Esc. Est. De. Ens. Fund. Maria Quitéria
<b>Escola de Educação Especial</b>
Escola Especial José Luis Piúma

<b>Instituições de Educação Infantil Particulares</b>
Escola Infantil Brincar e Aprender
Jardim de Infância Coração Pequeno
Centro Educacional Branca de Neve
Centro de Recreação Chapeuzinho Vermelho
Escola Infantil Cantinho do Saber
Escola Infantil Pequeno Mundo
Centro de Recreação Infantil Turma do Mickey
Escola de Educação Infantil Luluzinha

<b>Escola de Educação Infantil Filantrópica Conveniada</b>
Creche Nosso Lar (Sociedade Espírita Fé, Esperança e Caridade)

Fonte: Plano Municipal de Educação – Lei nº 6.151 de 25 de junho de 2015.

O município conta ainda com a UNIPAMPA, uma Universidade Pública Federal há 10 anos instalada na cidade que vem comprometendo-se a cada dia mais com a proposta de qualificar os processos educacionais na educação básica municipal e estadual, bem como com a formação profissional dos professores do sistema e da região.

Também conta com um campus avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-grandense (IFSUL), tendo suas atividades iniciadas no município em 2014, onde está com suas instalações em construção e vem

desenvolvendo suas atividades, provisoriamente, junto aos espaços da UNIPAMPA e do Instituto de Educação Espírito Santo.

Com toda essa realidade educacional pode-se afirmar que o município de Jaguarão vem crescendo gradativamente para garantir uma educação pública e de qualidade para seus habitantes, visando alavancar com o desenvolvimento da cidade a partir da educação.

## 2.2A oferta de ensino em escolas de Educação Infantil

As Escolas Municipais de Educação Infantil estão organizadas, de acordo com o que nos mostra a tabela abaixo, dentro das especificações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que explicita no art. 30, capítulo II, seção II a qual apresenta a oferta de educação Infantil em: I - creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos, bem como pela Lei Municipal nº. 6041 de 06 de outubro de 2014. Nesta perspectiva a Educação Infantil da rede municipal se organiza com estas nomenclaturas:

**Tabela 2 – Nomenclatura das modalidades de oferta de Educação Infantil municipal**

<b>NOMENCLATURA DA TURMA</b>	<b>FAIXA ETÁRIA COMPREENDIDA</b>
Creche I	zero e 22 meses
Creche II	22 meses e 03 anos
Pré-Escola I	Entre 03 anos e 04 anos
Pré-Escola II	Entre 04 anos e 05 anos
Pré-Escola III	05 anos (até 31 de Março do ano da matrícula)

**Fonte:** Lei nº. 6041 de 06 de outubro de 2014 (JAGUARÃO, 2014).

Ainda, conforme dados extraídos do Censo Escolar 2015, a oferta de ensino municipal em Escolas de Educação Infantil, está organizada da seguinte forma:



Tabela 3 – Escolas municipais de Educação Infantil de Jaguarão/RS

Nº	E.M.E.I.	LOCALIZAÇÃO	OFERTA	Nº ESTUDANTES	DE Nº PROFESSORES/ RECREACIONISTAS/ FUNCIONÁRIOS
1.	Casa da Criança	Centro	Crechel, Creche II, Pré I, Pré II.	77	07 04 02
2.	Bolinha	Carvalho	Pré I, Pré II.	45	02 01 02
3.	Profª. VerdinaRaffo	Bela Vista	Creche I, Creche II, Pré I, Pré II.	44	7 2 2
4.	Profª. Silvia Beatriz Ferreira Soares	Kennedy	Crechel, Creche II, Pré I, Pré II.	120	17 7 7
5.	Pedacinho do Céu	Cerro da Pólvora	Pré I, Pré II.	38	5 4 2
6.	Pato Donald	Vencato	Pré I, Pré II.	25	3 2

					2
7.	Cebolinha	Pindorama	Pré I, Pré II.	49	3 3 2

Fonte: Censo Escolar (INEP, 2015).

Ao analisar o quadro acima retirado do Censo Escolar 2015 podemos observar que das sete Escolas Municipais de Educação Infantil do município, apenas três oferecem atendimento em creche para crianças da faixa etária de zero a seis anos.

Outro aspecto relevante é que, embora nem todos os bairros possuam uma EMEI, a localização destas nos sete bairros atendem a necessidade da população pela proximidade entre eles.

No entanto, podemos observar que nas EMEIS os alunos são matriculados até o Pré II, ou seja, turmas de 4 anos, não atendendo as crianças da faixa etária de 5 a 6 anos. Estes alunos são matriculados nas turmas de Pré III que funciona dentro das estruturas das Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

O município conta ainda com duas escolas do Programa Proinfância, uma localizada no bairro Kennedy, inaugurada em 25 de novembro de 2015 que acolheu os alunos e funcionários da EMEI Sementinha e mais um significativo número de crianças na faixa etária entre 0 (zero) a 5 (anos) dos bairros Kennedy, Indianópolis I e II, Vitor Hugo Rosa e Germano, pois a mesma possui capacidade para atender aproximadamente 200 crianças. E, outra em construção, localizada no bairro Carvalho, que acolherá futuramente os alunos da EMEI Bolinha e mais um significativo número de crianças em idade de escolarização infantil daquela região.

No ano de 2014, em 06 de outubro, o município teve instituída a Lei nº 6041, que organiza e regulamenta a oferta de Educação Infantil da rede municipal de ensino (JAGUARÃO, 2014).

Esta lei tramitou na Câmara Municipal e foi aprovada por unanimidade pelos vereadores e sancionada pelo prefeito municipal na referida data de sua aprovação.

No contexto de construção do Plano Municipal de Educação muitas foram as discussões acerca da organização e melhorias voltadas às escolas de Educação Infantis do município. Muitos foram os ganhos que tivemos a partir das estratégias

traçadas para avançar ainda mais com a qualidade na oferta nesta modalidade de ensino.

Penso que o PME será um divisor de águas no que tange a melhoria, qualidade e desenvolvimento educacional na EI municipal, pois prevê ações importantes como as seguintes estratégias da meta 1 que é:

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil para as crianças de quatro a cinco anos e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PME.

Garantir a partir do primeiro ano de vigência deste plano a ampliação de vagas através da utilização das escolas de ensino fundamental e regulamentação das escolas de Educação Infantil.

Garantir espaços de formação inicial e continuada para os profissionais que atuam na Educação Infantil Municipal e Particular;

Respeitar o número de alunos por professor e o espaço físico conforme a legislação em vigência.

Implantar um sistema de classificação de turmas por idade respeitando as especificidades estruturais asseguradas no Regimento e no PPP (Projeto Político Pedagógico) de cada escola;

Garantir a construção dos Planos de Atividades da Educação Infantil, bem como sua revisão com periodicidade anual.

Garantir que todas as Escolas de Educação Infantil Municipal e Particular em funcionamento estejam credenciadas pelo CME (JAGUARÃO, 2015, p. 23).

### **2.3 O contexto de atuação Profissional**

A EMEI casa da Criança, localizada a rua General Câmara, 952, bairro Centro da cidade de Jaguarão, é uma das escolas de Educação Infantil municipais mais antigas da cidade.

**Figura 1 – EMEI Casa da Criança**

Fonte: Arquivo pessoal.

A escola, de acordo com informações adquiridas na Secretaria Municipal de Educação e documentada por Regina Pólvora, Assistente Social responsável pela organização destas instituições na época, foi a primeira escola infantil do município, inaugurada como Unidade de Preparação ao Pré Escolar (UPPE), no dia 11 de novembro de 1974. A UPPE foi instalada na cidade com o apoio e convênio do município com a Legião Brasileira da Assistência (LBA).

Consta como informação e nos relatos destas pessoas, que sua fundadora teria sido a Sra. Tânia Fonseca, filha do prefeito da época, Sr. Darnô Fonseca. Além de fundadora ela também foi coordenadora da instituição e muito contribuiu para que a mesma tivesse continuidade.

Na época, a instituição atendia cerca de 30 crianças com idades entre três e seis anos, idade mínima para ingresso e máxima para permanência.

O prédio era um chalé, que, após alguns anos, foi sendo reformado e transformado em alvenaria.

Atualmente a escola possui quatro salas de aula, um refeitório amplo, uma cozinha, uma sala para coordenação, um banheiro de uso infantil, um banheiro de uso adulto, um banheiro com chuveiro para uso do berçário, um escovódromo, um fraldário, um almoxarifado e pátio com pracinha. A equipe de profissionais é

composta, atualmente por sete professores (seis em sala de aula e um na coordenação), quatro recreacionistas, seis estagiários e duas funcionárias.

Neste contexto a escola possui 88 matrículas<sup>1</sup> em turmas denominadas como creche I (alunos de 0 a 22 meses), creche II (alunos de 23 meses aos 3 anos), Pré I (alunos de 3 a 4 anos) e Pré II (alunos de 4 a 5 anos) nos turnos matutino e vespertino, sendo que deste número total, 11 em turno integral.

Hoje a EMEI Casa da Criança é uma das escolas com maior procura de vagas no município. No meu ponto de vista e, a partir de relatos de alguns pais que procuram por vagas na escola, os fatores são os seguintes: centralidade da escola, a oferta de creche I e II, a estrutura, o cuidado e beleza do/com o prédio, bem como a propagação de um trabalho pedagógico especializado que vem sendo oferecido pelos profissionais desta escola aos alunos que por aqui passam.

A EMEI Casa da Criança possui um quadro de profissionais muito dedicados e que se responsabiliza pelas atividades no sentido de mobilizar saberes específicos desta faixa etária. Também, a escola é uma das três EMEI's do município que está vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência (PIBID) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIPAMPA.

O projeto do PIBID para a EI intitulado Letramento e Educação Infantil tem como objetivo inserir as crianças de zero a cinco anos em um universo letrado. Tem como coordenadora a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patricia Moura e supervisão da Prof<sup>a</sup>. Debora Sanes, coordenadora da escola. O quadro de bolsistas é composto por 6 alunos efetivamente matriculados no curso de Pedagogia que desenvolvem atividades de contação de histórias, dramatizações, linguagem, matemática e arte através de suas inserções em sala com atividades adequadas a faixa etária de cada turma.

Outro diferencial da escola é a efetivação da participação democrática da comunidade escolar através do conselho escolar que está organizado a partir de agosto de 2014 com a efetivação deste conselho através da eleição pelos seus pares.

A EMEI Casa da Criança possui um Projeto Político Pedagógico (PPP) próprio, que prevê um trabalho voltado para a Pedagogia de Projetos

---

<sup>1</sup> A EMEI Casa da Criança possui 88 matrículas nos turnos manhã e tarde, sendo que 11 dessas matrículas são em tempo integral, totalizando 77 crianças atendidas. A escola contabiliza as matrículas por turno e não por aluno.

Interdisciplinares com as turmas na qual atende. Este PPP segundo informações de professores e SMED foi construído por alguns professores que se reuniam em espaços fora do ambiente escolar para organizá-lo. O mesmo passou pela aprovação dos pais em uma reunião pedagógica de entrega de pareceres dos alunos ao final do segundo trimestre letivo do ano de 2013. Este documento também de acordo com informações recebidas pela SMED ainda não possui a aprovação do CME.

### **3REFERENCIAL TÉORICO-CONCEITUAL**

No presente capítulo abordarei o referencial utilizado na fundamentação teórica da pesquisa.

Este capítulo divide-se em dois grandes subcapítulos. O primeiro descreverá As instituições de Educação Infantil no Brasil, a partir da trajetória histórica da infância e da Educação Infantil e nas concepções pedagógicas e legais da Educação Infantil. E o segundo que tratará da Avaliação Institucional – Compreendendo seu papel na busca por qualidade na Educação Infantil subdividido em uma reflexão sobre Avaliação Institucional e o que temos como parâmetro de qualidade na Educação Infantil.

#### **3.1 A Trajetória histórica da infância e da Educação Infantil.**

Historicamente as concepções de infância foram sofrendo transformações no sentido de conhecê-las e buscar cada vez mais adequar às propostas voltadas à educação das crianças na perspectiva de qualificar as propostas institucionais.

O termo infância etimologicamente é formado pela negação do termo in-fans, ou seja, não falar. Segundo Didonet (2001) a expressão infante significa aquele que não fala, entendida a infância então como o período de vida na qual a criança não tem direito a se expressar.

Pode-se afirmar ancorado nos estudos de Philippe Ariés que o conceito de infância passou por uma construção social e, no decorrer dos últimos séculos, a história nos mostra que foram surgindo diferentes concepções de infância.

Ariés (1981) em seu livro “A história social da Infância e da família” relata que até o século XVI não existia nenhuma consciência sobre as particularidades do universo infantil. Primeiramente, a criança era vista como um adulto em miniatura e tinha centrado na mãe e na família o cuidado e sua educação.

O referido autor ainda afirma que a infância, até então, basicamente se ancorava pelo abandono, pobreza e caridade. No entanto, atender crianças, significava precariedade, não existia, por parte da população em geral, o sentimento de cuidado, zelo ou “paparicação” (Ariés, 1981), pois as famílias entendiam que se uma criança não vivesse, viriam outras para substituí-las.

Já pelos séculos XVII, na Europa, a criança passou a despertar um novo sentimento onde se atribuía a ela certa visão romantizada, de indefesa, inocência, e de que necessitava de cuidados e proteção.

De acordo com Ariés (1981, p. 11),

(...) a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito de muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantidas à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio.

A partir do século XIX e XX a infância começa, lentamente, a ocupar um lugar de importância para a família e sociedade. Foi a partir daí que se busca pensar sobre lugar, tempos, espaços e cuidados especiais. Pode-se afirmar a partir dos mesmos estudos de Ariés (1981) que é nesse período que começa a se delinear ao que temos hoje em termos de educação das crianças, mas ainda com muitos avanços a serem conquistados.

Em consequência dessa mudança na concepção de infância é que começam a surgir as primeiras instituições que se destinavam a atender crianças pequenas para serem cuidadas e zeladas, pois na sua maioria eram crianças órfãs, abandonadas ou filhos de participantes da guerra e de movimentos migratórios. Conta a história que estas instituições datam da primeira metade do século XIX na Europa e a partir de 1870, no Brasil.

Por outro lado, Kuhlmann Jr. (1998) relata que com a vinda dos jesuítas ao Brasil, onde catequisavam as crianças indígenas, esse sentimento de infância não aparece registrado em lugar algum.

Esse mesmo autor afirma que esse sentimento de infância só passa a ser construído da classe mais alta e gradativamente chega as populações de classes populares.

Kuhlmann Jr. (1998), em seus estudos sobre a infância afirma que muitos estudiosos contribuíram para o avanço na construção do conceito de infância, mas em especial Froebel que ficou conhecido como o criador dos jardins de infância na Alemanha em 1840. Pedagogo que enfatizava a importância dos jogos e do brincar para o desenvolvimento infantil e, por liderar, um trabalho pedagógico para crianças em agrupamentos para diferentes faixas etárias.



Já no Brasil, as manifestações sobre infância surgem no final do século XIX com a crescente industrialização e urbanização dos grandes centros da sociedade (KUHLMANN JR., 1998). Neste período, começam a surgir as primeiras instituições de Educação Infantil especificamente para que as mães operárias pudessem ter onde deixar seus filhos para trabalharem nas fábricas. Isso acontece por volta do ano de 1870, onde nesse período e nos anos seguintes, aconteceram tentativas de criação dos jardins de infância para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, na maioria particulares para que se pudessem ensinar os bons costumes daquela época às crianças da sociedade.

O termo creche na sua essência, conforme Kuhlmann Jr(2000) passou a ser utilizado para definir o espaço onde seriam deixadas as crianças, foi associado ao termo asilo da primeira infância, pois a ideia surge como um lugar ou espaço para cuidar de crianças pobres, mais especificamente as que haviam sido abandonadas na roda dos expostos ou filhos (libertos pela lei do ventre livre) dos escravos<sup>2</sup>.

O termo creche, de acordo com Abramowicz (1999) é de origem francesa e significa “manjedoura”, ou seja, lugar onde crianças são acolhidas e que necessitam de cuidado e assistência.

Só em 1930 que o atendimento em creche e pré-escolas passa a contar com a participação do poder público, pois havia a necessidade de efetivamente as mães trabalhadoras deixarem seus filhos.

Neste período cabe dizer que a educação para as crianças era compensatória e assistencialista baseando-se apenas no cuidado com a higiene, alimentação e saúde, pois a creche surgiu com o objetivo de atender as necessidades de uma sociedade que partia para o mundo do trabalho e que precisava de um lugar para que seus filhos permanecessem em segurança e atendidos nas suas necessidades imediatas.

Ressalta-se também que essa conquista é fruto das lutas sindicais e movimento operário da época (OLIVEIRA, 2002).

O mesmo autor descreve pontualmente as ações que foram se disseminando pela sociedade brasileira em torno deste sentimento de proteção à infância e com

---

<sup>2</sup> Para mais informações, ver o texto de Marcílio (1997) intitulado: “Roda dos Expostos: Primeiro programa de assistencialismo a criança abandonada no Brasil colonial”.

isso começam a surgir vários institutos, fundações e associações com o objetivo e até mesmo o sentimento de atender crianças em idade de creches e maternais.

Já no século XX acontece o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância onde eram enfatizados nas discussões do evento o papel da mulher como cuidadora e detentora do dever de tratar das crianças com educação, cuidado e zelar pela higiene e saúde.

Ainda sobre esse período da história da Educação Infantil, Kuhlmann Jr. (2000) afirma que as creches eram subordinadas aos órgãos de saúde pública ou de assistência e que os jardins de infância eram particulares.

Muitos foram os fatores que levaram a sociedade civil e os órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de 0 a 6 anos fosse amplamente reconhecido. E, com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que em seu texto reconhece a Educação Infantil como direito da criança e não mais da mãe ou do pai trabalhador é que passam as creches e pré-escolas a terem legalidade como dever do estado e direito da criança (art. 208, inciso IV), direito esse que é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, (BRASIL, 1996) como primeira etapa da educação básica.

E o que dizer sobre as instituições escolares? Qual é o cenário em que se insere a escola? Após longos anos de lutas e conquistas acerca da Educação Infantil pode-se dizer que é na escola que as crianças iniciam sua caminhada escolar, mas não pode se permitir que a criança ao entrar na escola deixe de ser criança e passe somente a ser aluno. É lá, na escola de Educação Infantil que devem acontecer os encontros, o deixar criar, o deixar ser, o deixar fazer, as aprendizagens, o lúdico e as experiências criativas próprias da infância.

Sacristán (2005) afirma que é na infância que a criança vive a oportunidade de ser pequeno na família e na escola, e para que essas características infantis pudessem ser respeitadas e valorizadas na escola é que se ampliam as discussões acerca da EI enquanto direito das crianças para que tenham acesso e permanência em espaços qualificados de aprendizagens e relacionamentos. E é nesse sentido que surge a legislação e políticas educacionais para esta etapa educacional.

### **3.2 Concepções pedagógicas e legais da Educação Infantil**

Já podemos observar as transformações que foram acontecendo ao longo da história no que tange as concepções acerca da Infância e os modelos de instituições que foram se constituindo para atender as crianças de 0 a 6 anos.

Nos últimos anos a oferta de EI vem sofrendo transformações e adequações, pois a sociedade passou a tomar consciência da importância da escola nesta fase da infância, bem como da necessidade de qualificar tanto o atendimento a nível pedagógico, como os espaços onde as crianças estão sendo atendidas educacionalmente.

Todos estes acontecimentos ao longo da história da educação que culminaram em conquistas e legislação específicas para aEI, pois historicamente, sabemos que a formalização da educação para essa faixa etária de 0 a 6 anos não era prioridade.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988 a qual aponta que a EI passou a ser dever do estado e direito das crianças e que esta fase educacional passa a ser de responsabilidade da educação, é que se passa a entender que havia a necessidade de espaços próprios e com adequações específicas para educar a criança independente da classe social em que se encontrasse.

A CF ainda, no inciso IV do artigo 208, afirma que o dever do Estado com educação será efetivado mediante garantia de “(...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). Com a inclusão da creche no capítulo da Educação, a Constituição explicita a função eminentemente educativa da mesma, à qual se agregam as ações de cuidado. Por sua vez o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), no capítulo IV, Art.53, inciso IV, reafirma esse direito constitucional.

Destaca-se ainda que com o ECA, Lei 8.069 aprovado em 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), e que também defende como direito da criança em seu Art. 53 que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, bem como de acordo com o art. 54 parágrafo IV que é “dever do Estado assegurar à criança o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2011, s/p),

A Educação Infantil no Brasil compreende o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, enquanto em outros países abrange crianças entre 3 e 5 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) define que a Educação Infantil deve ser oferecida em creches ou em entidades equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos. Ainda que não obrigatória, a Educação Infantil é um direito público, cabendo ao município à expansão da oferta, com o apoio das esferas federal e estadual.

Dados também levantados pelo INEP (2011, s/p) apontam que:

A Educação Infantil brasileira está em expansão. Os dados revelaram, por exemplo, que a maioria dos municípios brasileiros possui algum tipo de oferta de Educação Infantil; entre 5.507 municípios, cerca de 99% têm pelo menos um estabelecimento que atende a crianças em creches ou na pré-escola. Ainda segundo o levantamento, existem 92.526 estabelecimentos de Educação Infantil no País que atendem crianças entre 0 e 6 anos de idade, sendo que 67% pertencem às redes de educação municipais.

Desde 1980, a sociedade passa a discutir a possibilidade de inclusão das pré-escolas na Educação Básica, intenção concretizada na CF de 88 e ratificada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, onde enfatiza que a Educação é um direito da criança e que deve, portanto, ser universal.

Com o avanço da legislação, a partir da CF, o ECA e, com a LDBEN 9394/96, que o atendimento em creches e pré-escolas passam a ser denominadas Instituições de Educação Infantil.

Foi a partir da aprovação da LDBEN 9394/96 que a EI passa a compor a Educação Básica na qual essa organização fica explicitado no seu artigo 21, parágrafo primeiro, "Educação básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; (...). No capítulo sobre a Educação Básica, Seção II, trata especificamente da Educação Infantil" (BRASIL, 1996), e dispõe em seus artigos 29, 30 e 31 que:

Art. 29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Kramer (2006) afirma que após longos anos de assistencialismo e educação compensatória, é a partir da LDB que começam a surgir os verdadeiros avanços na política educacional para as crianças de 0 a 6 anos e destaca que,

(...)ao mesmo tempo que começam a ter suas especificidades respeitadas, as crianças passaram a ser consideradas, ao longo destes 30 anos, cidadãs, parte de sua classe, grupo, cultura,. Assistência, saúde e educação passaram a ser compreendidas como direito social de todas as crianças. (KRAMER, 2006, p. 799)

Visando contribuir com o avanço no que tange a garantia destes direitos, ou seja, uma EI que modifique sua concepção assistencialista é que o Ministério da Educação (MEC) em 1998 lança através da Secretaria de Educação Fundamental e da Coordenação Geral de Educação Infantil o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), com o objetivo de “(...) contribuir com a implantação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras” (BRASIL, 1998a, p. 13).

Neste documento, que está composto por três livros, encontramos princípios que devem ser seguidos para que se estabeleça uma intrínseca relação entre o cuidar e o educar como compromisso educacional, pois é indissociável pensar EI sem pensar na relação entre estas duas ações.

Pensando a escola com a função de não estar restrita apenas ao ensinar, mas é dela também a tarefa de sistematizar os conhecimentos construídos, historicamente, pelo homem em suas relações com o meio, é nesse sentido que o RCNEI visa contribuir com subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada a sistematização de conhecimentos das crianças valorizando o que sabem, suas potencialidades, necessidades individuais e sua faixa etária, passando assim para a escola o despertar para o verdadeiro papel do ensino para a formação do cidadão, mesmo sendo estes tão pequenos.

Este referencial foi elaborado e distribuído às escolas de todo o país e conforme é apontado nos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil o MEC “(...) desenvolveu um programa de formação continuada nos sistemas de ensino que tinha como objetivo principal divulgar e discutir esse documento” (BRASIL, 2006, p. 33), e ainda, o auxílio no trabalho pedagógico do professor ancorado na perspectiva de desenvolvimento integral da criança.

O Referencial visa auxiliar o professor na realização de seu trabalho educativo diário com as crianças de 0 a 6 anos. Aponta metas de qualidade para garantir o desenvolvimento integral das crianças, reconhecendo seu direito à infância como parte de seus direitos de cidadania (BRASIL, 1998a, p. 5).

Neste sentido, "(...) a Educação Infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação" e dentre seus objetivos está o de "Assegurar a qualidade de atendimento em instituições de Educação Infantil (creches, entidades equivalentes e pré-escolas)" (BRASIL, 2006, p.17-19). Para que estes objetivos sejam efetivamente alcançados, os municípios, que são os entes federados que devem dar conta do atendimento educacional para as crianças de 0 a 6 anos, na modalidade de Educação Infantil, precisam estar cientes dos seus deveres e que sejam tomadas todas as prerrogativas para atender ao que vem sendo proposto na legislação.

Pensando subsidiar estas ações o RCNEI e os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil trazem apontamentos importantes, sobre a concepção de criança, educar, perfil do professor para esta modalidade de ensino, objetivos a serem alcançados em âmbito geral, bem como pelas crianças em diferentes faixas etárias e as condições estruturais de atendimento nas instituições, e seus projetos educativos.

Ainda com o propósito de subsidiar espaços de discussão para se pensar Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica e com isso sua fundamental importância para a construção da criança enquanto cidadão, o MEC fixa em 17 de dezembro de 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009a), através da Resolução nº 5, com o objetivo de subsidiar escolas e sistemas de ensino a organizarem suas propostas pedagógicas na perspectiva de reunir fundamentos e procedimentos para orientar e colaborar com a elaboração e o planejamento das ações pedagógicas das instituições infantis.

Neste processo de construção da legislação para a EI, pode-se afirmar que muitos foram os avanços, pois a nível federal há vários elementos legais para subsidiar o avanço na busca pela qualidade na educação das crianças de 0 a 6 anos. Nosso papel é discutir esses materiais e analisar as condições de atendimento à legislação. Essa temática, discutiremos a seguir quando trataremos da avaliação

institucional que visa analisar diferentes aspectos da instituição com o objetivo de verificar o que vem sendo feito em nível de instituição para que a legislação seja efetivamente colocada em ação, bem como discutir o que se entende por qualidade de atendimento em nível de Educação Infantil.

### **3.3. Avaliação Institucional: Compreendendo seu papel na busca por qualidade na Educação Infantil**

Apresentarei a seguir a importante relação da avaliação institucional com a qualidade. Neste sentido farei a reflexão sobre o que é e o que visa a avaliação institucional e como está intrinsecamente vinculada a qualidade, pois esta garante subsídios de reflexão da ação, buscando a qualificação dos processos institucionais.

#### **3.3.1 Refletindo sobre Avaliação Institucional**

Ao se falar de avaliação logo nos vem à mente várias questões a respeito do seu papel na vida escolar. Etimologicamente o conceito de avaliação está relacionado com a ação e o efeito de avaliar, que é um verbo que vem do francês “évaluer” e que permite assinalar, estimar, apreciar, ou calcular o valor de alguma coisa. Sabemos, ainda, que toda avaliação pode ser utilizada como instrumento de poder, e que esta também não é neutra, o ato de avaliar sempre vem carregada de intenções daqueles que serão os avaliadores.

Dias Sobrinho (2005, p.22), afirma que,

Avaliar implica ler o mundo, interpretar, e produzir sentidos. A avaliação não é, pois, propriedade privada de uma disciplina especializada; é uma cultura plural inscrita em sistemas dinâmicos de comunicação e de práticas sociais. Não é, então simplesmente derivada de uma razão pura, mas sobretudo de um pensamento construído do relacional e qualitativo, do movente e emergente, do imprevisível e incomensurável, do simbólico e polissêmicos.

Minha intenção aqui não é discutir as relações históricas da avaliação com os diferentes processos em que ela está intrinsecamente ligada, mas sim pensar o papel da avaliação enquanto instrumento para repensar, refletir, qualificar e replanejar ações que envolvam diretamente a qualificação do trabalho em educação.

Entendo que nesse processo de avaliação, para além de se buscar sempre avaliar alguém, verificar como foi a sua atuação diante de determinadas questões é uma das contribuições que a avaliação pôde nos alcançar. E isto fica muito evidente nas palavras de Melchior (2004) quando afirma que o ato de avaliar deve pensar “o sentido democrático da avaliação” e que esta “exige mudança de perspectiva, onde não basta avaliar aluno e professor, é preciso avaliar toda a instituição escola” (MELCHIOR, 2004, p. 9).

Segundo a mesma autora a avaliação institucional tem como objetivo básico, “(...) qualificar a educação, então para isso, a avaliação precisa ser formativa e determinar que seja feita com essa função, visto que a finalidade básica é o de qualificar tanto a instituição como as pessoas que nela atuam” (MELCHIOR, 2004, p. 10).

É nesse sentido que busco discutir a importância da avaliação institucional, visando indicar caminhos para qualificar os processos educativos, a melhoria e avanço na participação, bem como buscar alternativas de mudanças para a qualificação dos espaços de trabalho.

Melchior (2004) ainda afirma que

(...) realizar avaliação institucional, assim como disseminar em larga escala as descobertas é um caminho delicado e difícil, mas com muitas possibilidades de construção e reconstrução. Para que seja possível o desenvolvimento do processo de avaliação institucional é fundamental a ligação do plano de avaliação ao apoio dos gestores da instituição e a adesão de toda a comunidade escolar. (MELCHIOR, 2004, p. 12)

Ainda no foco da Avaliação Institucional, encontro nos estudos de Bellonie Serafini(1998), Dias Sobrinho (2003, 2005) e Melchior (2004) que a avaliação leva à tomada de consciência sobre a instituição, instaura a reflexão e o questionamento, levando a produzir sentidos. E, assim, a partir destas perspectivas, podemos entender a avaliação como grande alternativa para “repensar” práticas e processos educacionais.

Dias Sobrinho (2003, p. 79) ainda nos diz que “(...) não é possível assegurar a qualidade da educação simplesmente por meio de reformas ou medidas externas e que não contem com a participação direta dos agentes dos processos educativos”.

A escola pública por anos vem passando por diversidades, todos sabem que os problemas existem que há a necessidade de mudanças urgentes, mas parece



que o enfrentamento aos problemas ainda são realizados com vendas nos olhos. A qualificação da escola pública é um desafio e exige, conforme afirma Melchior, (2004, p.14) “(...)liderança, trabalho, perseverança e capacidade de mobilização dos líderes para conseguirem envolver os diferentes atores nos diferentes processos (...)”, pois “(...) se não houver participação, auto reflexão e discussão na busca das mudanças efetivas, elas não acontecerão”.

E é nessa perspectiva que a avaliação institucional visa identificar o que está bem e o que precisa ser qualificado. Por isso pensar em uma proposta de avaliação institucional como possibilidade de avanços no planejamento das ações pedagógicas, da gestão e da participação na EMEI Casa da Criança para que se pense na melhoria da produtividade da instituição, bem como analisar e identificar as causas dos possíveis problemas e buscar orientar para a superação visando à qualificação dos processos institucionais.

### **3.3.2 O que temos como parâmetro de qualidade na Educação Infantil?**

Sempre que discutimos questões relacionadas à Educação pensamos e utilizamos o mesmo clichê da necessidade de “oferecer educação de qualidade” aos envolvidos no processo educacional. Pois bem, o que se entende por qualidade e principalmente o que representaria, neste caso, uma oferta de Educação Infantil com qualidade? Acredito na importância de se discutir o significado desta palavra e verificar, indicando a teoria e a legislação, que nos indica os caminhos para que ela seja alcançada.

A palavra qualidade, etimologicamente, vem do latim qualitate e segundo o dicionário Aurélio significa atributo, condição natural, propriedade pela qual algo ou alguém se individualiza, distinguindo-se dos demais; maneira de ser, essência, natureza. Também possui o significado de ser excelência, virtude, talento, caráter, índole, temperamento, grau de perfeição, de precisão, de conformidade a um certo padrão.

Muitos são os desafios atuais para que se alcance qualidade na Educação Infantil e esses desafios perpassam necessariamente por questões como a relação do cuidar e do educar, da formação dos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, a infraestrutura, a participação, bem como as relações existentes entre família e escola.

Para apresentar estas questões trago como subsídio teórico os importantes estudos de Zabalza (1998) que trata da qualidade da educação infantil no Brasil, a legislação pertinente da EI como LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996), RCNEI (BRASIL, 1998a) e o documento do MEC que define os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil volumes 1 e 2 como parâmetro a ser seguido para o desenvolvimento das instituições e das ações em Educação Infantil.

O Ministério da Educação ainda lança em 2009 os indicadores da qualidade em Educação Infantil que surge, segundo o documento do MEC de monitoramento dos indicadores da qualidade em EI, (BRASIL, 2010, p. 14) “(...)da necessidade de acompanhar e avaliar o desenvolvimento e o impacto das políticas públicas que vem se explicitando e ganhando relevância, no Brasil, sobretudo nas últimas décadas, inserindo-se nesse contexto iniciativas no campo da educação”.

Todo esse material visa auxiliar o gestor das escolas infantis a organizar e direcionar o trabalho educacional da escola no sentido de qualificar o atendimento e os momentos de aprendizagens no âmbito das classes de Educação Infantil. Mas para isso faz-se necessário para além de saber utilizar os materiais é saber avaliar os processos e os encaminhamentos da instituição na perspectiva de verificar a articulação entre o que vem sendo proposto pelos documentos legais, o que vem sendo realizado e os efeitos que vem causando na comunidade escolar.

É nesse sentido que a avaliação institucional na Educação Infantil torna-se importante e eficaz, pois,

(...) abrange a análise da escola como um todo, nas dimensões política, pedagógica e administrativa, tem como marco o projeto pedagógico e visa subsidiar seu contínuo aprimoramento, por meio do julgamento das decisões tomadas pelo coletivo da escola, das propostas delineadas e das ações que foram conduzidas, suas condições de realização e dos resultados que vêm sendo obtidos (BRASIL, 2010, p. 20- 21).

E, ainda, descrita neste mesmo documento, a avaliação institucional,

(...) por ser centrada na escola possibilita que cada agrupamento possa olhar para o seu contexto e daí retirar informações e tomar decisões, permitindo que sua análise leve em conta os fatores intervenientes na qualidade do ensino que se situem além da escola, em instâncias intermediárias do sistema educacional ou em seu contexto (BRASIL, 2010, p. 21).

Para Zabalza (1998, p. 12) o sistema educacional possui quatro grandes desafios a enfrentar para se desenvolver na perspectiva de qualificação e crescimento das instituições de Educação Infantil no Brasil. São eles:

- O desenvolvimento institucional da escola infantil;
- A fundamentação de um novo conceito de criança pequena como 'sujeito' da educação;
- A organização do currículo na Educação infantil a partir dos dois pontos anteriores;
- A revitalização profissional dos profissionais da Educação Infantil.

O autor discute esses eixos por uma lógica de que a escola possa se apropriar destes para agir enquanto "(...) unidade institucional e formativa buscando sua própria identidade" (ZABALZA, 1998, p. 14).

Acredito numa escola de EI que busque firmar sua identidade com o trabalho desenvolvido, através do que se acredita enquanto formação dos sujeitos, das concepções de infância que se tem e isso necessariamente perpassa pela formação profissional, pois é esse profissional que constrói identidades no âmbito da sala de aula.

Zabalza (1998) afirma que qualidade também está relacionada ao próprio funcionamento das instituições e define dez aspectos-chaves para a EI que definiriam uma oferta desta modalidade de ensino com qualidade às crianças de 0 a 6 anos. Dentre eles estão aspectos relacionados à organização dos espaços, o equilíbrio no ato de planejar entre iniciativa infantil e trabalho dirigido, atenção privilegiada aos aspectos emocionais, utilização de linguagem adequada, diferenciação de atividades para abordar todas as dimensões do desenvolvimento e todas as capacidades infantis, a utilização de rotinas estáveis e materiais diversificados e polivalentes, atenção individualizada a cada criança, um sistema de avaliação que permita o acompanhamento global do grupo e individual e o trabalho com os pais e com o meio ambiente (ZABALZA, 1998).

Acredito que uma instituição de EI que faça um trabalho voltado a atender a estes aspectos que são de extrema relevância tanto para o desenvolvimento infantil bem como para o seu próprio desenvolvimento enquanto instituição, pois ao se pensar a escola/instituição e considerar que as crianças têm tempos de aprendizagens, necessitam de espaços diferenciados para se desenvolver e que valoriza a participação efetiva da sua comunidade escolar na construção de suas

ações, essa instituição possuirá um atendimento qualificado a clientela na qual atende, mas para isso é necessário priorizar ações que perpassam a formação continuada dos profissionais.

Relacionando estes dez eixos indicados por Zabalza (1998) aos documentos legais do MEC que definem os Parâmetros de qualidade para a Educação Infantil (2006) posso afirmar que há uma intrínseca relação entre as concepções de qualidade ao atendimento entre eles, bem como a qualidade de organização educacional e de funcionamento das instituições. O documento traz muito forte a importância de se aliar, ao projeto educacional da instituição, a

(...) concepção de criança na organização um trabalho voltado à qualidade dos serviços educacionais oferecidos a elas (as crianças) implicando na atribuição um papel específico à pedagogia desenvolvida nas instituições pelos profissionais de Educação Infantil (BRASIL, 2006, p. 15).

O próprio documento afirma que não se pode pensar em propor parâmetros de qualidade para a Educação Infantil sem considerar que as crianças desde que nascem são: “(...) cidadãos de direitos; indivíduos únicos, singulares; seres sociais e históricos; seres competentes, produtores de cultura; indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral” (BRASIL, 2006, p. 18).

Além disso, para que sua sobrevivência esteja garantida e seu crescimento e desenvolvimento sejam favorecidos, para que o cuidar/educar sejam efetivados, é necessário que sejam oferecidas às crianças dessa faixa etária condições de usufruírem plenamente suas possibilidades apropriação e de produção de significados no mundo da natureza e da cultura. As crianças precisam ser apoiadas em suas iniciativas espontâneas e incentivadas a: brincar; movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre; expressar sentimentos e pensamentos; desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão; ampliar permanentemente conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura apoiadas por estratégias pedagógicas apropriadas; diversificar atividades, escolhas e companheiros de interação em creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil. A criança parte de uma sociedade, vivendo em nosso país, tem direito: à dignidade e ao respeito; autonomia e participação; à felicidade, ao prazer e à alegria; à individualidade, ao tempo livre e ao convívio social; à diferença e à semelhança; à igualdade de oportunidades; ao conhecimento e à educação; a profissionais com formação específica; a espaços, tempos e materiais específicos (BRASIL, 2006, p. 19).

Ou seja, os parâmetros indicam, assim como Zabalza (1998), a importância de a criança ser considerada como cidadão de direitos e que suas capacidades e necessidades para se desenvolver sejam respeitadas no ambiente escolar e

educacional. Os parâmetros de qualidade para a EI visam estabelecer um padrão de qualidade que “(...) possibilite o desenvolvimento integral das crianças até os 5 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (BRASIL, 2006, p.9).

Na perspectiva de contribuir com a propagação do uso das avaliações institucionais nas escolas de EI o MEC lança ainda no ano de 2009 o Projeto Indicadores de Qualidade na Educação Infantil que “(...) caracteriza-se como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil, por meio de um processo participativo e aberto a toda a comunidade”, bem como tem a intenção de “(...) contribuir com as instituições de Educação Infantil no sentido de que encontrem seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática” (BRASIL, 2009b, p. 9).

O documento traz um material muito rico em informações com apresentação detalhada de como se utilizar dos Indicadores de Qualidade na EI, bem como as dimensões a serem avaliadas no processo de construção da autoavaliação.

Os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. Este é seu objetivo principal. Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade de acordo com seus próprios critérios e prioridades. Para tanto, identificamos sete elementos fundamentais – aqui nomeados de *dimensões* – que devem ser considerados pela escola na reflexão sobre sua qualidade. Para avaliar essas dimensões, foram criados alguns sinalizadores de qualidade de importantes aspectos da realidade escolar: os *indicadores*.

Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. (...) A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças. (...) Aqui, os indicadores apresentam a qualidade da instituição de educação infantil em relação a importantes elementos de sua realidade: as dimensões (BRASIL, 2009a, p. 15).

Com isso fica a reflexão da importância de se discutir qualidade na EI, pois segundo afirma Zabalza (1998, p. 32) estes aspectos devem ser observados nas instituições infantis, pois “(...) a qualidade, pelo menos no que se refere às escolas, não é tanto um repertório de traços que se possuem, mas sim algo que vai sendo

alcançado. A qualidade é algo dinâmico (...), algo que se constrói dia a dia e de maneira permanente”.

## 4REFERENCIAL METODOLÓGICO

Neste capítulo delinerei a metodologia utilizada na pesquisa. Este apresentará o tipo de pesquisa utilizada, as metodologias para coleta e sistematização dos dados, bem como a análise dos mesmos.

O Projeto de Intervenção, nos termos propostos por Barbosa e Moura (2012), visa contribuir no processo de construção da Avaliação Institucional da EMEI Casa da Criança como instrumento e possibilidade de avanços no planejamento das ações pedagógicas, da gestão e da participação, com vistas à formulação de um plano de ação que contribua para qualificar os espaços de formação continuada de professores que atuam nessa instituição de ensino, bem como prevê o monitoramento e a avaliação da ação.

Encontro, nos trabalhos de Szymanski e Cury (2004) e Damiani (2012), importantes considerações acerca do estranhamento do uso do termo “intervenção” no âmbito educacional. As autoras referem que a palavra tem, entre outros sentidos, o de “interferência” que pode ser associado a autoritarismo, cerceamento, e, nesse sentido, tal associação pode estar relacionada a padrões de valor de uma época marcada pela falta de liberdade e pela imposição, possivelmente, referindo-se ao período da Ditadura Militar no Brasil.

Apesar de compreender os motivos da reação negativa à palavra intervenção, concordo com Damiani (2012) com o uso desse termo para denominar interferências em processos educacionais, com base em um dado referencial teórico, tendo o propósito de produzir avanços em tais processos - avanços esses avaliados ao final de ações interventivas.

Nas palavras da mesma autora,

As intervenções em Educação, em especial as relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem, apresentam potencial para, simultaneamente, propor novas práticas pedagógicas (ou aprimorar as já existentes), produzindo conhecimento teórico nelas baseado (DAMIANI, 2012, p. 2).

É neste sentido que busco contribuir com o processo de qualificação das práticas em avaliação visando o aperfeiçoamento do fazer pedagógico, na finalidade de contribuir à melhoria da oferta de ensino e às aprendizagens dos estudantes das turmas ofertadas na EMEI Casa da Criança em Jaguarão.

Este método de investigação, segundo Damiani (2012)

(...) descreve a prática pedagógica implementada, de maneira detalhada, fundamentando-a teoricamente; e [...] especifica os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para tal intervenção. Essa segunda parte do relato assemelha-se ao método descrito em qualquer tipo de pesquisa empírica em que há preocupação com o rigor exigido por toda a atividade científica que visa a produzir conhecimento sobre a realidade estudada (DAMIANI, 2012, p.8).

Assim, ancorada nas ideias de Damiani ET AL (2013 apud Dariz, 2014) defino esta pesquisa como pesquisa tipo intervenção pedagógica, pois:

- Trabalha com dados gerados pelo estudo;
- Parte do princípio da intencionalidade da mudança;
- Surge da necessidade de dialogar com a teoria;
- Possibilita a produção de conhecimento.

A metodologia adota para a realização da coleta de dados do estudo envolveu procedimentos metodológicos propostos por estudiosos que conduzem a estudos de tipo qualitativo.

A pesquisa qualitativa, segundo Oliveira (2009) possui um *caráter hermenêutico*, pois pauta-se na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos. Bem como afirmado por Silveira e Córdova (2009, p 32) "(...) na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas". Para desenvolver este método de pesquisa é preciso ter a interpretação como foco central, ela demonstra a subjetividade dos sujeitos participantes e enfatiza que o pesquisador deve ser flexível na condução do estudo.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em um primeiro momento busquei através do estudo de tipo exploratório conhecer as ações já adotadas pela escola em relação a prática da avaliação. A pesquisa de tipo exploratória tem por objetivo, segundo Gil (2007), garantir maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

O mesmo autor ainda descreve as principais etapas a serem consideradas neste tipo de estudo que são: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com



pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A coleta de dados envolveu, primeiramente, a realização de entrevista de tipo semi-estruturada a qual foram entrevistados os profissionais da escola, ou seja, cinco professoras, cinco recreacionistas e três funcionárias. E, um representante de pais de cada turma da escola. Para tanto, elaborei, previamente, o seguinte roteiro que pautou a entrevista, técnica que, conforme Queiroz (1988) garante uma conversação entre informante e pesquisador, voltada à concretização dos objetivos do estudo.

**Tabela 4 – Roteiro da entrevista**

<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA</b>
- Qual tua opinião sobre avaliar a escola enquanto instituição?
- Porque seria necessário avaliar a instituição de Educação Infantil?
- O que achas necessário ser avaliado?
- De quanto em quanto tempo seria necessário a escola passar pelo processo de avaliação?

Fonte: construído pela autora.

Segundo adverte Gil (1999, p. 120), “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

As informações coletadas através da entrevista semi-estruturada foram analisadas a partir das contribuições de Roque Moraes (1999).

Segundo o autor, “A categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo” (MORAES, 1999, p. 8).

A metodologia de análise de conteúdo utilizada na sistematização de dados é utilizada para estudos numa perspectiva qualitativa, analisando a frequência com que ocorrem determinadas falas sobre determinado tema. Ela incidirá sobre as mensagens deixadas pelos entrevistados e o investigador necessitará se utilizar das técnicas precisas para retirar indicadores importantes ao estudo.

Moraes (1999) descreve o método de utilização da análise de conteúdo propondo que ele seja distribuído em 5 etapas que são:

- Preparação das informações;
- Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades;
- Categorização ou classificação das unidades em categorias;
- Descrição e Interpretação.

E, ainda afirma que a categorização é uma das etapas mais criativas da análise de conteúdo e que necessita obedecer a um conjunto de critérios devendo ser “*válidas, exaustivas e homogêneas*”(grifo meu) (MORAES, 1999, p. 5). “O objetivo básico da análise de conteúdo é produzir uma redução dos dados de uma comunicação, o que, em geral, exigirá um número reduzido de categorias” (MORAES, 1999, p. 7).

Portanto, ao analisar cautelosamente cada uma das categorias, segundo o autor, o pesquisador posicionar-se-á sobre suas questões de pesquisa epistemológica constituindo-se assim um instrumento “versátil” adaptando-se a uma diversidade de estudos de natureza qualitativa onde “cada pesquisador é desafiado a tentar encontrar a forma de sua utilização nas áreas específicas de seu trabalho”.

Também foram analisados alguns documentos, tais como: Decretos de Criação da escola na qual será desenvolvido o projeto de intervenção, Regimento, Projeto Político Pedagógico, Orientações Curriculares Municipais para a Educação Infantil e afins.

Os dados extraídos dos referidos documentos foram organizados e analisados a partir da análise documental.

A análise documental, nos termos propostos por Oliveira (2007), prevê a elaboração prévia de pautas para extração de dados. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009 p. 4) “(...) é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”.

Além da entrevista e consulta a documentos, foram observadas informações para a caracterização tanto da equipe gestora como das professoras e educadoras, nos seguintes aspectos: tempo de serviço no magistério, tempo de atuação na Educação Infantil, tempo de atuação na Escola atual e em outras escolas e Formação Inicial e Continuada.

Os dados de caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa foram sistematizados em planilhas que apresentarei na página 50.

Tais informações foram registradas em formulários previamente elaborados que serão apresentados também na página 50. O formulário conforme Leal e Souza (2006, p. 25) “(...) é uma coleção de questões e deve proporcionar uma interação efetiva entre o informante e a pesquisa que está sendo realizada”.

Como toda a técnica de coleta de dados, o formulário também apresenta uma série de vantagens Segundo Oliveira (2003 apud LEAL; SOUZA, 2006) as principais vantagens na aplicação de um formulário são: que podem ser utilizadas por todos os seguimentos de uma população, possibilita que o pesquisador realize inferências durante a aplicação do mesmo; permite maior compreensão e uniformidade dos dados obtidos bem como permite a obtenção de dados mais complexos e de maior utilidade, mas a principal delas é a economia de tempo na coleta de dados relevantes ao objeto de estudos.

Todos os dados coletados foram analisados com base em uma concepção histórico-crítica de educação onde conforme afirma Saviani (2003, p.93) refere-se a “(...) compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida esta manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação histórica”.

## **4.1 Resultados da Pesquisa Diagnóstica**

### **4.1.1 Análise dos Documentos**

Ao ter acesso a documentação da escola, pude perceber que o único Regimento Escolar vigente até os dias atuais que apresenta carimbo de aprovação do Conselho Estadual de Educação RS data de Julho de 2001 e é um documento, padrão para todas as EMEI's, na época designadas como Creches e Centros de Recreação Infantil através do Decreto de Criação nº 170/91. Este documento possui itens importantes que fazem parte da organização básica deste documento e, anexado a ele um documento que regulamenta o regimento interno de funcionamento destas instituições.

Considera-se que este é um documento outorgado e que, até o presente momento, não passou por uma revisão e, não poderia ser único para todas as escolas, nem ter sido elaborado sem a participação das comunidades escolares,

conforme recomendado pela LDBEN e disposto nas Diretrizes. Pois nele não há a caracterização de cada instituição individualmente.

Conforme recomendado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 que os Regimentos de cada escola deveriam ser elaborados com a efetiva participação dos diferentes segmentos que compõem as comunidades escolares e ser único considerando as especificidades de cada instituição.

Já o Projeto Político Pedagógico não foi encontrado acessível na escola, mas tive acesso ao documento a partir de uma professora que havia participado de sua elaboração e que tinha o documento salvo em seu computador.

Conforme recomendado na Lei 9394/96 (LDBEN),

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; (BRASIL, 1996).

O Projeto Político Pedagógico é um documento único para cada escola, elaborado com a participação dos diferentes segmentos que compõem as comunidades escolares e deveria contemplar informações importantes bem como apresentar claramente a proposta pedagógica da escola. Cabe ressaltar que este documento com data de 2013 não é válido, pois o mesmo não passou pela aprovação do já então Conselho Municipal de Educação, visto que neste mesmo ano o município passou a ter seu Sistema de Educação aprovado em dezembro de 2012.

#### 4.1.2 Caracterização dos participantes das entrevistas

**Tabela 5 - Participantes da pesquisa diagnóstica**

Professores	5
Recreacionistas	5
Funcionários	3
Pais	6

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

Os participantes deste estudo diagnóstico apresentam-se em quatro categorias de informantes: cinco professores, cinco recreacionistas, três funcionários que atuam na escola e seis pais de alunos de diferentes turmas.

Farei uma breve caracterização desses sujeitos, a partir dos dados obtidos através da aplicação de formulários que fazia parte da identificação da entrevista.

**Tabela 6 - Professores e Coordenação Pedagógica**

<b>Formação</b>	<b>Quantidade</b>
Pedagogia	2
Pedagogia + Especialização na área da Educação	3

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 7 –Tempo de atuação no magistério**

<b>Tempo de atuação magistério</b>	<b>Quantidade</b>
Menos de 5 anos	3
5 – 10 anos	-
10 – 15 anos	2

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 8–Tempo de atuação em escolas infantis**

<b>Tempo de atuação em escolas infantis</b>	<b>Quantidade</b>
Menos de 5 anos	5
5 – 10 anos	-
10 – 15 anos	-

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 9–Tempo de atuação na EMEI Casa da Criança**

<b>Tempo de atuação nesta escola</b>	<b>Quantidade</b>
Menos de 5 anos	5
De 5 a 10 anos	-
Mais de 10 anos	-

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 10 – Formação dos Recreacionistas**

<b>Formação</b>	<b>Quantidade</b>
Graduação (outra área)	1
Ensino Médio na modalidade Normal	3
Ensino Médio	1

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 11 – Tempo de atuação dos Recreacionistas em escolas infantis**

<b>Tempo de atuação em escolas infantis</b>	<b>Quantidade</b>
Menos de 10 anos	-
10 – 15 anos	3
15 – 20 anos	2

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 12 – Tempo de atuação dos Recreacionistas na EMEI Casa da Criança**

<b>Tempo de atuação nesta escola</b>	<b>Quantidade</b>
Menos de 10 anos	5
10 – 15 anos	-
15 – 20 anos	-

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 13 – Formação dos Funcionários**

<b>Formação dos Funcionários</b>	<b>Quantidade</b>
Ensino Fundamental	2
Ensino Médio	1

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 14 – Tempo de atuação dos Funcionários em escolas infantis**

<b>Tempo de atuação em escolas infantis</b>	<b>Quantidade</b>
Menos de 10 anos	1
10 – 15 anos	1
15 -20 anos	1

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 15 – Tempo de atuação dos Funcionários na EMEI Casa da Criança**

<b>Tempo de atuação nesta escola</b>	<b>Quantidade</b>
Menos de 5 anos	1
De 5 a 10 anos	2
De 10 a 15 anos	-

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 16 – Dados dos pais: turma que os filhos estão matriculados**

<b>Turma em que os filhos estão matriculados</b>	<b>Quantidade</b>
Creche I e II	3
Pré I e II	3

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 17 – Dados dos pais: participação no Conselho Escolar**

<b>Participa do Conselho Escolar</b>	<b>Quantidade</b>
Sim	2
Não	4

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

**Tabela 18 – Dados dos pais: tempo que o filho frequenta a escola**

<b>Tempo em que o filho frequenta a escola</b>	<b>Quantidade</b>
Há 4 anos	2
Há 3 anos	1
Há 2 anos	1
Há 1 ano	2

Fonte: dados da pesquisa diagnóstica.

Observa-se que, na grande maioria os profissionais que participaram da pesquisa, possuem um vínculo com a EI há bastante tempo e permanecendo nesta escola, alguns desde sua nomeação, outros há mais de 5 anos consecutivos. Isto faz com que a equipe sinta-se pertencente à comunidade escolar levando-os a engajarem-se com afinco no trabalho que desenvolvem.

Quanto aos pais pude observar que os entrevistados, na sua maioria, estão com seus filhos matriculados na escola há mais de dois anos, este dado é relevante no sentido de que os pais mantêm uma boa relação com a escola e equipe pedagógica e sua organização escolar.

#### **4.1.3. Análise das entrevistas**

Para analisar as respostas das entrevistas foi organizada uma matriz analítica (ANEXOB) que possibilitou discutir as mesmas em torno de quatro categorias que serão apresentadas a partir da análise das respostas dos entrevistados que participaram do estudo diagnóstico.

Para manter o nome dos participantes em sigilo utilizei a seguinte identificação para cada um que tenha respondido as entrevistas.

Professores – Pr1, Pr2, Pr3, Pr4 e Pr5.

Pais – Pa1, Pa2, Pa3, Pa4, Pa5 e Pa6.

Recreacionistas – R1, R2, R3, R4 e R5.

Funcionários – F1, F2 e F3.

#### **1- Avaliação Institucional**

A primeira categoria de análise ficou em torno da Avaliação Institucional onde pude perceber que para os entrevistados esta ação seria um instrumento importante para identificar potencialidades e traçar metas para qualificar os processos escolares.

Isso fica evidenciado a partir da fala deste representante dos pais que diz:

*“Acredito que toda a avaliação é sempre positiva, pois assim é possível diagnosticar aspectos positivos e negativos, bem como traçar um planejamento de atividades” (Pa1).*

Também fica evidenciado na resposta de um representante dos recreacionistas onde declara que:



*“É de fundamental importância avaliar a escola como um todo, pois este é um lugar que requer qualidade e comprometimento em suas atividades a fim de oferecer um ensino de qualidade a cada indivíduo” (R2).*

Dentre as respostas dos professores destaco essa manifestação em que afirma:

*“Acho importante avaliar a escola. É durante esse processo que podemos detectar qualidades e ou necessidades a serem aprimoradas” (Pr2).*

Analisando as respostas destes entrevistados percebo a ponderação dos mesmos quanto à importância de a escola passar por um momento de auto avaliação, pois a prática da avaliação institucional busca “(...) qualificar a instituição no sentido de compreender o seu funcionamento, identificando aspectos que precisam ser melhorados e levantando questionamentos sobre as correções que se fazem necessárias” (MELCHIOR, 2004, p. 77).

Outro aspecto que fica evidente dentre as respostas é de que a avaliação institucional pode ser utilizada para desencadear novas propostas, novos olhares para melhor atendimento do público escolar.

As respostas destes colegas evidenciam esta afirmação, pois declaram que existem muitas possibilidades pra se pensar a partir desta ação na instituição.

*“É muito importante para que nos diversos segmentos surjam novas propostas ou apontem críticas construtivas” (R1).*

*“Como diria HOFFMAN avaliar é essencialmente questionar. É observar, é promover experiências... Acredito que teríamos que ter esse olhar mais questionador enquanto grupo de trabalho e instituição. Se não houver uma avaliação sobre prática pedagógica, trabalho em grupo, funcionamento do trabalho, enfim, o trabalho como um todo. Em que momento iremos refletir e problematizar o que não está tão bom? Por isso concludo com essa problematização” (Pr3).*

Para estes colegas o ato de avaliar vai além de organizar um momento para discutir o que não está bom no sentido de gerar a crítica e não propor soluções para as mesmas. O grupo anseia momento de surgimento de propostas, de reflexão, de autoavaliação.

“As instituições escolares se caracterizam como unidades funcionais de planejamento, implementação e avaliação” (MELCHIOR, 2004, p. 15), por isso a necessidade de unir esforços na busca da qualificação dos espaços educativos com o intuito de mudanças.

Assim como afirma uma colega professora que diz:

*“Penso que seria de grande valia, não só para a escola como para os profissionais que nela trabalham, a fim de que possamos buscar melhorar e mudar o que é preciso na instituição” (Pr5).*

Outro ponto a ser destacado é de que a avaliação institucional passe a ser um instrumento de busca por uma adequação de questões que ainda não estejam bem desenvolvidas e/ou definidas no que tange ao trabalho em escola de Educação Infantil.

Esta resposta de uma funcionária evidencia esta afirmação que emerge a partir da análise.

*“Eu acho interessante se for pra melhorar o andamento da escola” (F3).*

Avaliar requer muito mais do que simplesmente avaliar, mas faz-se necessário saber o que fazer com o resultado da avaliação. Buscar soluções efetivas que busque auxiliar na organização escolar, valorizando o trabalho desenvolvido e buscando efetivar ações para a qualificação do processo.

## **2- Avaliação Institucional na Educação Infantil como potencializadora da qualidade**

A segunda categoria que emerge da análise é a possibilidade de se utilizar da Avaliação para adequar o trabalho em diferentes aspectos, bem como, do trabalho

pedagógico para que as atividades sejam desenvolvidas de acordo com cada faixa etária das crianças.

Os colegas entrevistados evidenciaram esta afirmação nas seguintes respostas:

*“Porque assim seria possível aplicar o método mais adequado ao desenvolvimento e aprendizado das crianças, bem como potencializar a ação dos professores e recreacionistas envolvidos no processo de aprendizagem” (Pa1).*

*“Porque é um espaço onde inicia a vida escolar da criança, ela precisa beneficiar os alunos de acordo com suas faixas etárias, necessidades, conhecimentos e anseios” (Pr2).*

Analisando as respostas acima chego à conclusão que tanto pais e professores preocupam-se com a importância de a escola de EI estar com seu Projeto Pedagógico Educacional voltado ao desenvolvimento infantil. Entendem a escola como o espaço que deve estabelecer experiências formativas desde os primeiros anos de iniciação escolar.

Para Zabalza (1998, p. 19) “(...) a escola infantil deve postular a ‘identidade e autonomia’ dotando as crianças das competências, aptidões, hábitos e atitudes que lhes favoreça boas aprendizagens”.

*“Porque depois do âmbito familiar a educação infantil é a base do desenvolvimento motor e sensorial das crianças” (R2).*

*“Porque somos uma instituição escolar, trabalhamos com pessoas, com crianças que estão em pleno desenvolvimento social, cognitivo, físico, enfim. Devemos estar em constante avaliação para irmos atrás de melhorias e transformações necessárias” (Pr5).*

A instituição escolar é entendida pelos entrevistados como um espaço de desenvolvimento e de aprendizagens. E é neste contexto físico, social e cultural

conforme afirma Rego (2003) que as crianças processam seu desenvolvimento global.

Por isso, uma avaliação pensada para aperfeiçoar o funcionamento da instituição na busca de qualificar o atendimento tanto das crianças, como das famílias torna-se importante se utilizamos os resultados da avaliação para reformular propostas de trabalho pedagógico de gestão e de funcionamento.

As respostas destes colegas entrevistados evidenciam que investir numa proposta de avaliação institucional requer avaliar todos os aspectos importantes e relevantes para a oferta de uma EI qualificada.

*“Porque a Educação Infantil é a primeira etapa e é a base da educação de um aluno. Na minha concepção teria que haver uma avaliação maior em termos de espaço físico, acessibilidade, formação de professores, avaliar PPP e o regimento da escola” (Pr3).*

Também, conforme afirma uma colega:

*“Para ser possível reconhecer as deficiências de cada instituição e assim promover a melhoria e otimização do serviço prestado” (R3).*

Para Zabalza (1998),

(...) a qualidade também está relacionada ao próprio funcionamento das instituições e dos agentes que fazem parte das mesmas. É fundamental inserir a ação institucional em um processo de melhorias da própria instituição e dos serviços que ela oferece, através de um processo de aperfeiçoamento planejado com metas a serem alcançadas a curto e a médio prazo (ZABALZA, 1998, p. 46).

Neste sentido é que se inscreve a avaliação institucional como potencializadora do aperfeiçoamento necessário para qualificar a organização institucional. Pensar a qualidade requer ações pontuais e estas tem que ir de encontro ao que a comunidade educativa (pais e profissionais) necessita. Cabe aos gestores traçarem metas para que a instituição cresça de forma a atender estas demandas.

Para estes colegas entrevistados, a avaliação deve ser realizada com este intuito: adequação e melhorias.

*“Na minha opinião as avaliações servem para a melhoria do atendimento, atendendo as necessidades da demanda” (R5).*

*“Para adequar, e atender melhor as crianças” (F2).*

Para Zabalza (1998), a “qualidade” possui muitas “leituras”. Muitas vezes entendemos a qualidade de um ponto de vista, mas para outra pessoa qualidade tem outro enfoque. Por isso o autor afirma que “devemos ser prudentes ao propor estratégias de melhoria da qualidade das escolas”. Para isso, sugere que a melhor maneira de se atingir a qualidade é buscando a participação do coletivo, com trabalhos em grupos que busquem a efetivação de uma proposta de escola que atenda as necessidades do coletivo e, principalmente, das crianças que usufruem diretamente este espaço educativo.

### **3- Indicadores para a avaliação institucional na Educação Infantil.**

A terceira categoria de análise busca subsidiar o trabalho e pensar, assim como afirma Melchior (2004, p90), que quando o assunto é “(...) avaliar a instituição como um todo, ficam as questões: Avaliar o que e a quem? Quais critérios e indicadores a serem considerados?”.

É muito comum utilizarmos da avaliação como critério de classificação, apontamento de erros e comparações. Em se tratando de avaliação institucional este ato de avaliar envolve uma dimensão muito maior, pois necessita de critérios que venham subsidiar e revelar a realidade em que se encontra a instituição. Neste caso, os indicadores são os principais itens que devem fazer parte da Avaliação.

Os indicadores para a qualidade foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola,

E, através das respostas dos entrevistados, ficou evidente que na perspectiva de qualificar os processos educacionais da instituição, seria possível traçar indicadores para avaliação institucional.

O grupo, em suas respostas, sugeriram questões inerentes à formação dos professores, espaço físico escolar, práticas e recursos pedagógicos, materiais disponíveis para o desenvolvimento do trabalho, financiamento da educação infantil,

a alimentação escolar, documentação legal da escola, o grupo de trabalho, bem como a coletividade para o trabalho, recursos humanos suficientes para o atendimento qualificado, número de alunos por sala, a gestão, a participação e a relação do trabalho pedagógico considerando o cuidar e o educar.

*“Creio que devem ser avaliados aspectos como a atividade lúdica e o desenvolvimento das brincadeiras, a capacidade das crianças se expressarem e se relacionarem com os coleguinhas e professores e também deve ser avaliada a própria avaliação utilizada na escola” (Pa1).*

*“O professor, a escola, os métodos, o ambiente, como é aplicada cada técnica, em fim, tudo. Avaliar não é criticar, sem finalidade, apenas para competir é para que ambos cresçam para um bem maior, a instituição e a criança” (Pa2).*

As respostas destes pais entrevistados evidenciam suas preocupações em relação a importantes indicadores da qualidade que dizem respeito ao trabalho pedagógico, as condições físicas do espaço educativo, o trabalho do professor e também questões mais amplas como a alimentação oferecida às crianças e organização escolar no sentido de horários de atendimento aos alunos.

*“As condições físicas do ambiente das salas de aula, horário das aulas, o tipo de merenda oferecida, o trabalho das pedagogas, o trabalho das demais pessoas envolvidas na escola” (Pa4).*

Todos esses indicadores levam a considerar a importância de se observar a legislação nacional vigente para a EI no processo de escolarização das crianças de 0 a 5 anos que define o tempo de permanência das crianças em ambientes escolares, a formação inicial e continuada dos profissionais e espaços físicos que disponham de ambientes para proporcionar a execução de atividades que possibilitem o desenvolvimento das crianças.

Destaca-se algumas das respostas que vem de encontro à discussão acima.

*“As condições do espaço físico e condições de atendimento às crianças e os profissionais” (F1).*

*“Formação dos professores, espaço físico, acessibilidade, documentos como PPP e Regimento, recursos pedagógicos adequados à idade” (Pr3).*

*“O número de alunos por sala, materiais disponibilizados, atividades e brincadeiras proporcionadas, a união do cuidar e do educar, espaço físico, etc.”(Pr2).*

Ao analisar estas respostas busco refletir sobre questões importantes que dizem respeito a alguns princípios que segundo Zabalza (1998, p 55) “(...) podem agir como ideias matrizes capazes de dar origem a processos de aperfeiçoamento da qualidade nas escolas”. Estes princípios perpassam questões sobre a participação individual e coletiva dos sujeitos envolvidos nos serviços oferecidos pela escola, à existência de uma proposta estável com objetivos bem definidos que levem em consideração o desenvolvimento infantil, o investimento na formação do pessoal que trabalha diretamente na escola e as boas relações geradas nos ambientes educativos que acabam gerando uma combinação entre o trabalho e o prazer de estar naquele lugar.

#### **4- Periodicidade para a realização da avaliação institucional na Educação Infantil.**

Já na quarta e última categoria que trata da periodicidade de realização da avaliação institucional muito fortemente foi destacado pelos entrevistados que deveria ser duas vezes ao ano, ou seja, semestralmente.

*“De 6 em 6 meses para ver se as modificações da avaliação anterior deram resultado”(R1).*

*“Semestral, sendo este o tempo ideal para que cada educador possa se adequar as exigências e explorá-las com competência e comprometimento” (R2).*

A periodicidade necessária para que se tenha subsídios para que se possa traçar novas metas, novas ações, bem como justificar através dos indicadores de resultados oficiais as verdadeiras necessidades da instituição considerando as necessidades das famílias e das crianças. Por isso seria necessário realizar duas avaliações institucionais no ano para se observar se houveram avanços ou retrocessos, bem como planejar e adequar o atendimento, o funcionamento, o trabalho pedagógico.

Também se destaca a avaliação semestral para lutar pela autonomia da escola nas decisões na qual lhe diz respeito, neste caso nas situações de gerenciamento das ações na busca da qualificação, bem como na perspectiva de lutar pelos objetivos traçados no Projeto Pedagógico da escola.



## 50 PROJETO DE INTERVENÇÃO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES

### 5.1. Justificativa da Intervenção

O planejamento das ações deste projeto de intervenção ancora-se numa perspectiva definida por Damiani (2012) a qual:

Considera o emprego da palavra intervenção para denominar determinado tipo de pesquisa educacional no qual práticas de ensino inovadoras são planejadas, implementadas e avaliadas em seu propósito de maximizar as aprendizagens dos alunos que delas participam. Parte-se do pressuposto de que as intervenções em Educação, em especial as relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem, apresentam potencial para, simultaneamente, propor novas práticas pedagógicas (ou aprimorar as já existentes), produzindo conhecimento teórico nelas baseado (DAMIANI, 2012, p. 2).

O plano de ação deste projeto de intervenção que será apresentado a seguir surge a partir da observação do resultado da pesquisa diagnóstica e justifica-se pela necessidade apresentada pelos participantes de se realizar uma avaliação institucional na EMEI Casa da Criança.

Neste plano de ação serão oportunizados espaços de discussão e estudo envolvendo os participantes em momentos de reflexão sobre temas referente à temática para que possa subsidiar a efetivação dos objetivos traçados neste projeto.

Para Barbosa e Moura (2012, p. 95) “o plano de ação deve ser, consistente, com clareza nas atividades e prever a realização de estudos e debates sobre o que é significativo e importante no trabalho em equipe”.

É um documento que apresenta, de forma estruturada, os procedimentos e recursos que serão mobilizados para a execução daquilo que foi expresso no escopo do projeto, em especial a realização de seus objetivos e resultados esperados. (BARBOSA E MOURA, 2012, p. 95)

Neste sentido apresentarei a seguir o contexto, os sujeitos da intervenção, as ações e metodologias específicas que foram utilizadas para desencadear as discussões na intenção de se atingir os objetivos traçados na pesquisa.

### 5.2. Contexto e sujeitos da intervenção

O contexto onde aconteceram os encontros foi a própria escola, pois acredita-se que é neste e deste espaço que devem emergir os anseios dos participantes.

Consideram-se os participantes dos encontros beneficiários diretos da ação. Neste caso, as professoras, os recreacionistas e os membros do Conselho Escolar, pois na constituição de uma avaliação institucional numa perspectiva participativa e democrática é este segmento que deve coordenar a execução da proposta de efetivação da avaliação institucional.

Estima-se que as reflexões consolidadas nos encontros de formação beneficiem os diferentes segmentos da comunidade escolar.

### **5.3. Plano de Intervenção**

Apresentarei a seguir, detalhadamente o plano das ações que foram desenvolvidas no âmbito da intervenção que seguiram a programação e execução de um plano de ação que incluiu ações educativas e a efetivação da realização da avaliação institucional da EMEI Casa da Criança, que buscou contribuir para enfrentar e/ou resolver problemas colocados de forma colaborativa.

A proposta deste projeto foi pensada e dividida em dois grandes momentos: o primeiro que tratou de seis encontros de formação e o segundo da realização da avaliação institucional.

Para o primeiro momento encontrei nos estudos de Warschauer (2001) a metodologia de organização de seis encontros de formação com uma proposta intitulada “A Roda de Professores”, sendo essa uma prática de autoformação assistida e partilhada.

Warschauer (1993) aponta que

Uma característica do que estou aqui denominando de Roda é a de reunir indivíduos com histórias de vida diferentes e maneiras próprias de pensar e sentir, de modo que os diálogos, nascidos desse encontro, não obedecem a uma mesma lógica. São às vezes, atravessados pelos diferentes significados que um tema desperta em cada participante (WARSCHAUER, 1993, p. 46).

Neste sentido, conforme também afirmam Albuquerque e Galiazzi (2011) a proposta com essa configuração em roda, “facilita a comunicação”.

Os sujeitos conseguem se olhar, e, com isso, as interações acontecem com mais facilidade. Ocorrem trocas de olhares, trocas de argumentos, trocas de críticas, trocas de experiências. Quando se está em roda, as trocas acabam sendo inevitáveis; conseguimos por meio dela conhecer um pouco do outro, observando seu comportamento, suas reações e manifestações (ALBUQUERQUE E GALIAZZI, 2011, p. 386).

Nesta perspectiva, busquei mobilizar os participantes na compreensão e interesse das ações e temáticas a serem discutidas.

Para estes encontros utilizei estratégias de mediação da aprendizagem onde é papel do mediador contribuir com a formação da autonomia dos participantes (BELMONTE, 2003).

Já na esteira de Feuerstein (apud RIGO, 2014), o mediador é aquele capaz de enriquecer a interação dos participantes com o ambiente.

Mediar é ser parceiro na aprendizagem, observar e avaliar a participação dos sujeitos favorecendo o progresso, instaurar relações de auxílio, organizar o contexto, imaginando e propondo situações, é colocar-se no lugar do outro percebendo suas intenções.

Por isso a intenção foi realizar estudos dirigidos que é uma estratégia de ensino e pode ser definida como estratégia instrucional ou plano de ação didática, uma disposição ou maneira de utilizar métodos e técnicas de ensino, nos momentos metodológicos didáticos mais adequados, a fim de tornar o ensino e a consequente aprendizagem mais eficientes ao alcance dos objetivos visados. Ou ainda, como métodos de ensino, quando os professores dirigem e estimulam o processo de ensino em função da aprendizagem dos alunos utilizando intencionalmente, um conjunto de ações, passos, condições externas e procedimentos. Portanto, as estratégias de ensino são ações didático-pedagógicas intencionais utilizadas para que se possa obter melhores resultados no processo ensino-aprendizagem.

Estas atividades tem a intenção de contribuir com a formação dos profissionais da EMEI Casa da Criança qualificando os processos através de ações específicas voltadas a proposta do projeto, como por exemplo, promovendo uma reflexão crítica e reflexiva entre teoria e prática e, especialmente, descobrindo na prática que trabalhar na Educação Infantil, bem como buscar estratégias para qualificar a ação é, assim como afirma Cecília Meireles, “escolher o sonho” e para que de certa forma, parafraseando Freire, “tomar os sonhos nas mãos”.

É nesse sentido que surgiu a proposta de trabalhar com a capacitação dos profissionais para que através da efetivação da segunda ação da intervenção que é a efetivação da avaliação institucional na busca por qualidade na Educação Infantil, possamos tomar o sonho nas mãos e fazer da escola um ambiente que represente a toda a comunidade escolar.

Estas duas ações foram estruturada para acontecer durante três meses, com atividades de estudos dirigidos de textos específicos sobre a temática na busca de que estas ações auxiliassem os participantes na construção de uma identidade escolar.

Os encontros pensados para acontecer quinzenalmente com duração de duas horas cada onde serão estudados, debatidos e refletidos os textos sugeridos pela mediadora/pesquisadora, bem como efetivada uma proposta de organização de uma avaliação institucional a ser realizada ao final do segundo trimestre letivo.

Para realizar a ação busquei focar o trabalho numa proposta onde pudesse colaborar posteriormente com o trabalho da/na escola. Penso que esta oportunidade que o curso tem proporcionado a mim e aos colegas foi uma maneira de nos aprofundarmos com as temáticas que envolvem a EI, bem como subsidiando para qualificar tanto a ação, como nossa luta pela qualificação dos espaços e da nossa própria formação.

#### **5.4. Descrição e análise das ações**

##### **5.4.1. Os encontros de formação**

Apresentarei a seguir a descrição detalhada e análise das ações propostas em cada encontro de formação realizada com os profissionais da EMEI Casa da Criança. Na mesma lógica da organização da análise das respostas das entrevistas que compuseram o diagnóstico da pesquisa, para manter o nome dos participantes em sigilo utilizei a seguinte identificação para cada um que tenha participado dos encontros.

Professores – Pr 1, Pr 2, Pr3, Pr4, Pr5 e Pr6.

Pais membros do Conselho Escolar– Pa1, Pa2, Pa3.

Recreacionistas – R1, R2, R3 e R4.

Funcionários – F1, F2 e F3.

Cabe ressaltar aqui que de 2015 para 2016 tivemos mudanças no quadro de profissionais alterando assim o número total de profissionais em relação ao diagnóstico.

Também saliento que algumas ações precisaram ser reorganizadas, de forma que, assim como era previsto, encontros quinzenais estes aconteceram dentro das possibilidades da escola.

### **1º encontro da intervenção**

**Data:** 06/04/2016

**Horário:** 18h às 19h 30 min.

**Local:** EMEI Casa da Criança

O primeiro encontro da intervenção constou da apresentação do projeto de intervenção e do plano de ação organizado para ser desenvolvido na escola.

No dia 06 de abril durante a reunião pedagógica mensal que acontece na escola a coordenadora da EMEI Casa da Criança me cedeu um espaço de duas horas da reunião para fazer a apresentação do projeto que havia sido qualificado em 18 de março de 2016, bem como as propostas do plano de ação que constavam de dois momentos, seis encontros de formação na perspectiva da organização da Avaliação Institucional propriamente dita.

Neste dia apresentei através dos slides utilizados para a qualificação, os resultados da pesquisa diagnóstica na qual um grande grupo dos colegas participou das entrevistas.

O encontro foi realizado em uma sala de aula da escola e este foi organizado e agendado em conjunto com a coordenação com a finalidade de proporcionar interação dos participantes com a temática do projeto, viabilizando o conhecimento da proposta, bem como socializar e discutir os achados do estudo e motivar o grupo de colegas e o Conselho Escolar na participação das atividades traçadas para serem desenvolvidas.

#### **Desenvolvimento das ações:**

Recebi as professoras e demais funcionárias que trabalham na escola (neste primeiro encontro, infelizmente a presidente do Conselho Escolar que representa os pais neste segmento não pode se fazer presente devido a compromissos

particulares) com um chá e algumas guloseimas, pois a noite estava bastante fria e muitos haviam acabado de encerrar suas atividades letivas naquela tarde.

Após a fala da coordenadora que informou o grupo da proposta da reunião para aquela noite comecei o trabalho apresentando o projeto destacando o diagnóstico e as categorias que emergiram do mesmo que foram avaliação institucional, avaliação institucional como potencializadora da qualidade, indicadores de qualidade e periodicidade para a execução da avaliação. Em seguida, solicitei ao grupo que falassem das suas impressões e expectativas em relação ao projeto. Como não houve manifestação do grupo, e não posso negar que isto acabou me deixando um pouco frustrada, pois toda ação foi organizada levando em conta as respostas daquele mesmo grupo sobre a importância de a escola passar por uma avaliação, busquei uma estratégia para que os presentes se posicionassem. Dividi os presentes em três pequenos grupos e entreguei a cada um uma folha ofício e solicitei então que, no coletivo escrevessem o que pensavam em relação à proposta.

A partir do que escreveram realizamos um debate sobre o que foi levantado nos grupos. Na medida em que discutíamos pareceu-me que o grupo começou a tomar conhecimento e envolvimento com a proposta e os participantes manifestavam perceber a importância deste momento para qualificar as ações e práticas diárias da escola.

Neste novo formato onde escreveram suas opiniões sobre a proposta, os participantes sentiram-se bem à vontade para dizer o que pensavam. Não pude deixar de perceber em alguns momentos que “culpavam” o “sistema” por não permitir que algumas práticas pudessem dar certo. Em uma das manifestações de uma professora ela deixa claro sua insatisfação e coloca que:

*“Muitas coisas e grupos são formados de forma conveniente e para que a coisa seja democrática precisa que todos participem ativamente... as escolas hoje em dia são umas caixinhas, cada um dentro da sua caixinha submetido a uma caixa maior que é o sistema... é cada um no seu quadrado e o pessoal que estão dentro das escolas discordando do sistema, mas continua todo mundo passivo. O que tem que mudar é o sistema e pra mudar o sistema tem que ser diferente, porque não é só ficar tapando buraco como vem fazendo. Tem que ter envolvimento, leitura, entendimento do que se está fazendo e disponibilidade, mas pra isso tu não pode ser liberada do teu trabalho pra participar” (Pr1).*

Busquei à luz da teoria, mostrar ao grupo as minhas intenções com a avaliação institucional, bem como do que ela trata. Trouxe para discussão aquilo que discuto no decorrer do Campo Teórico Conceitual deste projeto de que minha intenção não era discutir questões que tratam da avaliação dos diferentes processos e sim o pensar o papel da avaliação enquanto um instrumento para refletir, repensar, qualificar e replanejar ações que envolvam diretamente a qualificação do trabalho na escola. Para isso encontrei nas palavras de Melchior (2004) inspiração para justificar minha afirmação pois a autora defende que o ato de avaliar deve pensar “(...) o sentido democrático da avaliação” e que esta “(...) exige mudança de perspectiva, onde não basta avaliar aluno e professor, é preciso avaliar toda a instituição escola” (MELCHIOR, 2004, p. 9).

Nesse sentido, busquei conscientizar os colegas que a avaliação neste caso em se tratando da avaliação institucional leva à tomada de consciência sobre a instituição, instaura a reflexão e o questionamento, levando a produzir sentidos. Sentidos esses que se refletem efetivamente no trabalho diário da instituição, nas relações estabelecidas entre escola e toda sua comunidade escolar e, ainda, visa promover mudanças efetivas no trabalho da equipe, qualificando as ações e a atuação dos diferentes setores dentro da própria instituição.

Dias Sobrinho (2003, p. 79) ainda nos diz que “(...) não é possível assegurar a qualidade da educação simplesmente por meio de reformas ou medidas externas e que não contem com a participação direta dos agentes dos processos educativos”. Por isso, sabemos que em muitas ações os “sistemas” podem sim engessar e impedir que os avanços aconteçam, mas como afirma uma professora em seu relato.

*“Ao mesmo tempo a avaliação da instituição é independente de sistema funcionar ou não funcionar, a avaliação institucional é pra ajudar a que cada um dê o seu melhor, faça o seu melhor, porque as crianças estão ai pra serem atendidas” (Pr4).*

Outros dois posicionamentos concretizam e enxergam na avaliação institucional um momento positivo na busca da qualificação do trabalho, mas que para isso necessita de união do grupo e participação de todos. Isto fica evidenciado na seguinte declaração:

*“Eu acho que tem tudo pra dar certo, mas há uma falta de união das pessoas naquilo que é em benefício coletivo, ninguém se une” (Pr1).*

Penso que esta declaração nos faz refletir sobre a cultura da participação e da democracia que ainda é algo que não é efetivamente vivenciada, principalmente nas escolas. A participação, conforme afirma Barroso (1995, p. 17) “(...) não é um ritual que se reserva para os grandes momentos”. A participação é um modo de vida que permite resolver favoravelmente a tensão sempre existente entre o individual e o coletivo, a pessoa e o grupo, na organização.

Já a segunda professora a se manifestar declarou:

*“Eu acho que isso da gente ter um tempo pra fazer uma avaliação, ver o que tá melhorando, o que a gente pode melhorar, o que a gente pode mudar é um caminho legal da gente fazer, pois o pensar junto, de ver o que precisa mudar, num espaço onde todo mundo junto tá pensando sobre a mesma coisa” (Pr4).*

Encontro nas palavras de Melchior (2004) que qualificar a escola pública é um desafio e este desafio exige liderança, trabalho coletivo, perseverança e capacidade de mobilização e que a participação, autorreflexão e discussão devem estar refletidas na busca das mudanças efetivas e é nessa perspectiva que a avaliação institucional visa identificar o que está bem e o que precisa ser qualificado. Ainda sobre essa questão, posso refletir sobre minha escolha no tipo de proposta de formação que busquei realizar junto ao grupo de colegas da EMEI Casa da Criança que foi desenvolver uma pesquisa onde os sujeitos de forma coletiva e colaborativa, pudessem ser atores e não meros partícipes nas ações, porque acredito que assim como afirma Warschauer(1993) é fundamental que todos durante os momentos de discussão e formação tenham a “compreensão da complexidade da escola”.

Como avaliação deste encontro, posso considerar que foi positivo, pois após estes momentos de participação do grupo pude perceber e concluir que os colegas da EMEI Casa da Criança percebem sim a necessidade de a escola ser repensada a partir de resultados concretos, advindos da comunidade escolar em geral, que são os usuários dos serviços oferecidos nesta instituição. E, neste caso trata-se da educação de crianças de 0 a 5 anos de idade e que, por se tratar da primeira etapa



da educação básica, necessita de um olhar voltado a qualidade das ações educativas e do cumprimento da legislação que rege esta etapa escolar conforme fica explicitado na LDBEN9394/96 em seu artigo 29 que dispõe que a educação infantil é a “(...) primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

## **2º encontro da intervenção**

**Data:** 07/06/2015

**Horário:** 18h às 19h 30 min.

**Local:** EMEI Casa da Criança

O segundo encontro da intervenção teve como temática abordada a Avaliação Institucional no âmbito da Educação Infantil e teve como principal objetivo: Conhecer teoricamente do que trata a Avaliação Institucional e sua importância para qualificar a Escola de Educação Infantil. Este encontro foi realizado em sete de junho no horário das 18 às 20 horas.

Para este dia estavam previstas algumas ações importantes dos encontros onde iríamos começar a conhecer a proposta, e para isto, foram organizados momentos de dinâmica, estudo de texto sobre os princípios e os pressupostos da avaliação institucional, discussão coletiva e, indicativos de temas a serem contemplados na avaliação.

O encontro foi realizado no refeitório da escola e este foi organizado e agendado em conjunto com a coordenação com a finalidade de garantir momentos de estudo e reflexão sobre a importância da temática para a EMEI Casa da Criança pelos colegas e o Conselho Escolar.

### **Desenvolvimento das ações:**

Recebi as professoras e demais funcionárias que trabalham na escola, bem como a presidente do Conselho Escolar, com um chocolate quente preparado por mim e a coordenadora da escola e algumas biscoitinhos salgados, pois a noite

estava bastante fria e muitos haviam acabado de encerrar suas atividades letivas naquela tarde.

No primeiro momento dei início às atividades planejadas para este encontro com a proposta de uma dinâmica intitulada “O abrigo subterrâneo” (ANEXO C), pois buscava envolver o grupo ao trabalho refletindo um pouco sobre momentos em que somos submetidos a avaliar e fazer escolhas.

Após, pedi aos presentes se manifestarem sobre suas escolhas justificando-as. Em seguida busquei inserir a temática a ser trabalhada no encontro onde destaquei que em todos os momentos do nosso dia a dia passamos pela avaliação, sendo avaliados e/ou avaliando atitudes e ações e, que muitas vezes precisamos dela para tomar decisões.

Na sequência, realizei a entrega de cópias do capítulo 2, itens 1 e 2 do livro de Maria Celina Melchior, “Avaliação Institucional na Escola Básica”, que tem como título “Princípios e pressupostos da Avaliação Institucional”. Os presentes foram divididos em três grupos, onde cada grupo realizou a leitura e a discussão do mesmo realizando registros e suas conclusões acerca da leitura.

Após o término da leitura nos grupos os participantes foram instigados a se posicionarem em relação ao conteúdo do texto, onde comentaram o que acharam da leitura, bem como expusessem suas opiniões em relação ao mesmo.

O texto tratava, especificamente, de alguns pressupostos básicos e os princípios importantes para que se dê o verdadeiro significado e que devem ser pautados na avaliação institucional e, que para isso, segundo Melchior, (2004, p 34), “(...) seria necessário fazer essa discussão e reflexão no grupo através de fundamentos teóricos que darão base à ação sensibilizando-os à construção de uma nova concepção e significado a avaliação”.

Segundo Melchior (2004) alguns pressupostos e princípios devem pautar a avaliação institucional.

Os pressupostos da avaliação institucional são:

- Existência de liderança e coerência nos objetivos, que trata da responsabilidade dos líderes na condução, sistematização, implantação das ações, bem como no planejamento da participação do grupo;
- Envolvimento e desenvolvimento das pessoas, onde trata do ato de avaliar como forma de autoconhecimento, bem como para buscar melhorias;

- Relações entre aqueles que atuam na instituição e a comunidade, trata da importância das relações serem baseadas na confiança e na integração entre famílias e escola, onde a participação do coletivo nos processos de avaliação oportuniza e contribui para sua qualificação;
- Ação orientadora para o usuário do serviço, que trata do papel social que a escola tem a desenvolver e que as suas características básicas precisam estar intrinsecamente vinculadas ao contexto para não perder sua essência.

Quanto aos princípios da avaliação institucional, pode-se dizer que esta ação deve estar vinculada a princípios que representem uma concepção de educação que perpassa a instituição, tais como:

- Como elemento do processo, onde a ação avaliativa faz parte do processo educacional, ou seja, que seja fruto de um projeto oriundo do coletivo;
- Legitimidade, que esteja de acordo com toda a comunidade escolar;
- Comparabilidade, que os resultados da avaliação possam ser utilizados com clareza para comparar resultados e desempenhos, bem como para a autorreflexão e redefinição dos rumos na continuidade do processo;
- Globalidade, neste princípio é que se estabelecem o que é necessário avaliar sem afastar-se do caráter institucional da avaliação, bem como sem deixar de enxergar a instituição como um todo;
- Participação/adesão voluntária, aqui se trata da importância da participação de todos de forma voluntária no sentido de que avaliar a instituição tornar-se-á um instrumento de democratização;
- Continuidade, que passa pela cultura da melhora contínua para impulsionar inovações e criatividade. É nesse princípio que a comparabilidade também se faz presente, pois com a continuação dos processos avaliativos é que podemos realizar a comparação dos dados na busca das melhorias necessárias.

Naquele momento das discussões acerca do texto, a participação do grupo foi muito enfática no que diz respeito à liderança e união do grupo.

Os participantes tomados por um sentimento de insatisfação com um fato ocorrido na escola há alguns dias atrás, que envolveu a decisão de uma professora em sair da escola, começaram uma discussão em torno da questão de como enxergam o papel da liderança e como, quando esse papel encontra-se desgastado, pode afetar as relações e a participação do grupo de forma prazerosa e voluntária nas ações da instituição. Alguns registros desta discussão me fez refletir em torno de como, muitas vezes, a insatisfação do grupo em relação às escolhas, decisões e postura da liderança da escola pode não ser compreendida pelos colegas e, enxergadas como sendo atitude de autoritarismo, não transparência e, até mesmo de insensibilidade em relação ao grupo de trabalho.

Os colegas comentaram que em anos anteriores, em outros momentos da gestão da escola, tiveram a oportunidade de trabalhar com mais entusiasmo, mais vontade porque sentiam no líder uma pessoa que mobilizava, cuidava e defendia seu grupo de trabalho com transparência nas ações e com mais abertura ao diálogo e isto era constante. Um registro da fala de duas colegas evidencia isso, quando diz que:

*“Falta transparência, olho no olho, falta diálogo, um grupo e um trabalho para o coletivo” (R5).*

Outra colega confirma a fala acima declarando que:

*“É nessa falta de liderança e através deste descontentamento que leva a não participação” (Pr1).*

Estas questões perpassam as dimensões de avaliação da qualidade para a educação infantil no que tange as características da gestão escolar, que pressupõe-se, sejam de ordem democrática, e que necessitam ter em suas características o que prevê os Indicadores da Qualidade na Educação (2009b, p. 31), a qual “(...) o compartilhamento de decisões e informações, a preocupação com a qualidade da educação e com a relação custo–benefício e a transparência”, bem como as interações existentes em um grupo de trabalho em Educação Infantil.

A instituição de educação infantil é habitada por um grupo de adultos e por um grupo de crianças. É, portanto, um espaço coletivo de convivência, onde acontecem interações entre crianças, entre crianças e adultos e entre adultos. Sendo uma instituição educacional, essas interações devem ser formadoras, no sentido de que devem ser baseadas nos valores sociais que fundamentam sua proposta pedagógica. A cidadania, a cooperação, o respeito às diferenças e o cuidado com o outro são aprendidos na vivência cotidiana. Por isso, não podemos esperar que as crianças desenvolvam essas atitudes se os adultos não as demonstram em sua forma de atuar na instituição, com as crianças, os colegas e as famílias (BRASIL, 2009, p. 45).

Nesse encontro, pude perceber que há um fator que vem interferindo as boas relações entre o grupo e isso fica evidenciado a partir da fala da colega que defendeu que no trabalho coletivo exige a presença e o respaldo do grupo para com o grupo e afirma que:

*“O respaldo no trabalho vem do grupo que se trabalha e se no grupo não tem um respaldo e não tiver quem grite por nós, aqui mesmo do grupo, acaba que não se tem união.” (Pr1).*

Todos esses aspectos ressaltados me levam a pensar sobre a qualidade na Educação Infantil e estes devem ser considerados como valores que devem orientar as ações em educação Infantil, bem como tantos outros que dizem respeito à competência, responsabilidade, qualidade e eficácia no que se faz e, principalmente na confiança no ser humano, pois quando se tem confiança no outro, se tem espaço de diálogo e discussão na busca de uma melhor interação, fortalecendo assim a união e a participação coletiva do grupo de trabalho.

No âmbito do trabalho nas instituições de EI o ato de educar torna-se uma tarefa colaborativa, onde acontecem momentos de interação entre os agentes profissionais e todos os integrantes da escola passam a ser protagonistas nos processos educativos.

O discurso dos colegas, a partir da leitura do texto, desencadeou uma nova questão importante de ser discutida e analisada que é a resignificação do espaço escolar. Acredito que este seja o momento de se pensar sobre a função da escola como ambiente de interações humanas. E, para que se torne verdadeiramente um ambiente de aprendizagens e colaborativo precisa ser pensada a partir da união coletiva do grupo para se obter a eficácia do trabalho.

Como avaliação deste encontro destaco que as professoras realizaram uma análise crítica sobre a união, a liderança e dos processos organizacionais vigentes na escola em que atuam. Elas também ressaltaram que a participação é tarefa difícil, pois necessita, primeiramente, de um grupo engajado e unido.

A partir do estudo realizado no âmbito da formação, os participantes começaram a se expor diante das necessidades escolares. Por isso a importância de se considerar esses momentos de formação dentro dos espaços de atuação e escolar, pois é a partir desses relatos que se almeja a identificação da necessidade de mudança, refletindo sobre as ações e qualificando os processos educativos e fortalecendo o grupo de trabalho na busca da qualidade.

### **3º encontro da intervenção**

**Data:** 09/06/2016

**Horário:** 16h às 17h 30 min.

**Local:** Biblioteca da EEEF Dr. Alcides Marques

O terceiro encontro da intervenção teve como temática para impulsionar o debate os Parâmetros Nacionais da Qualidade para a Educação Infantil e o seguinte questionamento inicial: O que se entende por qualidade na Educação Infantil?

Neste dia, nosso encontro aconteceu na Biblioteca da EEEF Dr. Alcides Marques, escola estadual vizinha da EMEI, onde contamos com a parceria, apoio e carinho da direção desta escola, Prof<sup>a</sup>. NadileBentancourt, que está sempre disposta a nos auxiliar quando necessitamos. Esta solicitação de espaço para a realização do encontro se deu, pois não realizamos a liberação das turmas, nem mesmo, utilizamos horário pós-expediente da escola e, com isso, não tínhamos espaço disponível para a realização do mesmo.

Este encontro tinha como objetivo conhecer a legislação que fundamenta e orienta o que define a qualidade na Educação Infantil.

No primeiro momento e, buscando envolver o grupo ao trabalho, foi apresentado um vídeo intitulado “A qualidade na Educação Infantil<sup>3</sup>” onde foi organizado sucintamente a legislação específica da EI, os valores que devem

---

<sup>3</sup> Vídeo do Youtube disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EB3it7E23>>. Acesso em: 09 jun. 2016

orientar as ações de uma Escola Infantil, e os cinco pilares que interferem diretamente na qualidade. O vídeo consta de um material organizado por um grupo de três alunas e sua professora orientadora do Departamento de Pós Graduação do Instituto de Ciências Sociais e Humanas mantido pelo Centro de Ensino Superior do Brasil.

### **Desenvolvimento das ações:**

Recebi as professoras com um mimo que constava de um caderno e um lápis decorado para cada uma delas, onde deveriam realizar os registros dos encontros, bem como dúvidas, questionamentos e impressões a cerca das discussões das temáticas estudadas.

Convidei a todas para assistirem ao vídeo “A qualidade na Educação Infantil” e solicitei que fossem fazendo anotações. Após, estimulei um debate sobre as ideias abordadas no mesmo. Durante a visualização do vídeo, por vários momentos, foi necessário pausá-lo, pois as professoras já iam se manifestando em relação a alguns pontos que pra elas seriam bastante polêmicos ou que efetivamente estaria sendo necessário desenvolver mais na escola, ou seja, ações e valores que precisariam ser levadas a uma discussão maior no grupo.

O vídeo apresentado trazia uma mensagem de que a qualidade na Educação Infantil perpassa, pra além de se respeitar a legislação vigente, observar valores que devem orientar as ações da escola e dos profissionais que estão inseridos neste contexto educacional. Seriam eles: competência, confiança no ser humano, responsabilidade, gestão democrática, qualidade no que se faz, respeito e eficácia no acolhimento. Este último ponto foi um dos mais polêmicos diante das discussões e que despertou a necessidade do grupo falar sobre como observavam como vinha se dando o acolhimento das crianças e das famílias no âmbito da instituição.

Foi relatado por uma colega que uma atitude de um profissional da escola lhe havia causado espanto, pois tinha observado incoerência no momento da recepção de alguns alunos, onde presenciou certa distinção no recebimento de algumas crianças. E afirmou:

*“Esses dias ouvi de uma colega que não competia a ela pegar no colo as crianças que chegam chorando. Mas em outro momento, com uma outra criança, ela pegou no colo sem problemas” (Pr3).*

Infelizmente essas atitudes acabam sendo naturalizadas no âmbito escolar pelo fato de não se saber como lidar com esse tipo de situação.

Questionei, então, como se poderia solucionar esse “problema”, visto que estava sendo apresentado pelo grupo como uma ação que desvalorizava todo um trabalho voltado a qualidade no acolhimento de crianças na escola? Fica claro na fala das colegas que as situações são solucionadas quando os fatos acabam chegando, em última instância, como queixas de pais na SMED.

Para a gestão essas situações são muito delicadas de se tratar no âmbito escolar, e declara:

*“Se eu falo não se resolve nada, e ainda acabo arranjando mais gente sem vontade de trabalhar na escola e arranjar mais um problema como este”(Pr4).*

Paro (2015) justifica a administração/gestão escolar como mediação para a realização de fins específicos. E ainda considera:

O caráter mediador da administração. Sua ação na escola perpassa todos os momentos do processo de realização do ensino, incluindo não apenas as atividades-meio, mas também as atividades-fim, em especial aquelas que se dão na relação educador-educando, pois a ação administrativa só termina com o alcance do fim visado (PARO, 2015, p. 25).

Para os colegas, há a necessidade que, de alguma forma, se discuta essas questões, tanto a do papel do gestor, como a função do educador no ato de acolher as crianças. E sugerem que sejam abordadas essas temáticas em reuniões pedagógicas, nas conversas individuais e consideram que tal acolhimento deve ser realizado por alguém que se disponha a efetivamente receber os alunos de forma a fazê-las sentir bem em estar na escola.

Num segundo momento foi realizada a apresentação de um power point organizado pela mediadora do encontro onde constavam os principais dados apresentados nos dois volumes do material disponibilizado pelo MEC intitulado



“Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” enfocando no eixo quatro do volume 1, que destaca a qualidade na perspectiva da legislação e da atuação dos órgãos oficiais no Brasil.

Para direcionar o trabalho buscando salientar a legislação foi entregue às colegas um texto retirado deste mesmo material onde puderam fazer a leitura coletiva do mesmo e se posicionarem através de registro nos seus cadernos individuais, apontando suas impressões em relação aquilo que é indicado pela legislação no que tange a qualidade e as possibilidades de qualificação das ações da EMEI Casa da Criança a partir da proposta deste projeto de intervenção.

Um dos apontamentos de uma colega é sobre o credenciamento das escolas de Educação Infantil, ação esta prevista no PME e que ainda não se concretizou, mas que está se caminhando para tal, visto que um dos indicativos de qualificar a oferta no município seja de que as escolas possam atender as crianças de forma responsável e, para isso, deverão passar pela autorização de funcionamento e credenciamento do Conselho Municipal de Educação (CME).

*“A minha expectativa, em particular, é que estas políticas sejam realmente efetivas, não só no nosso município, mas na nossa escola. Espero melhorias na parte técnica, que as escolas sejam credenciadas pelo CME e que com isso, venham os benefícios oriundos deste processo” (Pr4).*

Fica claro neste posicionamento da colega que para uma instituição que tem como objetivo trabalhar com crianças na faixa etária da Educação Infantil precisa estar efetivamente credenciada pelo órgão responsável, no nosso caso o CME, pois este estará indicando as condições necessárias e definirá exigências conforme legislação vigente para que esta possa efetivamente oferecer segurança, através de espaços adequados para o desenvolvimento do trabalho profissional, bem como que ofereça uma Proposta Pedagógica voltada ao desenvolvimento integral nos aspectos, físico, cognitivo e afetivo das crianças.

Em se tratando de espaço fica claro, ao analisar os registros das colegas, que este aspecto é o que mais causa insatisfação, pois declaram que, infelizmente, nossos espaços escolares não são pensados para tal finalidade e, muito menos, recebem manutenção e adequação necessária para oferecer segurança e bem estar às crianças que são atendidas na escola.

*“As leituras, os estudos e o trabalho que estamos iniciando, estão servindo para uma reflexão do nosso objetivo, dos colegas, do espaço, das necessidades, do sistema, das obrigações [...] Ninguém pensa no espaço que a gente tá trabalhando, a gente não tem um salão de recreação e socialização entre as crianças, para brincadeiras, porque neste texto trata disso também, que quando se pensa numa escola tem que se pensar no espaço físico, nos brinquedos adequados [...]” (Pr2).*

Zabalza (1998, p.35) afirma que qualidade também está relacionada ao “próprio funcionamento das instituições” e que a organização dos espaços, juntamente com outros aspectos importantes levam as instituições a um melhor funcionamento na perspectiva de alcançar a qualidade desejada, pois “a variedade de espaços torna possível o desenvolvimento global das crianças e favorece a obtenção para os outros aspectos chave”.

Outro aspecto que apareceu nos registros das colegas e que vai ao encontro com os principais aspectos de qualidade para a Educação Infantil, é a questão da formação docente que deve estar de acordo com as necessidades daquele público específico. Ainda, na esteira de Zabalza (1998) o professor deve manter um equilíbrio, no ato de planejar, entre iniciativa infantil e trabalho dirigido, deve dar atenção privilegiada aos aspectos emocionais das crianças, deve se utilizar de linguagem adequada e saber diferenciar as atividades propostas de forma a abordar todas as dimensões do desenvolvimento e todas as capacidades infantis.

Esta preocupação com o trabalho docente fica evidenciado no registro da professora que declara:

*“Com o avanço dos estudos em torno da Educação Infantil, a atenção dos professores volta-se para as necessidades afetivas das crianças e para o papel que realmente o professor deveria assumir, buscando definir como se dão as aprendizagens, como se constroem os conhecimentos e como de dá o desenvolvimento infantil” (Pr3).*

Por esse motivo, deve-se refletir sobre o papel do educador na EI, pois este vai para além de simplesmente planejar atividades que vise manter as crianças

ocupadas, mas sim pensar ações que organizem o trabalho pedagógico pautado pela indissociabilidade entre o ato de cuidar e de educar de forma significativa, assegurando às crianças momentos de aprendizagem, ludicidade, criatividade, envolvendo-os num ambiente de afetividade e organização.

Para encerrar o encontro realizamos uma breve discussão das questões que foram organizadas pelo grupo no encontro anterior e que foram sistematizadas por mim, verificando se os itens apresentados pelo grupo, como sendo importantes de constarem em uma avaliação institucional da escola, estariam compatíveis com o que a legislação indica para a qualidade na Educação Infantil?

Os aspectos levantados pelo grupo em relação à avaliação foram: a satisfação e entrosamento dos/entre profissionais da escola, o espaço físico, a relação família e escola, a liderança, a comunicação entre o grupo, a cumplicidade/companheirismo/envolvimento, o poder de decisão, a autonomia e autonomia financeira.

Todos estes itens vão ao encontro com o que vem sendo pautado pelos indicadores da qualidade para a Educação Infantil dentro das dimensões de análise que preveem qualificar tanto a participação da comunidade escolar, como subsidiar as ações da escola a partir de um processo de construção coletiva daquilo que é importante numa instituição de Educação Infantil.

Avaliando o encontro, pude perceber o engajamento do grupo na perspectiva de encontrar meios possíveis de qualificar o trabalho na escola. Um grupo que anseia por novos olhares, por participação, comprometimento e coletividade na busca de uma escola que esteja efetivamente cumprindo com seu principal papel na sociedade, educar a criança de forma a considera-la como centro das ações educativas, pedagógicas e organizacionais da instituição.

Acredito que com a efetivação da autoavaliação da EMEI Casa da Criança esses aspectos levantados pelo grupo poderão desencadear outras ações importantes na perspectiva da participação e da construção coletiva de uma escola que visa apropriar-se dos principais objetivos do trabalho com a EI, a partir do olhar da comunidade escolar, e visando qualificar o atendimento das crianças aprimorando-se no trabalho com responsabilidade e considerando-o para que esteja de acordo com as exigências legais.

### **4º e 5º encontro da intervenção**

**Data:** 16 e 23/06/2016

**Horário:** 16h às 17h 30 min.

**Local:** EMEI Casa da Criança

O quarto e o quinto encontros da intervenção tiveram como temática geral as Dimensões e os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Nestes dois encontros tratamos da relação entre a qualidade na educação Infantil, seus indicadores e como devem ser pensados na condução de uma proposta de avaliação institucional.

#### **Desenvolvimento das ações:**

Recebi as colegas com um chá, biscoitos, bolo e bombons no centro de uma mesa e ao redor dela vários livros que dizem respeito a qualidade da Educação Infantil, tais como: O RCNEI, Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, Indicadores da Qualidade na Educação Infantil e o livro de Miguel Zabalza - A qualidade na Educação Infantil.

Em um primeiro momento estimulei o grupo a manusear o material e me dispus a estar alcançando alguns títulos para leituras, visto que muitos estão online e possuo salvo e poderia encaminhar. Ao chegarem ficaram surpresas com o material, pois “imaginavam” que iríamos trabalhar com todos eles naquele encontro.

Logo após, apresentei o material Indicadores da Qualidade em Educação Infantil, material disponibilizado pelo MEC e expliquei que aquele material era utilizado como auxílio para as escolas na condução da avaliação institucional na EI e que nele constavam as dimensões a serem avaliadas, a partir de uma apresentação de um Power Point, organizada pela mediadora, com os principais dados apresentados no material disponibilizado enfocando na utilização dos indicadores para a construção da proposta e na condução do processo de avaliação institucional.

Logo em seguida organizei a discussão, em pequenos grupos, dos indicadores de qualidade retirados a partir da análise das respostas dos participantes das entrevistas na pesquisa diagnóstica deste projeto de intervenção.

Para incentivar o grupo apresentei parte da matriz analítica da pesquisa diagnóstica do projeto que, na entrevista realizada, tratava sobre a categoria de análise dos Indicadores para a avaliação institucional na Educação Infantil.

Nesta matriz as respostas tanto dos profissionais da escola como dos pais entrevistados eram recorrentes de que na perspectiva de qualificar os processos educacionais da instituição seria possível identificar alguns indicadores para avaliação institucional. Tais questões eram inerentes à formação dos professores, espaço físico escolar, práticas e recursos pedagógicos, materiais disponíveis para o desenvolvimento do trabalho, financiamento da educação infantil, a alimentação escolar, documentação legal da escola, o grupo de trabalho, a coletividade para o trabalho, recursos humanos suficientes para o atendimento qualificado, o número de alunos por sala, a gestão, a participação e a relação do trabalho pedagógico considerando o cuidar e o educar.

**Tabela 19 – Matriz de respostas**

Indicadores para a avaliação institucional na EI	O que achas necessário ser avaliado?	Pais	Na perspectiva de qualificar os processos educacionais da instituição seriam possíveis indicadores para avaliação institucional questões inerentes a formação dos professores, espaço físico escolar, práticas e recursos pedagógicos, materiais disponíveis para o desenvolvimento do trabalho, financiamento da educação infantil, a alimentação escolar, documentação legal da escola, o grupo de trabalho, bem como a coletividade para o trabalho, recursos humanos suficientes para o atendimento qualificado, bem como o número de alunos por sala, a gestão e a participação e a relação do trabalho pedagógico
		<p>“Creio que devem ser avaliados aspectos como a atividade lúdica e o desenvolvimento das brincadeiras, a capacidade das crianças se expressarem e se relacionarem com os coleguinhas e professores e também deve ser avaliada a própria avaliação utilizada na escola.”</p> <p>“O professor, a escola, os métodos, o ambiente, como é aplicada cada técnica, em fim, tudo. Avaliar não é criticar, sem finalidade, apenas para competir é para que ambos cresçam para um bem maior, a instituição e a criança. Para termos certeza daquilo que nossos filhos estão inseridos ou quase</p>	

	<p>isso.”</p> <p>“Todas as atividades realizadas na escola.”</p> <p>“As condições físicas do ambiente das salas de aula, horário das aulas, o tipo de merenda oferecida, o trabalho das pedagogas, o trabalho das demais pessoas envolvidas na escola”.</p> <p>“Formação dos professores, recursos pedagógicos, recursos materiais, bem como a alimentação”.</p> <p>“Os professores, a limpeza da escola, a alimentação, a parte elétrica, o saneamento, acredito que tudo teria que ser avaliado para a segurança das crianças, professores e funcionários”.</p> <p style="text-align: center;"><b>Funcionários</b></p> <p>“As condições do espaço físico e condições de atendimento às crianças e os profissionais”.</p> <p>“O andamento da escola, o espaço, o trabalho do professor”.</p> <p>“O trabalho pedagógico e a parte pedagógica da escola”.</p> <p style="text-align: center;"><b>Recreacionistas</b></p> <p>“Tudo o que se refere a educação infantil no modo global”.</p> <p>“Em primeiro lugar os educadores já que estes são os responsáveis pelo desenvolvimento de cada criança na escola, o material a</p>	<p>considerando o cuidar e o educar.</p> <p>Todos esses indicadores levam a considerar a importância de se observar a legislação nacional vigente para a EI no processo de escolarização das crianças de 0 a 6 anos.</p>
--	--	--

		<p>ser oferecido à eles para que possam ser desenvolvidas atividades e espaço físico adequado”.</p> <p>“Tudo. Desde o público atendido na instituição, passando por toda a equipe de trabalho, estrutura física, regimentos e tudo mais que diga respeito ao andamento da escola”.</p> <p>“o coletivo”.</p> <p>“Desde o comportamento de todos os que estão inseridos no grupo escolar, até funções destinadas e orientações, prevalecendo a busca de uma educação com qualidade”.</p> <p><b>Professores</b></p> <p>“A estrutura na qual está alicerçado todas as etapas da educação, e principalmente a da EI, está falsa, desempenhar essa tarefa não é fácil e com a estrutura precária e falta de recursos humanos auxiliares, pior ainda. O desdobramento dos profissionais desta área no sentido de se sentirem incapazes de executar essa tarefa se dá pelo cansaço dos mesmos em ter que cumprir com tarefas que não é de sua responsabilidade, deixando de lado os conhecimentos pedagógicos que deveriam beneficiar aos que a esta esfera pertencem, atividades que visam o desenvolvimento do sujeito como um todo, em detrimento do assistencial.”</p> <p>“o número de alunos por sala, materiais disponibilizados, atividades e brincadeiras proporcionadas, a união do cuidar e do educar, espaço físico, etc.”</p>	
--	--	---	--

		<p>Formação dos professores, espaço físico, acessibilidade, documentos como PPP e Regimento, recursos pedagógicos adequados à idade.”</p> <p>“Gestão, conceitos práticos, avaliação, participação, etc.”</p> <p>“A instituição escolar como um todo. Os professores, funcionários, alunos, ambiente físico (espaço), parte burocrática (PPP e Regimento) visando sempre a melhoria e a qualidade do atendimento prestado.</p>	
--	--	---	--

Fonte: dados obtidos no processo da pesquisa.

Refleti, junto com o grupo, de que todos esses indicadores destacados pelo coletivo me levaram a considerar a importância de se observar a possibilidade de realizar na EMEI Casa da Criança o processo de avaliação institucional.

Para ambos encontros tinha como objetivo geral, realizar o estudo das sete dimensões que fazem parte do material da avaliação institucional na EI.

As dimensões de avaliação são:

- Dimensão Planejamento institucional;
- Dimensão Multiplicidade de experiências e linguagens;
- Dimensão Interações;
- Dimensão Promoção da saúde;
- Dimensão Espaços, materiais e mobiliários;
- Dimensão Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais;
- Dimensão Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

Realizando a análise e reflexão sobre o que as dimensões apresentam como Indicadores da Qualidade em Educação Infantil e relacionando com as respostas



dos participantes da entrevista na pesquisa diagnóstica fica evidente que o grupo, mesmo sem conhecer o material na qual será utilizado para estudo nos encontros conseguiram, sucintamente em suas respostas, destacar todos os aspectos importantes de se observar em uma escola infantil na perspectiva de se atingir a qualidade.

A cada dimensão analisada, o grupo se encarregava de discutir as questões já existentes no material, bem como destacá-las como importantes ou não para compor o material da avaliação institucional da EMEI Casa da Criança e, incorporar mais alguma se sentissem a necessidade. Ao final de cada encontro sistematizávamos o material apresentado realizando o registro de suas percepções.

### **Dimensão 1 – Planejamento institucional**

**Indicadores:** Proposta pedagógica; Planejamento, acompanhamento e avaliação; Registro da prática educativa.

Melchior(2004, p 185) afirma que:

A instituição escolar se caracteriza como uma unidade funcional de planejamento, implementação e avaliação que inclui metas e objetivos a serem alcançados, fazendo-se necessário o questionamento sobre o resultado dos mesmos.

A Educação Infantil ao ser incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) como sendo a primeira etapa da Educação Básica sofreu um grande avanço que gradativamente veio desencadeando a formulação de importantes documentos que orientam sua organização enquanto instituição escolar. Muitos foram os fatores que levaram a sociedade civil e os órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de 0 a 6 anos fosse amplamente reconhecido.

Zabalza (1998, p18) define a escola de EI como uma “(...) unidade institucional e formativa buscando sua própria identidade”. Para isso faz-se necessário pensar a escola de uma lógica organizacional de forma a atender as necessidades das crianças atendidas, suas famílias e profissionais que atuam na instituição. Portanto é necessário que a escola tenha uma proposta pedagógica consolidada que todos conheçam, bem como deve oferecer subsídios aos professores para estarem sempre repensando sua prática, o planejamento, as ações e principalmente fortalecendo ações de formação em serviço para qualificar tanto o trabalho direto com as crianças como a relação com as famílias. ´

Ao discutirmos a questão da proposta pedagógica enquanto objeto de organização e planejamento da prática pedagógica destaco a fala de uma colega que aponta a importância de a proposta pedagógica ser conhecida pela comunidade escolar de forma clara e que esta esteja sempre passando por revisão visando adequá-la às necessidades da instituição e, em sua fala destaca:

*“A nossa escola tem uma proposta pedagógica que precisa ser revista com o auxílio dos pais, pois os que entraram recentemente não a conhecem nem participaram de sua elaboração” (Pr4).*

Nesta perspectiva, saliento a necessidade de a escola/instituição, a partir da participação do quadro profissional e conselho escolar, ter clareza daquilo que apresenta enquanto proposta pedagógica para direcionar o trabalho desenvolvido. Quando a instituição possui essa clareza e a faz ser conhecida por todos, todos os demais itens que definem o planejamento institucional, como planejamento da prática pedagógica, acompanhamento e avaliação, o registro da prática educativa, acabam ficando mais claros e evidentes, visto que os docentes poderão ponderar e organizar o planejamento docente a partir deste importante documento, bem como a gestão será orientada por ela nas suas ações.

## **Dimensão 2 – Multiplicidade de experiências e linguagens**

**Indicadores:** Crianças construindo sua autonomia; crianças relacionando-se com o ambiente natural e social; crianças tendo experiências agradáveis e saudáveis com o próprio corpo; crianças expressando-se por meio de diferentes linguagens plásticas, simbólicas, musicais e corporais; crianças tendo experiências agradáveis, variadas e estimulantes com a linguagem oral e escrita; crianças reconhecendo suas identidades e valorizando as diferenças e a cooperação.

Segundo o educador italiano LorisMalaguzzi (apud BRASIL, 2009b, p. 40) na sua poesia “As cem linguagens da criança”, a criança possui “cem maneiras diferentes de pensar, sentir, falar, inventar e sonhar”... todavia “os adultos ‘roubam’ noventa e nove dessas linguagens da criança”. Por isso o trabalho educativo numa escola infantil deve pautar-se no desenvolvimento e ampliação dessas cem

linguagens e nunca roubando da criança a espontaneidade de criação, de diálogo, favorecendo a autonomia das crianças.

Sacristán (2005) afirma que é na infância que a criança vive a oportunidade de ser pequeno na família e na escola, e é nesses espaços que essas características infantis precisam ser respeitadas e valorizadas.

Destaco a importância de a instituição de EI permitir espaços para a criança construir sua autonomia desenvolvendo-se, expressando-se e explorando o ambiente de forma colaborativa e segura.

As professoras declararam enfaticamente que a escola deve favorecer este ambiente explorador sugerindo e planejando atividades a qual a criança de forma lúdica desperte a imaginação, habilidades, criatividade e autonomia na realização de tarefas. Isso fica evidenciado nos relatos das colegas que destacam:

*“As atividades devem buscar a interação entre as crianças para que elas possam desenvolver-se autonomamente. E nós precisamos apoiar esse desenvolvimento propondo esses momentos como trabalhos em grupo para que as crianças possam se expressar livremente” (Pr3).*

Outro relato defende que a observação do professor é um instrumento importantíssimo para adaptar o planejamento de forma a reconhecer nas crianças suas necessidades e diferenças.

*“A observação do professor é importante para definir, no seu planejamento, atividades que vão desenvolver a interação, expressão e autonomia das crianças. É papel do docente ficar atento para evitar que as crianças não se desenvolvam adequadamente dentro das características da sua faixa etária” (Pr5).*

A colega ainda cita: Piaget e Vigotsky para defender que:

*“Piaget e Vigotski já defendiam que indivíduos só se desenvolvem em função das interações sociais” (Pr5).*

Nessa perspectiva, defendo que é nas escolas de Educação Infantil que as crianças iniciam sua caminhada escolar, mas não pode se permitir que a criança ao

entrar na escola deixe de ser criança e passe somente a ser aluno. É lá, na escola infantil que devem acontecer os encontros, o deixar criar, o deixar ser, o deixar fazer, as aprendizagens, o lúdico e as experiências criativas próprias da infância.

### **Dimensão 3 – Interações**

**Indicadores:** Respeito à dignidade das crianças; respeito ao ritmo das crianças; respeito à identidade, desejos e interesses das crianças; respeito às ideias, conquistas e produções das crianças; interação entre crianças e crianças.

As instituições de Educação Infantil são espaços coletivos de convivência, convivência entre adultos e crianças, crianças e crianças e adultos e adultos e, são nesses espaços que se dão as interações necessárias para o desenvolvimento infantil, numa perspectiva integral, ou seja, em seus aspectos “(...) físico, psicológico, intelectual e social” (BRASIL, MEC, 2006, p. 9).

As interações entre as crianças precisam ser observadas pelos professores de forma a interferir sempre que aconteçam conflitos e expressões de racismo, preconceito, agressões físicas ou verbais. Mas as relações de amizade e cooperação devem ser incentivadas e estimuladas.

Destaco a fala de uma colega no sentido de que a observação nas ações e interações das crianças necessitam deste olhar apurado do professor, pois é esta observação que lhe dará subsídios para relatar às famílias os acontecimentos diários das crianças.

*“A observação é a chave do processo e o nosso olhar deve ser atento e apurado, registrando informações individuais de cada criança a fim de facilitar a escrita do relatório do aluno” (Pr3).*

Outra colega destaca que interação infantil não significa coloca-las em situações onde tenham que achar estratégias de sobrevivência em meio a determinadas situações e destaca:

*“Interação para as crianças requer proporcioná-las a convivência com as diferenças, não é só fazê-los sobreviver em meio às dificuldades. É sim conviver e*

*viver bem diante dos empasses e também fazer como que as crianças aprendam com essa interação” (Pr6).*

A partir dos registros das colegas é que devemos refletir sobre o que é oferecido às crianças como momentos de interação, pois são nesses espaços de convivência, que “(...) a cidadania, a cooperação, o respeito às diferenças e o cuidado com o outro são aprendidos na vivência cotidiana” (BRASIL, MEC, 2009a, p. 45) e, por isso, não há como dissociar das relações entre os adultos, pois se espera que as crianças desenvolvam essas atitudes se os adultos as demonstrarem também em sua forma de atuar na instituição tanto com as crianças, como com os colegas e as famílias.

#### **Dimensão 4 – Promoção da saúde**

**Indicadores:** Responsabilidade pela alimentação saudável das crianças; limpeza, insalubridade e conforto; segurança.

É de responsabilidade da instituição de Educação Infantil zelar pela saúde das crianças no sentido de assegurar a elas o contato com ambientes limpos, climatizados, onde não haja riscos de acidentes e com a alimentação saudável das crianças nesta faixa etária.

Já na discussão do primeiro indicador as colegas apontam que a dieta das crianças, que atualmente vem definida por nutricionista da SMED, não dispõe de um cardápio variado para atender crianças que, em quase sua totalidade, não permanecem o dia todo na escola. E a professora destaca:

*“Não, lembram que no ano passado eu sugeri que fosse introduzida uma fruta para as crianças da manhã e me responderam que não podia” (Pr2).*

Pode-se destacar, neste caso, e é o que acontece nas EMEI'S do município, que os cardápios são pensados para alunos de turno integral, mas hoje, a maioria dos alunos matriculados, pelo menos na EMEI Casa da Criança, são alunos de turno parcial, ou seja, quem frequenta a escola somente em um dos turnos, não recebe uma alimentação completa com ingestão de leite, frutas e legumes na semana.

A colega ainda defende seu posicionamento afirmando que:

*“Para muitas crianças as escolas ainda são os espaços que lhes garante diariamente: alimentação, lazer, convívio social, aprendizagem, educação, afeto e amizades. Se todos tivessem acesso a uma alimentação balanceada teríamos um crescimento e desenvolvimento saudável, o que proporcionaria um organismo cheio de defesas” (Pr2).*

Isso passa por outra discussão muito importante que é a autonomia da escola na administração dos recursos para definir o que aquele público atendido necessita naquele momento.

Outra questão bastante debatida é sobre a escola não possuir um programa de incentivo a amamentação dentro da sala de aula onde está a criança, bem como outra forma de adaptação, onde haja uma conscientização dos profissionais em aceitar a presença dos pais na sala até que as crianças estejam efetivamente adaptadas, pois até o presente momento, essa decisão fica a cargo do professor de sala definir se quer ou não, tanto na amamentação, como na adaptação os pais entrarem para a sala de aula. E, que isso deveria se uma regra geral da instituição e não decisão única do professor da sala de aula.

### **Dimensão 5 – Espaços, materiais e mobiliários**

**Indicadores:** Espaços e mobiliários que favorecem as experiências das crianças; materiais variados e acessíveis às crianças; espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos adultos.

Um aspecto a ser discutido e que o grupo entende que influencia na qualidade oferecida na Educação Infantil é a infraestrutura das Escolas. As escolas de Educação Infantil devem possuir em sua estrutura física, salas de aula amplas e arejadas, com número máximo de crianças conforme exigência legal, distribuídas de acordo com a faixa etária, além de espaço interno específico para recreação, e externo como: pátio para a realização de atividades envolvendo o cuidado com a natureza. A mobília deve ser planejada e adequada às dimensões da criança, de modo a incentivar a autonomia, assim como sugerido nos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009b).

O mobiliário deve ser planejado para o tamanho de bebês e de crianças pequenas: é preciso que os adultos reflitam sobre a altura da visão das crianças, sobre sua capacidade de alcançar e usar os diversos materiais, arrumando os espaços de forma a incentivar a autonomia infantil (BRASIL, 2009, p. 50).

Quando tratamos de espaço físico para educação infantil, elemento muito discutido e debatido em nossos encontros vale lembrar que o espaço físico por si só não é um elemento determinado para a aprendizagem, o desenvolvimento das crianças, bem como para a produção de novos conhecimentos. Para isso é importante que o docente saiba como tornar estes espaços efetivamente educativos e estimuladores da curiosidade infantil.

O relato dos colegas evidencia que muitas vezes sentem-se limitados em desenvolver determinadas atividades por medo de que as crianças venham a se machucar e destacam:

*“Eu sei que preciso fazer com que os bebês explorem o ambiente e que os brinquedos devem estar ao alcance deles, mas infelizmente, não possuímos um ambiente que propicie isto”(Pr1).*

E ainda afirmam que:

*“As crianças pequenas devem contar com estímulos visuais e termos nossos brinquedos e materiais renovados seguidamente só que na maioria das vezes se não trazemos novidades de casa, isto não é possível”(Pr2).*

A organização do espaço escolar infantil não é tarefa fácil, requer organização, planejamento, investimentos e força de vontade, aspectos estes que, na maioria das vezes, não depende somente da equipe gestora e pedagógica da escola, mas sim dos órgãos competentes, cabendo aos professores a tarefa de realizar as adequações necessárias de acordo com que lhe é oferecido pela instituição.

O autor também afirma que,

Como em nenhum outro nível educativo, a qualidade de vida e de trabalho dos professores depende da qualidade dos espaços. Estes transformam-se nos grandes protagonistas da Educação Infantil. E afetam, por igual, a satisfação das crianças que vivem a sua escola por meio deles, como a dos professores que usarão como recurso básico do seu discurso pedagógico (além de que passarão ali, cercados de crianças pequenas, grande parte de sua vida) (ZABALZA, 1998, p. 28).

Na mesma perspectiva, os Parâmetros Nacionais da Qualidade para a Educação Infantil (2006a, 2006b) destacam que os ambientes e a infraestrutura devem estar bem organizados para receber as crianças garantindo que os ambientes construídos sejam o menos restrito possível, facilitando o acesso aos diferentes espaços da escola e que suas áreas sejam pensadas contemplando áreas de brincar internas e externas e salas de aula dimensionadas de acordo com os preceitos legais.

### **Dimensão 6 – Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais**

**Indicadores:** Formação inicial das professoras; formação continuada; condições de trabalho adequadas.

A formação e qualificação profissional dos professores é outro fator preponderante a ser trazido em debate quando falamos em qualidade na Educação Infantil.

A qualificação profissional deve se oferecida constantemente aos professores através de simpósios, seminários, fóruns e, ainda deve estar aliada a valorização, pois isso colabora para que o profissional sinta-se reconhecido profissionalmente.

Para esta colega a formação inicial é importante, mas também defende uma formação continuada que deveria ter valor para a atividade diária do profissional em sala de aula e destaca:

*“A formação continuada dos professores atuantes em sala de aula deveria ser, no mínimo trimestral, mas esta tem que ser efetiva, ou seja, uma formação com avaliação posterior, pois as formações que acontecem hoje, mensal, não abrange todos os profissionais envolvidos, alguns estão lá só de corpo presente. Não existe um retorno na prática diária, o que as torna inútil” (Pr4).*



É importante ressaltar que as formações pedagógicas dos profissionais precisam ser pensadas de dentro para fora. Cabe à escola identificar as suas necessidades e organizar momento de formação no âmbito escolar. Penso que essa proposta que vivenciamos hoje no curso de Pós Graduação em Educação seja um modelo importante de se pensar as formações, pois partem de um diagnóstico e que a partir dele busca a organização de um plano de formação, ação ou intervenção que vá, efetivamente, contribuir com o desenvolvimento das atividades da instituição.

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009b) apontam que

Professores bem formados, com salários dignos, que contam com o apoio da direção, da coordenação pedagógica e dos demais profissionais – trabalhando em equipe, refletindo e procurando aprimorar constantemente suas práticas – são fundamentais na construção de instituições de educação infantil de qualidade (BRASIL, 2009, p.54).

Penso que este aspecto da formação e valorização deva ser um dos pontos mais emblemáticos das discussões, pois conforme afirma ZABALZA (1998, p. 28) “(...) a carreira docente é outro componente básico da satisfação profissional porque abre perspectivas de desenvolvimento profissional”. E afirma que a profissão docente, na educação infantil, deveria ser pensada de outra forma, incluindo nos seus espaços de formação licenças para estudo, participação em grupos de pesquisa, espaços para construção de materiais específicos. Tudo isso aliado a melhores salários, novas oportunidades de aperfeiçoamento profissional e o reconhecimento público do trabalho realizado.

### **Dimensão 7 – Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social**

**Indicadores:** Respeito e acolhimento; garantia do direito das famílias de acompanhar as vivências e produções das crianças; participação da instituição na rede de proteção dos direitos das crianças.

Na Educação Infantil, um dos aspectos mais importantes de se pensar deve ser o como lidar com a presença das famílias no ambiente escolar no sentido de tornar este espaço o mais afetivo possível de forma que as famílias sintam-se a vontade para deixar seus filhos e as crianças a vontade de estar naquele ambiente.

Esse sentimento de acolhida torna-se fundamental para ambas as partes e, sem dúvida nenhuma, garante uma educação infantil de qualidade.

A instituição de educação infantil é um espaço de vivências, experiências, aprendizagens. Nela, as crianças se socializam, brincam e convivem com a diversidade humana. A convivência com essa diversidade é enriquecida quando os familiares acompanham as vivências e as produções das crianças (BRASIL, 2009, p. 57).

A manifestação de uma colega professora pode ser destacada como um ponto importante a ser considerado em relação ao acolhimento das crianças.

*“Acolher as crianças com carinho, tentando suprir aquela insegurança que lhe aflige a partir do momento em que a mesma for deixada na escola” (Pr3).*

Para os colegas presentes no encontro o trabalho da escola de Educação Infantil precisa estar focado em três aspectos importantes, a adaptação, o acolhimento e uma rotina estável.

*“Para que a criança sinta-se bem no ambiente escolar, faz-se necessário o conhecimento do espaço na qual irão permanecer diariamente. E neste processo de adaptação deve haver respeito aos sentimentos e a maneira de ser de cada um” (Pr3).*

Os comentários desta colega evidenciam que estes aspectos que tratam da acolhida e da adaptação das crianças estão intrinsecamente ligados aos aspectos que merecem destaque também pelo Ministério da Educação sobre o tema qualidade.

Zabalza(1998) destaca que de uma forma geral, três grandes dimensões são referências básicas da qualidade: valores, resultado e a satisfação. Os valores representam as ações e as concepções que norteiam a prática educativa, os resultados são a consequência das atitudes que tomamos e a satisfação está vinculada a tranquilidade de que as crianças estão frequentando um espaço educativo que lhes proporciona segurança, afetividade e responsabilidade, pois nada é mais gratificante para as famílias e as crianças do que se estar em um lugar que é acolhedor.

Após discutirmos todas as dimensões apontadas pelo documento Indicadores da Qualidade para a Educação Infantil questionei as colegas sobre o que entenderiam ser necessário aparecer na avaliação da EMEI Casa da Criança. Foram enfáticas em definir que se a avaliação fosse feita utilizando este mesmo material, pois já havia vários aspectos relevantes a serem analisados. Entenderam que estas dimensões e estes indicadores já dariam ao grupo subsídios para pensar e refletir sobre a realidade da escola.

Passei então a orientar o grupo de como seria organizada a dinâmica da avaliação (que será descrita posteriormente) e definimos conjuntamente a melhor data para sua efetivação, ficando definida a data de primeiro de agosto do corrente ano, no horário das 18 horas, na Biblioteca Pública Municipal de Jaguarão para que pudéssemos contar com um espaço amplo e com comodidade para os presentes.

### **6º encontro da intervenção**

**Data:** 30/06/2016

**Horário:** 18h 30 às 20h 30 min.

**Local:** Biblioteca Pública Municipal

Atendendo a um calendário de formações proposto pela SMED, o sexto encontro da intervenção constou de uma apresentação sobre a temática do meu projeto de mestrado para todos os professores, gestores das sete EMEI's do município, professoras das turmas de Pré nível III que estão nas escolas de Ensino Fundamental e também das escolas privadas de EI do município.

Estas formações estão sendo propostas e organizadas da seguinte forma: cada EMEI fica responsável pela organização, escolha e mediação do tema do encontro. Como o grupo de trabalho da escola estava imerso na temática da avaliação institucional, a coordenação da escola solicitou que na data definida pela SMED tratássemos deste assunto como forma de mostrar o que vinha sendo pensado enquanto possibilidades de gestão democrática, participação e autoavaliação no contexto da Educação Infantil para um grupo que vem, assim como nós, lutando constantemente para qualificar o trabalho das EMEI's do município.

Aceitei o desafio, pois discutir este assunto com profissionais da tua escola e que, de acordo com o resultado da pesquisa diagnóstica ansiava por isso, é uma

situação, te passa segurança, mas ter que trabalhar com pessoas diferentes que, embora estejam na busca de a cada dia qualificar o trabalho de sua escola, não se sabe como será a receptividade em relação às propostas, por isso desafio.

Tratei de pensar e planejar o encontro de forma que tornasse essas duas horas de “palestra” em um momento agradável, que pudesse haver trocas, diálogos coletivos e a participação do grupo.

Minha proposta era falar de um lugar onde, quase a maioria destes colegas que estariam presentes, também estão no espaço da escola. Fazer uma fala que revelasse que estamos juntos nessa caminhada de qualificação, que sentimos os mesmos anseios, as mesmas angústias e lutamos pela mesma coisa, a qualificação do trabalho tanto do coletivo, como individual, buscando melhorar a cada dia o que se está oferecendo às crianças enquanto prática pedagógica, organização escolar, rotinas, espaço de brincar e aprender.

Para este dia organizei um material em power point onde apresentei, através dos slides uma sequência didática sobre o que é a avaliação institucional, para que serve e seus objetivos. Depois parti para definir o papel da avaliação institucional na EI propriamente dita. Também não poderia deixar de discutir um pouco sobre a história das instituições de EI, pois elas são o foco do trabalho, bem como para que se entenda porque temos hoje estes espaços que são reservados ao cuidado e a educação das crianças. Como deixar de fora a legislação pertinente? Impossível! Tratei de apresentar, sucintamente, o que vem se pensando e evoluindo, em nível de legislação para a EI, a partir da inclusão da mesma na CF e LDBEN, posteriormente. Após comecei a apresentar, os Parâmetros da Qualidade para a EI, pois são esses parâmetros que direcionam o trabalho nas instituições na expectativa de qualificar o trabalho da escola, bem como apresentei, numa perspectiva da avaliação, o que são e do que tratam as dimensões e os indicadores para esta qualidade mostrando que alguns valores são importantes para orientar as ações da escola nesta direção.

### **Desenvolvimento das ações:**

Recebemos as professoras e gestoras das demais escolas infantis do município com um chá preparado pela coordenadora da EMEI Casa da Criança.

Acreditamos que ao receber bem as pessoas elas já se sentem acolhidas e tornam-se mais perceptíveis e envolvidas nas atividades posteriores.

Após aconteceu a fala da coordenadora geral da EI da SMED, professora Dynara Martinez, que apresentou o objetivo destas formações, visto que na primeira formação realizada em maio, não pode estar presente e destacou a importância destes momentos para a troca de experiências, para se tirar dúvidas, para informação e formação numa perspectiva de qualificar a atuação dentro das escolas. Informou ao grupo como seriam as dinâmicas das formações, datas, temáticas, horários e locais para os futuros encontros e, entregou a coordenação dos trabalhos da noite à coordenação da professora Debora que fez a minha apresentação como palestrante.

A partir deste momento comecei a envolver o grupo tratando de explicar a escolha deste tema de projeto, quais seriam os meus objetivos com ele e porque ele também foi escolhido como tema para a formação. Expliquei ao grupo que toda temática definida para estes encontros partem de alguma necessidade ou anseio das escolas que organizam o evento, pois bem, nossa escola neste momento está envolvida em um processo de organização da avaliação da instituição e, entendeu que poderia, através desta nossa conversa, motivar outras escolas a se envolver e realizar também, visto que a avaliação institucional é um importante elemento da gestão que visa orientar as ações da administração no sentido de cumprir sua missão, bem como oferecer à comunidade escolar subsídios para um processo de reflexão e transformação de seu próprio projeto institucional, visando à transformação e o aperfeiçoamento e, é utilizada para identificar dificuldades e sucessos, serve como instrumento para a melhoria da educação, para construir a qualidade de uma escola numa perspectiva democrática e participativa.

É nesse sentido, que a avaliação institucional na Educação Infantil torna-se importante e eficaz, pois,

(...) abrange a análise da escola como um todo, nas dimensões política, pedagógica e administrativa, tem como marco o projeto pedagógico e visa subsidiar seu contínuo aprimoramento, por meio do julgamento das decisões tomadas pelo coletivo da escola, das propostas delineadas e das ações que foram conduzidas, suas condições de realização e dos resultados que vêm sendo obtidos (BRASIL, 2010, p. 20-21).

Numa perspectiva da sua utilização na EI, permite qualificar a mesma e lhe dá subsídios para planejar ações futuras onde algumas questões precisam ser constantemente pensadas e avaliadas tais como: a prática pedagógica, o espaço físico, os saberes, os fazeres, o papel do gestor, bem como a gestão democrática e participativa de toda a comunidade escolar.

(...) por ser centrada na escola possibilita que cada agrupamento possa olhar para o seu contexto e daí retirar informações e tomar decisões, permitindo que sua análise leve em conta os fatores intervenientes na qualidade do ensino que se situem além da escola, em instâncias intermediárias do sistema educacional ou em seu contexto (BRASIL, 2010, p. 21).

Nesta expectativa, fui apresentando os slides buscando, como falei no início, sempre me colocar como uma professora de sala de aula e que, assim como muitos sentiam as mesmas angústias, tinham os mesmos anseios na busca da melhoria dos processos de qualificação das escolas. Busquei conscientizar os colegas que todos nós somos parte deste coletivo e que cada um de nós tem um papel importante nesta avaliação. Se virarmos as costas acreditando que não é nosso papel, não depende de cada um de nós ai mesmo que nada muda. Nosso objetivo deve ser sempre participar, expor opiniões, discutir e definir juntos o que é melhor ou não para a organização da escola, tanto para a qualificação do trabalho do docente, como para o bem estar das crianças.

Em um dos slides, trouxe o seguinte questionamento: O que temos como parâmetro de qualidade na Educação Infantil? Solicitei que os presentes pudessem se manifestar declarando o que entendiam serem estes parâmetros. Infelizmente o grupo não quis manifestar-se, então continuei a apresentação indicando o que os parâmetros da qualidade na EI, assim como Zabalza (1998), indicam "(...) que a importância de a criança ser considerada como cidadão de direitos e que suas capacidades e necessidades para se desenvolver sejam respeitadas no ambiente escolar e educacional".

Os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil (2006, p9) também visam estabelecer um padrão de qualidade que "(...) possibilite o desenvolvimento integral das crianças até os 5 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social".

Logo em seguida discutimos o que são parâmetros, bem como seus indicadores e dimensões e apresentei o que a legislação federal aponta como Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.

- Quanto à proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil
- Quanto à gestão das instituições de Educação Infantil
- Quanto às professoras, aos professores e aos demais profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil
- Quanto às interações de professoras, professores, gestores, gestoras e demais profissionais das instituições de Educação Infantil
- Quanto à infra-estrutura das instituições de Educação Infantil

Apresentei o material do MEC disponível on-line para a realização de uma avaliação institucional nas escolas infantis, onde definem como deve acontecer, explicando passo a passo o processo, e apresentei as sete dimensões de análise desta auto avaliação, discutindo, resumidamente do que trata cada uma delas.

- Dimensão Planejamento institucional
- Dimensão Multiplicidade de experiências e linguagens
- Dimensão Interações
- Dimensão Promoção da saúde
- Dimensão Espaços, materiais e mobiliários
- Dimensão Formação e condições de trabalho dos professores e demais profissionais
- Dimensão Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social

Busquei, nas palavras de Zabalza(1998) definir aquilo que também acredito como qualidade para a EI.

A qualidade, pelo menos no que se refere às escolas, não é tanto um repertório de traços que se possuem, mas sim algo que vai sendo alcançado. A qualidade é algo dinâmico (...), algo que se constrói dia a dia e de maneira permanente (ZABALZA, 1998, p. 32).

Para encerrar, deixei uma mensagem onde reflete um pouco do sentimento do grupo da EMEI Casa da Criança ao se colocar aberto ao ato desenvolver este processo de avaliação institucional na escola numa perspectiva de incentivar a participação, a coletividade e a democracia.

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha a sua dinâmica. muita coisa se aprende com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. todos crescem! os dados coletados mudam, mas vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e o compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade (FERNANDES, 2002, p. 140).

Como avaliação deste encontro, posso considerar que foi positivo, pois após o encerramento da apresentação vários colegas vieram parabenizar e elogiar o trabalho demonstrando que estas ações são realmente efetivas, aquelas que surgem dos anseios da comunidade escolar e que buscam qualificar os processos do espaço de onde se está, ou seja, de dentro pra fora e não de fora pra dentro.

#### **5.4.2. A avaliação Institucional**

##### **Auto-avaliação da EMEI Casa da Criança**

**Data:** 01/08/2016

**Horário:** 18h

**Local:** Biblioteca Pública Municipal de Jaguarão

A proposta de autoavaliação da EMEI Casa da Criança aconteceu no dia primeiro de agosto do corrente ano. Este momento tinha como objetivo realizar a avaliação institucional da escola, onde os representantes da comunidade escolar se posicionariam em relação às sete dimensões de análise estudadas anteriormente nos encontros de formação de acordo com a realidade da escola. Esta atividade foi coordenada pelos membros do Conselho Escolar e foram utilizados, como apoio, os materiais estudados nos encontros que compuseram a intervenção.

Para esta segunda ação da intervenção foram feitos convites aos pais, professores, recreacionistas e funcionários da escola, pois de acordo com Melchior



(2004) a adesão voluntária e a participação é um dos princípios da avaliação institucional. A autora ainda afirma que:

Os objetivos de qualificação são atingidos, através da avaliação, se houver participação. Com gestão responsável e adesão voluntária dos diferentes segmentos institucionais, em todas as fases do processo, todos avaliando e sendo avaliados, com ética, transparência e capacidade de julgamento, a avaliação torna-se instrumento de democratização (MELCHIOR, 2004, p.40).

Visto que esta ação ainda não está contemplada no calendário escolar, entendi que o convite seria a melhor forma de fazer o chamamento da comunidade escolar e verificar se, efetivamente, os envolvidos com a dinâmica educativa desta escola estariam dispostos a contribuir com este processo que fornecerá subsídios para a qualificação da escola.

#### **Da organização e dinâmica da avaliação:**

Como anunciado anteriormente o material utilizado para a realização da avaliação foi o mesmo estudado nos encontros de formação e fornecido pelo MEC como subsídio para a realização da avaliação institucional na EI e que dispõe dos Indicadores da Qualidade através de sete dimensões de análise, que são:

- 1 – planejamento institucional;
- 2 – multiplicidade de experiências e linguagens;
- 3 – interações;
- 4 – promoção da saúde;
- 5 – espaços, materiais e mobiliários;
- 6 – formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais;
- 7 – cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

Estas dimensões, segundo o mesmo documento, são “(...) fundamentais para a qualidade da instituição de Educação Infantil” (BRASIL, 2009b, p.17).

A dinâmica do encontro seguiu a seguinte organização no sentido de situar os participantes dos objetivos da ação:

Primeiramente foi apresentado um power point constando um breve relato do trabalho proposto, os objetivos com o uso da avaliação institucional e dos Indicadores da Qualidade de Educação Infantil e o que são Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil.

Neste material também se encontravam orientações para a dinâmica de trabalho que seria utilizada para a avaliação.

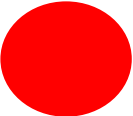

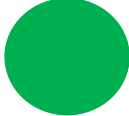
Todos os presentes foram divididos em sete grupos onde cada grupo deveria discutir uma dimensão.

No local onde cada grupo se reuniria haviam orientações coladas nas paredes de como proceder à dinâmica no grupo.

Cada grupo escolheu um coordenador para anotar os relatos e discussões no sentido de sintetizar a análise realizada.

Foram utilizadas cores para indicar a avaliação de cada indicador conforme figura abaixo:

**Figura 2 – Orientações para atribuição das cores**

	Caso o grupo avalie que essas atitudes, situações ou ações não existem na instituição de educação infantil, atribuirá a elas a cor <b>VERMELHA</b> . A situação é grave e merece providências imediatas.
	Se, na instituição de educação infantil, essas atitudes, práticas ou situações ocorrem de vez em quando, mas não estão consolidadas, o grupo lhes atribuirá a cor <b>AMARELA</b> , o que indica que elas merecem cuidado e atenção.
	Caso o grupo avalie que essas ações, atitudes ou situações existem e estão consolidadas na instituição de educação infantil, deverá atribuir a elas a cor <b>VERDE</b> , indicando que o processo de melhoria da qualidade já está num bom caminho.

Fonte: BRASIL, MEC (2009b, p. 22) Indicadores da Qualidade em Educação Infantil

Os coordenadores dos grupos eram encarregados das seguintes tarefas:

**Tabela 20 – Orientações ao coordenador dos grupos de trabalhos**

<b>PASSO A PASSO</b>
1. O coordenador se apresenta ao grupo, informa que tem a atribuição de cuidar para que todos falem e para que a discussão ocorra no tempo previsto. Verifica se todos entenderam como será o trabalho e avalia quanto tempo o grupo terá, em

média, para discutir cada indicador com seu conjunto de perguntas. O coordenador é responsável por buscar a solução das dúvidas do grupo.

2. O coordenador apresenta o relator ao grupo e explica qual será sua atribuição: relatar a discussão, cuidar da elaboração do quadro-síntese e expor o resultado da discussão na plenária.

3. O coordenador informa que basta estar atento para ouvir e participar da discussão.

4. Inicia-se pela leitura do texto que introduz a dimensão; em seguida, lê-se um indicador e as perguntas que o acompanham.

5. Feita essa leitura, o grupo discute e responde à primeira pergunta e atribui uma cor a ela. E depois, a segunda, e assim por diante, até terminar todas as perguntas relativas àquele indicador.

6. Após terminar de avaliar e atribuir cores a todas as perguntas do primeiro indicador, o grupo faz uma discussão e atribui uma cor ao primeiro indicador.

7. O grupo passa então a tratar do segundo indicador, do mesmo modo que fez com o primeiro.

8. Quando todas as perguntas e indicadores tiverem recebido suas cores, o grupo terá terminado sua primeira tarefa e poderá ir para a plenária.

Para se definir a cor de um indicador, é preciso discutir no grupo. Se houver muitas perguntas que receberam a cor amarela, o mais correto será atribuir a cor amarela ou vermelha ao indicador que envolve aquelas perguntas. Se houver muitas perguntas coloridas de vermelho, atribuir a cor vermelha. Se a maioria for verde, então o indicador também pode receber a cor verde. Mas o grupo pode achar que uma pergunta que recebeu vermelho trata de um assunto tão importante que o melhor seria deixar o indicador com a cor vermelha. Ou seja, trata-se de uma ponderação que o grupo deve fazer.

Fonte: BRASIL, (2009b, p. 24) – Indicadores da Qualidade em Educação Infantil

Outra orientação importante explicada antes do início da avaliação foi sobre como proceder para marcar suas respostas em cada indicador.

**Tabela 21 – Atribuição das cores****Sobre a atribuição das cores**

As perguntas presentes no documento referem-se a ações, atitudes ou situações que mostram como está a instituição em relação ao tema abordado pelo indicador. Cada pergunta será discutida pelo grupo e receberá uma cor: **verde**, **amarelo** ou **vermelho**.

As cores atribuídas às perguntas ajudarão o grupo a ponderar e decidir qual das três cores reflete com mais precisão a situação da instituição de educação infantil em relação a cada indicador. A partir das cores atribuídas às perguntas, o grupo avalia qual cor melhor representa o indicador. Não é necessário atribuir cores às dimensões.

Ao lado de cada pergunta e indicador, há bolinhas em branco para serem coloridas com as cores atribuídas pelo grupo. Ao final de cada dimensão há também espaço para registro do resultado das discussões. Cada um poderá anotar os pontos mais importantes do debate, explicando por que o grupo atribuiu esta ou aquela cor a um determinado indicador. Para o relator, essa é uma tarefa fundamental e permitirá ao grupo fazer o quadro-síntese (usando cartolina ou outro papel distribuído; ou ainda o encarte desta publicação), relatando o nome da dimensão, seus respectivos indicadores, as cores atribuídas a cada um deles e o resumo da discussão de cada indicador. O quadro-síntese deverá ser exposto na plenária.

Fonte: BRASIL, (2009b, p. 23) – Indicadores da Qualidade em Educação Infantil

Após a avaliação das dimensões nos grupos passaríamos à plenária a qual cada grupo apresentaria o resultado da mesma para os demais presentes, visto que cada grupo estaria com uma dimensão diferente. Neste momento seria colocado em votação, onde deveriam concordar ou discordar com a avaliação realizada pelo grupo que estará apresentando.

**Tabela 22 – Funcionamento da plenária****Sobre o funcionamento da plenária**

Para facilitar o debate na plenária, cada grupo de trabalho deve deixar um quadro síntese das cores atribuídas aos indicadores e dimensões exposto num local de boa visibilidade para que todos possam acompanhar. A exposição dos relatores à plenária deve girar em torno de dois pontos:

Apresentação resumida da discussão do grupo;

Relato das justificativas para a escolha das cores atribuídas a cada um dos indicadores (mostrando os problemas e também o que, na avaliação da comunidade, está indo bem).

Após a apresentação de todos os grupos, o esclarecimento de dúvidas na plenária e terem chegado a um retrato comum da qualidade da educação infantil na instituição, sugerimos um debate para a definição das prioridades. Essas prioridades deverão ser a base para a produção conjunta de um plano de ação.

Fonte: BRASIL, (2009b, p. 27) – Indicadores da Qualidade em Educação Infantil

### **Desenvolvimento das ações:**

Recebi os pais, professores, recreacionistas e funcionários que compareceram na reunião entregando-lhes um bloco com o seguinte material impresso: das dimensão e indicadores, fichas para participação na plenária nas cores verde, vermelho e amarelo, lápis e folhas em branco para anotações e, uma ficha de avaliação do encontro.

Logo após dei início agradecendo a presença de todos e chamando para frente da plenária a coordenadora da EMEI, professora Debora Portilho Sanes e a presidente do Conselho Escolar, representante dos pais neste segmento, Suelen Cardoso, para dar início na avaliação.

Expliquei sucintamente, que esta era a última ação que compunha o meu projeto de intervenção do curso de Mestrado Profissional em Educação da UNIPAMPA. E, que este só teria sido possível de se realizar porque houve a parceria da SMED, Coordenação da escola, Conselho Escolar e dos profissionais que participaram de todas as demais ações que vinham sendo desenvolvidas no âmbito dos encontros de formação dentro da proposta.

A coordenadora da EMEI fez uso da palavra declarando ao grupo presente que a partir desta proposta da avaliação a escola teria subsídios para continuar avançando no sentido de qualificar as ações da escola, bem como dar suporte para a reformulação da proposta pedagógica que já está sendo feito reuniões para tal fim. E, que em breve todos estariam sendo chamados a participar de reuniões de apresentação e discussão da mesma.

A presidente do Conselho Escolar também se posicionou favorável à avaliação no sentido de que os pais teriam a oportunidade de opinar sobre algumas questões que poderiam não ser conhecidas por todos.

Em seguida, fiz a apresentação de um power point a qual era composto de informações sobre o papel da avaliação institucional no âmbito das unidades escolares e mais especificamente para a EI, indicando a mesma como importante elemento da gestão que visa orientar as ações da administração no sentido de cumprir sua missão, bem como oferecer à comunidade escolar subsídios para um processo de reflexão e transformação de seu próprio projeto institucional. E, que para se qualificar a educação infantil e planejar ações futuras, algumas questões precisam ser constantemente pensadas e avaliadas tais como: a prática pedagógica, o espaço físico, os saberes, os fazeres, o papel do gestor, bem como a gestão democrática e participativa de toda a comunidade escolar.

Expliquei que para se tratar de qualidade na EI o MEC definiu alguns parâmetros que devem estar relacionados a diferentes aspectos, tais como:

- Relação do cuidar e do educar,
- Da formação dos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino,
- A infraestrutura,
- A participação, bem como as relações existentes entre família e escola.

Também como parâmetro de organização para as instituições que atendem alunos na faixa etária de zero a cinco anos são definidos pontos importantes tais como:

- Quanto à proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil
- Quanto à gestão das instituições de Educação Infantil
- Quanto às professoras, aos professores e aos demais profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil
- Quanto às interações de professoras, professores, gestores, gestoras e demais profissionais das instituições de Educação Infantil
- Quanto à infra-estrutura das instituições de Educação Infantil

Entende-se por parâmetros a norma, o padrão, ou a variável capaz de modificar, regular, ajustar o sistema (HOUAISS E VILLAR, 2001 apud BRASIL, 2006). Parâmetros podem ser definidos como referência, ponto de partida, ponto de chegada ou linha de fronteira. Parâmetros são mais amplos e genéricos.

Os parâmetros de qualidade para a EI visam estabelecer um padrão de qualidade que “(...) possibilite o desenvolvimento integral das crianças até os cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (BRASIL, MEC, 2006, p. 9).

Logo em seguida passei para apresentar as sete dimensões de análise a qual cada grupo estaria discutindo individualmente e que seriam os indicadores que compõem cada dimensão. E que estes foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. Presumem a possibilidade de quantificação, servindo, portanto, como instrumento para aferir o nível de aplicabilidade do parâmetro. Indicadores são mais específicos e precisos.

Em seguida passei a explicar a dinâmica da avaliação utilizando os materiais que foram apresentados acima como: funções do coordenador do grupo, a função das cores na avaliação e como funcionaria a plenária.

Na chegada cada pessoa havia recebido o material já com o número da dimensão a ser trabalhada, então, solicitei que cada um dos presentes se dirigisse para o local a qual estivesse na parede, colado, o número que correspondia à dimensão que teria em mãos. Tomei o cuidado que em cada grupo tivéssemos professores, pais e funcionários distribuídos, igualmente, para qualificar as discussões.




Cada grupo elegeu seu coordenador e este deu início aos trabalhos realizando a leitura dos indicadores de forma que todos se posicionassem, dessem opiniões, tirassem dúvidas. Também como tarefa atribuída ao coordenador era a organização de um quadro síntese para ser apresentado na plenária.

### **O resultado da avaliação:**

Após cada grupo realizar a discussão e sintetizar o resultado da avaliação individual e pelo grupo cada coordenador foi até a frente da plenária e fez um breve relato do que tratava cada dimensão e seus respectivos indicadores e apresentou o resultado da mesma.

## 1. Dimensão Planejamento Institucional

### Indicadores:

-  1.1. Proposta pedagógica consolidada
-  1.2. Planejamento, acompanhamento e avaliação
-  1.3. Registro da prática educativa

### Explicação da cor atribuída aos indicadores:





*Quanto à proposta pedagógica consolidada – atribuímos a cor amarela porque a proposta existe e foi elaborada em 2013, mas ainda não é conhecida por todos.*

*Quanto ao planejamento, acompanhamento e avaliação – concordamos que existe um planejamento, mas que precisa ser mais claro para os pais. Sugerimos que a Secretaria de Educação deveria ser mais presente neste acompanhamento.*



*Quanto ao registro da prática pedagógica – declaramos que em relação ao registro da prática educativa todos os pontos foram positivos.*

## 2. Dimensão Multiplicidade de experiências e linguagens

### Indicadores:

-  2.1. Crianças construindo sua autonomia
-  2.2. Crianças relacionando-se com o ambiente natural e social
-  2.3. Crianças tendo experiências agradáveis e saudáveis com o próprio corpo
-  2.4. Crianças expressando-se por meio de diferentes linguagens plásticas, simbólicas, musicais e corporais



-  **2.5. Crianças tendo experiências agradáveis, variadas e estimulantes com a linguagem oral e escrita**
-  **2.6. Crianças reconhecendo suas identidades e valorizando as diferenças e a cooperação**






**Explicação da cor atribuída aos indicadores:**

*Atribuímos a cor verde, porque acreditamos que as educadoras estão sempre buscando o melhor para proporcionar aos alunos, tanto nas questões pedagógicas, quanto a outros aspectos.*

*Também estão sempre em sintonia com os pais, colocando a par de todas as informações referentes aos filhos.*

### **3. Dimensão Interações**

**Indicadores:**




-  **3.1. Respeito à dignidade das crianças**
-  **3.2. Respeito ao ritmo das crianças**
-  **3.3. Respeito à identidade, desejos e interesses das crianças**
-  **3.4. Respeito às ideias, conquistas e produções das crianças**
-  **3.5. Interação entre crianças e crianças**

**Explicação da cor atribuída aos indicadores:**

Atribuímos a cor verde em todos os indicadores, porque estamos de acordo com o trabalho oferecido pela escola. Conseguimos perceber o reflexo deste trabalho nas atitudes dos nossos filhos. Com interesse e entusiasmo de ir para a escola. Demonstrando que o ambiente escolar e o convívio são prazerosos.

#### 4. Dimensão Promoção da saúde

##### Indicadores:

-  4.1. Responsabilidade pela alimentação saudável das crianças
-  4.2. Limpeza, salubridade e conforto
-  4.3. Segurança

##### Explicação da cor atribuída aos indicadores:

*Em suma, o grupo acredita que estamos no caminho certo para a melhoria da qualidade. E, acreditamos que estamos em processo.*




*Como muitas perguntas ficam subtendidas, deixamos algumas sugestões:*

*Sugerimos que a escola (direção) proporcione um dia de visitação dos pais nas dependências da escola para podermos analisar melhor as questões estudadas nestes indicadores da qualidade da Educação Infantil.*

*Destacamos às questões de segurança, pois desconhecemos as condições como licença dos bombeiros, localização dos botijões de gás, etc.*

#### 5. Dimensão Espaços, materiais e mobiliários

##### Indicadores:

-  5.1. Espaços, mobiliários que favorecem as experiências das crianças
-  5.2. Materiais variados e acessíveis às crianças
-  5.3. Espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos adultos




##### Explicação da cor atribuída aos indicadores:

Apontamos amarelo para espaços, materiais e mobiliários, porque existem, mas precisam de melhorias, pois desconhecemos as condições de acesso das crianças a estes materiais.

Apontamos vermelho para espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos adultos, porque não existem espaços onde os adultos possam realizar reuniões, planejar, atender aos pais de maneira adequada. Salientamos a sala da coordenação que é o único espaço dedicado aos adultos para reuniões e planejamentos dos profissionais e é a passada das crianças e adultos, se está em reunião está sempre sendo interrompida e não há privacidade.

## 6. Dimensão Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais

### Indicadores:

-  **6.1. Formação inicial das professoras**
-  **6.2. Formação continuada**
-  **6.3. Condições de trabalho adequadas**

### Explicação da cor atribuída aos indicadores:

*Com relação à formação inicial das professoras, a instituição EMEI Casa da Criança atende aos requisitos apresentados no indicador, isto é, as docentes são devidamente capacitadas para atuar na área conforme é pré-estabelecido como requisito.*




*No que se refere à formação continuada a instituição ainda não desenvolve um programa padrão específico, contudo tem docentes em formação continuada (mestrado) e recebe acadêmicos da Universidade e participam de programas de extensão (PIBID).*

*Também foi identificado que a instituição atende requisitos específicos para atender crianças portadoras de necessidades especiais (Formação dos professores).*

*De acordo com a legislação nacional, a instituição atende ao mínimo de professores ao grupo de alunos. Em contrapartida as condições de trabalho ofertadas/oferecidas não estão de acordo com as prestações de serviços apresentadas, por exemplo, as professoras não são remuneradas adequadamente de acordo com a legislação prevista através do PNE (Plano Nacional de Educação).*

## **7. Dimensão Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.**

### **Indicadores:**

-  **7.1. Respeito e acolhimento**
-  **7.2. Garantia do direito das famílias de acompanhar as vivências e produções das crianças**
-  **7.3. Participação da instituição na rede de proteção dos direitos das crianças**

### **Explicação da cor atribuída aos indicadores:**

*As famílias sentem-se bem acolhidas e participam das atividades da escola.*

*Acreditamos que a instituição atende satisfatoriamente as necessidades dos seus alunos, os pais são sempre informados sobre qualquer ocorrência, consultados e ouvidos.*

*Os professores possuem um ótimo nível, pois as crianças recebem o estímulo e trato necessários para se desenvolverem adequadamente.*

*Solicitamos maior atenção quanto aos alunos especiais, pois a escola precisaria de mais apoio para que tivesse mais recursos, como sala de recursos multifuncionais e quanto à questão do espaço.*

Após cada coordenador apresentar o resumo da avaliação realizada pelo grupo, os itens eram discutidos e colocados em votação pela plenária, a qual definiam se a avaliação das dimensão e seus respectivos indicadores estariam de acordo com a realidade da EMEI.

Neste momento quando a plenária concordava com o que estava sendo apresentado pelo grupo levantavam a ficha verde indicando favoráveis a avaliação do grupo. Quando não concordavam levantavam o vermelho e, tão logo, justificavam sua votação, e quando concordavam, mas gostariam de explicar ou solicitar informações levantavam o cartão amarelo.

A plenária foi um momento de interações importantes, onde os grupos puderam se expressar e também um momento de oportunidade de ouvir e ser ouvido. Uma comunidade escolar que para e discute junto os caminhos da instituição na qual faz parte é uma comunidade escolar que reconhece seu papel na construção de uma escola democrática e participativa na busca da melhoria e qualificação da educação.

Antes de passar, efetivamente para o encerramento do encontro, salientei aos presentes, me utilizando das palavras de Zabalza (1998), que:

A qualidade, pelo menos no que se refere às escolas, não é tanto um repertório de traços que se possuem, mas sim algo que vai sendo alcançado. A qualidade é algo dinâmico [...], algo que se constrói dia a dia e de maneira permanente (ZABALZA, 1998, p. 32).

Com essa citação busquei enfatizar que não seria com esta ação/avaliação que, de imediato, teríamos a escola a qual desejamos, mas sim, que com o resultado concreto de uma ação participativa teríamos nas mãos dados efetivos para trabalharmos para chegar à qualidade de forma coerente e, que isso, com certeza não se dariam de um dia para o outro, mas sim, gradativamente. E este seria o primeiro passo para que construíssemos coletivamente a qualidade que todos almejamos quanto ao trabalho desenvolvido pelos profissionais da EMEI Casa da Criança.

E, para encerrar, agradei a presença de todos e deixei, na tela do power point, uma mensagem. Solicitei que cada um lesse e que pudessem se identificar na mesma, pois naquele momento estariam participando de um processo que os colocava como atores para que nossa escola, através de mais esse importante passo, estaria caminhando para se atingir gradativamente a qualidade esperada no trabalho desenvolvido.

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha a sua dinâmica. Muita coisa se aprende com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. Todos crescem!  
Os dados coletados mudam, mas vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e o compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade(FERNANDES, 2002, p. 140).

### **Análise do processo de avaliação institucional:**

Passo a seguir a realizar a análise e a avaliação da ação, onde discutirei o resultado da mesma e apontarei a avaliação dos presentes na em relação a sua participação, e a minha avaliação como mediadora deste processo.

No que diz respeito ao planejamento institucional pode-se afirmar que a EMEI Casa da Criança, de acordo com o grupo que analisou essa dimensão e aprovado pela plenária, está organizada quanto a sua Proposta Pedagógica e documentação legal. Fica claro na justificativa do grupo quanto às cores atribuídas aos indicadores que alguns pais desconhecem-na e com isso não lhes é possibilitada a oportunidade de acompanhamento do trabalho e planejamento, no sentido de identificar se o planejamento das ações da instituição vai de encontro ao que está definido neste documento.

A proposta pedagógica das instituições são um dos cinco pontos indicados como parâmetro de qualidade para EI. De acordo com o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, as Propostas Pedagógicas são desenvolvidas com autonomia pelas instituições de EI a partir das orientações legais.

Sendo assim, a escolha das concepções, das metodologias e das estratégias pedagógicas são explicitadas nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil e respeitam o estabelecido no Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), na qual:

Professoras, professores, profissionais de apoio, especialistas, gestoras e gestores adotam posturas condizentes com os princípios expressos nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. E, a elaboração, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das propostas pedagógicas seguem os princípios de participação, compromisso, contextualização, historicidade, unidade (na diversidade), intencionalidade, consistência, coerência, provisoriedade (dinamismo) e organização (BRASIL, 2006, p. 34).

Neste sentido, cabe à instituição promover com frequência momentos de discussão e apresentação do documento existente e colocá-lo em análise para que se possam realizar os ajustes necessários e para que todos tenham conhecimento

daquilo que a escola se propõe a realizar e, com isso, que todos efetivamente estejam comprometidos com a organização e dinâmica de trabalho da instituição.

Ao analisar a avaliação realizada pelo grupo em relação à dimensão multiplicidade de experiências e linguagens e observando que todos os indicadores receberam a cor verde destaca-se a satisfação e entendimento do grupo de que os profissionais desta instituição estão trabalhando considerando o que é estabelecido pelo RCNEI (BRASIL, 1998a) como princípios para contribuir com o desenvolvimento das criança para o “exercício da cidadania, considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos”, a qual aponta que “(...) o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética” (BRASIL, 1998a, p. 13), são considerados na ação educativa das professoras.

Quanto a este aspecto pode-se afirmar que a escola possui um quadro profissional consciente de suas funções, no sentido de valorizar que “(...) no processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar” (BRASIL, 1998a, p. 21).

No que diz respeito às interações, destaca-se a avaliação positiva que o grupo faz em relação ao trabalho desenvolvido pela EMEI.

Atribuindo a cor verde em todos os indicadores e declarando que a avaliação realizada reflete um pouco daquilo que observam do comportamento, atitudes e entusiasmos dos filhos em relação à escola, posso afirmar, ancorada pelo RCNEI (BRASIL, 1998a), que a instituição, ou seja, seus profissionais entendem a criança como um “sujeito social e histórico” e que está “inserido numa sociedade” e que embora esteja intimamente ligada ao convívio com sua família, são capazes de realizar, com facilidade, “diferentes interações que são estabelecidas com outras instituições sociais”.

Ao analisar a avaliação do grupo responsável pela dimensão promoção da saúde, mais uma vez, apresenta-se, na justificativa das cores atribuídas, que os pais desconhecem as condições da instituição em relação à segurança.

Embora tenham apontado cores verdes para todos os indicadores, afirmam que a avaliação realizada foi superficial, pois não possuem o conhecimento detalhado das condições de segurança da escola. E, solicitam que para que se

possa responder com propriedade as questões seja oportunizado ao grupo e outras pessoas interessadas uma visita para que tivessem esse olhar mais apurado quanto ao item segurança.

Essa dimensão também é contemplada dentro dos cinco pontos indicados como parâmetro de qualidade dentro do item infraestrutura das instituições de EI. De acordo com o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil fica definido que:

Os espaços destinados a atender crianças na faixa etária de zero a cinco anos devem ser construídos e organizados de forma a atender às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene, aconchego e segurança das crianças matriculadas (BRASIL, MEC, 2006, p. 42).

Cabe aqui salientar que, nacionalmente, as instituições destinadas ao atendimento de crianças na faixa etária da EI, na sua maioria, são espaços que não foram construídos para esse fim, e sim foram sendo adaptados para tal.

Espera-se que estes aspectos sejam pontos cruciais na dinâmica de definição de prioridades, caso a escola ainda não esteja adequada às exigências legais, pois o espaço educativo das crianças pequenas precisa oferecer segurança tanto para os alunos matriculados, bem como para os profissionais que ali desempenham suas funções laborais.

A dimensão espaços, materiais e mobiliários especificamente para o trabalho com a EI foi um dos pontos de grande discussão e que obteve destaque tanto na avaliação do grupo como na plenária.

O grupo que discutiu e avaliou esta dimensão, assim como os professores que participaram dos encontros de formação destacam que os espaços, os mobiliários e os materiais para o trabalho com as crianças não são adequados, nem mesmo suficientes.

Ao indicarem a cor amarela o grupo solicita atenção aos órgãos responsáveis para que as crianças possam estar em um ambiente que favoreça novas experiências. Este deve possuir espaços e mobiliários que favorecem estas ações das crianças. Também em relação aos materiais, pois estes devem ser variados e estar acessíveis aos alunos para que possam utilizá-los de forma adequada e assistida.



O MEC ao lançar em 2006 os Parâmetros Básicos de Infraestrutura de Instituições de EI, pretendia que estes fossem adotados para que as estruturas escolares pudessem estar organizadas de forma a se tornarem espaços promotores de aventuras, descobertas, desafios, aprendizagem, facilitando as interações. (BRASIL, 2006c).

Zabalza (1998) ao tratar da organização dos espaços como um dos dez aspectos chave de uma EI de qualidade, destaca que a “(...) EI precisa de espaços amplos, bem diferenciados, de fácil acesso e especializados”. Também, é importante que “(...) existam espaços onde possam ser realizadas tarefas conjuntas de todos os grupos”.

O autor ainda afirma que:

O espaço acaba tornando-se uma condição básica para poder levar adiante muitos outros aspectos chave. As aulas convencionais com espaços indiferenciados são cenários empobrecidos e tornam impossível (ou dificultam seriamente) uma dinâmica de trabalho baseada na autonomia e na atenção individual de cada criança (ZABALZA, 1998, p. 50).

Outro aspecto chave indicado por Zabalza (1998, p53) é em relação “(...) ao uso de materiais diversificados e polivalentes em sala de aula para que as crianças sejam capazes de sugerir, a partir destes, múltiplas possibilidades de ação”.

Neste sentido, cabe ao professor “(...) saber organizar de forma adequada os espaços na perspectiva de torná-los estimulantes e possibilitando vivências, descobertas, e experiências” (ZABALZA, 1998, p. 53).

Em relação a estes indicadores houve duas manifestações na plenária, onde foram esclarecidos as condições dos materiais, livros, jogos e brinquedos. Foi destacado pela coordenadora da EMEI que materiais pedagógicos, na sua maioria, eram os pais que alcançavam pra escola a partir da lista dos materiais entregue no início do ano letivo. Em relação aos livros, que a escola possui uma biblioteca infantil intitulada Biblioteca da Casinha e que as crianças seguidamente a utilizam, acompanhadas das professoras e, que jogos e brinquedos eram adquiridos, na sua maioria, com recurso próprio da escola advindo das promoções realizadas.

Outro destaque foi em relação ao uso das tecnologias, pois um pai ao se manifestar defende que as crianças, atualmente, se utilizam destas e que a escola poderia oferecer estes instrumentos tecnológicos. Destacou que sabe que não

depende unicamente da escola, mas sim da gestão e de recursos próprios para a aquisição dos mesmos.

Já, em relação ao espaço e estrutura física da EMEI, fica evidenciado que este é um dos pontos de maior insatisfação ao grupo. Cabe ressaltar que tanto o grupo que avaliou este indicador, como os professores que participaram do encontro de formação que discutiu esse aspecto salientam a importância de qualificar o espaço físico como forma de constituição de um importante componente do processo educativo infantil. Um ambiente que favoreça a interação ativa, entre crianças e adultos faz, conforme aponta o RCNEI, (BRASIL, 1998a) com que a instituição de EI propicie condições de usufruí-lo em benefício de seu próprio desenvolvimento e aprendizagem (BRASIL, 1998a, p. 69).

Em relação ao indicador seis que discute questões inerentes a formação inicial e continuada e as condições de trabalho dos profissionais das instituições de EI destaca-se que na avaliação do grupo a qual refletiu sobre este aspecto, que a escola possui um quadro de profissionais com qualificação inicial conforme exigência legal, pois a partir da inserção da EI como primeira etapa da na Educação Básica, a formação para o profissional que atua com crianças desta faixa etária passou a ser o mesmo dos profissionais que atuam no Ensino Fundamental.

A LDBEN, lei nº 9394/96 apresenta como formação mínima aquela oferecida a nível médio, na modalidade normal.

Relacionando este item e avaliação com o quadro que apresenta a caracterização dos profissionais da escola destaque ainda que pra além da exigência mínima os profissionais possuem graduação em Pedagogia e Especialização na área da educação.

Neste sentido, fica evidente que este requisito é respeitado pela escola, pois ainda, pra além da formação inicial o grupo destaca conhecimento de que os professores estão sempre buscando qualificação profissional.

Em se tratando da formação continuada, ao apontarem a cor amarela, o grupo chama a atenção para a não existência de um programa de formação continuada específico da escola, mas destaca a busca por qualificação de alguns profissionais.

Para Zabalza (1998, p 26), “(...) os professores da EI constituem um dos segmentos mais dinâmicos e melhor formados para o trabalho que desempenham”. E ainda afirma que “(...) a etapa infantil, representou uma espécie de oásis criativo e

de regeneração das práticas de ensino escolares”. Acredita-se que isso tenha sido consequência das transformações, avanços e reformas na oferta de ensino nesta modalidade nos últimos anos.

Mas pensando na perspectiva de a escola possuir um programa que contemple a formação continuada no âmbito escolar, isto ainda está longe de acontecer, pois observo a dificuldade da gestão na organização de um plano de ação para qualificação dos seus profissionais dentro do espaço em que atuam. Paro (2015) defende que a escola deve ser objeto de gestão, ou seja, espaço onde aconteça, necessária e paralelamente, ação administrativa e pedagógica. E aponta que:

Para bem realizar-se, a atividade administrativa não pode ignorar a natureza de seu objeto, incluindo a possibilidade de recursos e a forma em que estes se apresentam, o local ou instituição em que a ação se realiza e os objetivos que deve perseguir. No caso da gestão escolar, objeto a que ela se aplica é a escola, lugar privilegiado da ação do diretor (PARO, 2015).

Neste sentido defendo que a ação do gestor escolar, também, seja a de observação e reflexão sobre as necessidades do âmbito institucional e, a partir daí, organizar momento de formação continuada abordando temáticas relacionadas tanto do administrativo quanto do pedagógico caracterizando assim o espaço escolar como fonte de multiplicação de saberes.

Quanto ao indicador condições de trabalho adequadas, o grupo aponta uma avaliação negativa deste item, porque entende que mesmo a escola obedecendo à legislação atual no que se refere ao número de alunos atendidos por profissionais em sala de aula, conforme o Parecer CNE/CEB nº 22/98, de 17 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998b), onde apresenta a definição de turmas de 08 crianças de 0 a 2 anos, a cada educador, turmas de crianças de 3 anos devem limitar-se a 15 por adulto e turmas de 4 a 6 anos até 20 crianças por educador, os profissionais ainda não são remunerados conforme é indicado no Plano Nacional de Educação no que se refere ao piso salarial do magistério.

Observei que quanto ao item prevenção a problemas de saúde dos profissionais não foi ressaltado em nenhum momento, visto que, possivelmente os componentes do grupo desconhecem iniciativas neste caráter. Enfatizo esse ponto de análise no sentido de que para Zabalza (1998) este também é um aspecto de relevância em qualquer etapa educativa, e também um desafio para o sistema

educacional no que se refere a qualidade. O autor defende que há a necessidade de se pensar na qualidade de vida dos professores no sentido da diminuição da pressão psicológica, na disponibilidade e a dotação dos espaços e quanto à carreira docente.

Ao analisar a avaliação do grupo quanto a dimensão cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social, os indicadores apontavam para questões a cerca do respeito e acolhimento entre família e escola, a garantia do direito das famílias em acompanhar as vivências e produções das crianças e quanto a participação da instituição na rede de proteção dos direitos da criança.

O grupo foi enfático ao destacar que se sentem bem acolhidos pela escola, e que o respeito é recíproco entre instituição e as famílias, pois a mesma está sempre aberta ao diálogo, mantendo uma boa relação com os responsáveis.

O RCNEI (BRASIL, 1998a) aponta que o ingresso das crianças nas instituições pode criar ansiedade tanto para elas como para os pais. Neste sentido indica a entrevista com as famílias como um momento importante de conhecimento das famílias, da criança, bem como da professora que estará diretamente vinculada ao trabalho educativo.

Provavelmente esse item tenha uma avaliação positiva do grupo, pois é uma prática efetiva na escola desse momento de conversa inicial com as famílias para esclarecimento de dúvidas. Também se destaca essa preocupação com o bem estar das crianças através da prática de manter os pais informados sobre o dia a dia de seus filhos.

Outro ponto muito destacado foi sobre os diferentes momentos em que a escola organiza espaços de apresentações, exposições de trabalhos e reuniões onde há a possibilidade das famílias acompanharem as produções das crianças.

Já, em relação às questões inerentes ao atendimento aos alunos com necessidades especiais, o grupo aponta que a escola precisa ter uma atenção maior em relação a este aspecto, pois entendem que os professores possuem formação para atendê-los, mas os mesmos acabam não tendo a atenção necessária, pois não possui uma sala de Atendimento Educacional Especializado, nem mesmo são encaminhados às escolas que as possui.

O Decreto Presidencial nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios para a ampliação do atendimento educacional

especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. Considera-se Atendimento Educacional Especializado conforme descrito no art. 2º, em seu parágrafo 1º, (BRASIL, 2011) “(...) o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma a complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”.

No que diz respeito ao atendimento educacional especializado na escola, espera-se que haja uma maior atenção, pois os alunos matriculados na EI também possuem o direito efetivo de passarem por avaliações e laudos para que se possa precocemente realizar os devidos encaminhamentos para que passem a usufruir daquilo que lhes é de direito constitucional.

Encerro a análise dos sete indicadores após a avaliação dos grupos com a certeza de que a ação permitiu gerar dados concretos para que a instituição possa se enxergar em seus aspectos positivos e negativos. E, a partir destes, traçar novos objetivos para o trabalho de forma coerente e com responsabilidade visando a qualificação dos processos educativos de uma instituição que atende crianças na faixa etária da EI e das relações existentes com as famílias.

## 6 AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Nessa parte do relatório crítico reflexivo abordarei algumas estratégias de avaliação que foram utilizadas para acompanhar o desenvolvimento dos seis encontros de formação e da aplicação da avaliação institucional que integraram o plano de ações.

A avaliação deste plano de ação se deu a partir de um portfólio que foi sendo construído com todas as tarefas que foram desenvolvidas ao final de cada encontro e fotos das atividades desenvolvidas.

Segundo Hernández (2000), o Portfólio é continente de diferentes classes de documentos (notas pessoais, experiências dos encontros, trabalhos pontuais, anotações, conexões com outros temas ou situações, representações visuais, dentre outros) que proporciona uma reflexão crítica do conhecimento construído, das estratégias utilizadas, e da disposição de quem o elabora em continuar aprendendo. Nesse sentido, o portfólio favorece a sistematização da produção do/a autor/a de forma a evidenciar conhecimentos, capacidades, disposições e desempenhos específicos alcançados durante um determinado período de tempo.

Em suma, o portfólio é um diário de aprendizagem onde registramos uma seleção de amostras do nosso trabalho, nossas dúvidas e nossas conquistas, favorecendo com que o autor estabeleça uma estreita relação com a trajetória do seu desenvolvimento profissional.

Para a escrita desse relatório, utilizei a análise do material produzido nos portfólios, pois pra além de observar o que cada um dos participantes pode absorver dos encontros, seus registros revelaram suas maneiras particulares de registrar as aprendizagens.

Por esse motivo a utilização do portfólio, pois esse é um importante instrumento que reflete a trajetória do que foi aprendido, construído e compartilhado, também possibilita aos que o utilizam uma compreensão maior do que foi ensinado (VIEIRA, 2002).

O Plano de Ação que desenvolvi entre os meses de abril e agosto de 2016 trazia objetivos a serem alcançados no âmbito de cada uma das ações e foram formulados a partir da análise dos resultados da investigação das categorias que foram gerados no estudo diagnóstico como base para a execução do planejamento das ações na EMEI Casa da Criança.

Para verificar se os objetivos estavam sendo alcançados passei a considerar os detalhes dos apontamentos dos participantes nos encontros no sentido de identificar e apontar a qualidade das ações desenvolvidas levando seus apontamentos para a análise das ações a qual foram desenvolvidas.

Outro instrumento utilizado foi uma ficha de avaliação entregue aos presentes na segunda ação deste plano, a autoavaliação da EMEI Casa da Criança, onde deveriam registrar a avaliação pessoal deste momento em que a escola estaria passando e descrever como foi sua participação na ação.

Para os presentes na realização desta ação foi um momento importante e produtivo no sentido da interação com outros pais e profissionais, de conhecimento das ações da escola, das suas necessidades e do envolvimento dos distintos segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões e na avaliação do que já existe.

Evidencia-se isso nos seguintes relatos que apresentarei a seguir a qual não foram solicitadas a identificação do avaliador.

**Tabela 23 – Avaliação dos participantes na autoavaliação da escola**

Questionamento	Elementos subsidiários das respostas
<p>Deixe aqui sua avaliação deste momento de auto-avaliação da escola e descreva como foi para você participar desta ação.</p>	<p>“Muito produtivo. Para mim foi importante esse momento para ampliar a relação educador-pais. É importante essa reflexão para ver o momento atual da escola em relação a todos os âmbitos que envolve uma escola de Educação Infantil”.</p> <p>“Gostei muito de participar. É importante para que possamos saber o que nossos filhos fazem na escola e o que a mesma pensa junto com os pais em melhorar para melhor atender nossas crianças. Esses momentos juntos com os educadores nos fortalecem para termos mais certeza que nosso filho está bem assistido”.</p> <p>“Deve-se salutar que a participação nesta avaliação é fundamental para monitorar o desempenho da instituição, bem como da comunidade escolar (administradores, professores, instrutores, monitores, pais e alunos) na busca pela melhoria do processo educativo, bem como o ambiente de convívio. A atuação e participação dos pais tanto em processos avaliativos, quanto em reuniões, encontros ou eventos escolares é fundamental para buscar alternativas visando o desenvolvimento da educação das crianças nos processos pedagógicos. Ainda, promove o envolvimento da comunidade escolar com relação às tomadas de decisões e avaliações da instituição. Satisfeito!”.</p> <p>“As dinâmicas de grupo são sempre muito boas porque da vezes e há questões que geralmente não percebemos quando temos um olhar único. É muito importante esse momento de criação ou atualização do plano pedagógico ouvir todas as</p>

	<p>partes que constitui a escola”.</p> <p>“Achei muito importante, é o primeiro que participo e está sendo bem proveitoso, deveria ter mais vezes, tudo para uma melhoria da escola”.</p> <p>“Bem produtivo. Chamou a atenção para vários pontos importantes na interação dos pais com as atividades da escola, salientando a importância do diálogo dos pais com os professores e principalmente dos pais com os filhos em relação as atividades e as interações com as pessoas envolvidas neste ambiente”.</p> <p>“O momento de auto avaliação da escola foi muito produtivo, pois percebemos o quanto a escola é importante para a formação de vida de nossos filhos. E esse momento de conversa com outros pais também se torna significativo para o melhor convívio com a escola. Sou grata de poder participar de um ambiente escolar tão preocupado com cada detalhe da vida de nossos filhos”.</p> <p>“É importante termos, como pais, uma interação com os profissionais que também cuidam e educam nossos filhos. Saber das ações da escola, em vários sentidos, permite que tenhamos uma maior tranquilidade ao saber como nossos filhos estão sendo tratados e qual o grau de comprometimento desses profissionais. Também ter a oportunidade de colocar dúvidas que por vezes não lembramos no momento das reuniões, por exemplo, faz com que conheçamos melhor a escola e possamos enxergar o que podemos fazer, enquanto pais, para auxiliar”.</p>
--	---

Fonte: dados obtidos no processo interventivo.

Ao analisar a avaliação dos sujeitos que se envolveram no ato de avaliar a instituição escolar na qual atuam ou possuem filhos matriculados pude perceber que reconhecem a importância de avaliar, conhecer e interagir com as decisões nas ações da escola. Esse caráter participativo que a avaliação institucional possui me leva a perceber que a “(...) avaliação interna é necessária para acompanhar e redirecionar, quando necessário, as ações, pois através dela há melhores condições de contribuir para a melhoria da qualidade dos processos de desenvolvimento” (MELCHIOR, 2004, p. 70).

No meu ponto de vista, em se tratando de uma ação inovadora que se realizou na Educação Infantil posso avaliar que foram momentos de inúmeras aprendizagens, momentos de romper com o que está posto como regra e momentos de traçar objetivos sobre o que exatamente buscamos enquanto qualidade para o trabalho na nossa escola.



Esses momentos de pensar juntos, discutir pontos de vistas, discordar e aceitar opiniões fortaleceram o grupo no sentido da certeza que nossos anseios ainda são os mesmos, nossas expectativas ainda são as melhores e que acreditamos, acima de tudo na construção coletiva e participativa de uma escola que ofereça, a todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, a qualidade educacional desejada para as crianças de zero a cinco anos.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao ingressar no curso de Mestrado Profissional em Educação do PPGEdu da UNIPAMPA, no ano de 2014, a partir de um processo seletivo que envolveu várias etapas para chegar a aprovação, senti que esse seria um grande passo na perspectiva da qualificação pessoal e profissional com a possibilidade de contribuir com a educação.

Inicialmente minha temática de investigação era a formação continuada dos professores que atuam em escolas de organização multisseriada nas escolas de Educação do Campo. Porém, mesmo tendo investido esforços durante os primeiros nove meses do ingresso no curso nesta temática, foi necessário, devido à mudança de orientador, também mudar a temática da pesquisa.

Neste momento fui desafiada pela minha atual orientadora a pensar sobre um novo tema que me encheu de curiosidade e proporcionou novo ânimo. A partir da minha experiência de atuação profissional e, após alguns encontros de orientação, acabei definindo que a pesquisa seria realizada na EMEI Casa da Criança, escola na qual atuo desde 2014 e optando por me envolver em estudos sobre a avaliação institucional nesta modalidade de ensino.

Este era um tema novo e que me desafiou em novas leituras, desafios e esforço de conseguir dar conta de tamanha informação em um espaço de tempo que agora ainda era menor.

A partir deste momento que a realização da pesquisa intitulada Avaliação Institucional na Educação Infantil passou a fazer todo sentido na minha trajetória de formação acadêmica, pois percebi que mesmo integrando o quadro de professores da EMEI não havia pensado na possibilidade da realização de uma ação de extrema relevância para o processo educativo e institucional desta escola.

Durante o processo de construção, deste projeto de intervenção, foram vários os momentos em que me senti desafiada a buscar novas leituras, realizar novas análises e reflexões no âmbito dos espaços de estudos e discussão das concepções da EI, da avaliação e das abordagens desta temática de maneira a produzir conhecimento.

Nessa perspectiva busquei, inicialmente, organizar a partir de uma abordagem metodológica para coletas de dados o estudo diagnóstico que subsidiou

a proposta do projeto de intervenção, que é uma característica própria do Mestrado Profissional.

Esse aspecto do Curso de Mestrado ser Profissional, a qual ainda não tinha uma ideia clara do que o diferenciava do Mestrado Acadêmico levou-me a perceber a importância da realização da pesquisa no âmbito do meu espaço de atuação profissional, na perspectiva de auxiliar na identificação de limites e de possibilidades de qualificar nosso espaço de ação educativa.

A partir do resultado do diagnóstico percebi que a comunidade escolar era favorável quanto à realização da avaliação institucional na EMEI Casa da Criança. Foi a partir destes dados que passei ao planejamento das ações que iriam contemplar o plano das ações na perspectiva de contribuir com a efetivação da avaliação institucional como instrumento e possibilidade de avanços no planejamento das ações pedagógicas, da gestão e da participação.

Considero como aspecto positivo desta ação a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, pois tanto pais e profissionais da escola aderiram a proposta me possibilitando acreditar que cheguei ao final deste estudo com um resultado significativo no que diz respeito à mesma, a própria avaliação dos sujeitos em relação à prática pedagógica da escola e, com dados concretos, apontados pelos grupos daquilo que precisa ser qualificado.

Mas, mesmo tendo alcançado os objetivos no que tange a participação, cabe ressaltar que mesmo o grupo de profissionais da escola ter se posicionado favorável a execução da avaliação, destaco como um aspecto negativo que a mesma não contou com a participação de todo o quadro de professores e funcionários. Das trinta e três pessoas que se fizeram presentes na autoavaliação (Anexo 5), apenas seis eram profissionais da escola, os demais eram os pais que contribuíram positivamente com sua participação e manifestações.

Pensar a avaliação institucional que se efetivou com o trabalho coletivo me faz acreditar que a participação é um fator importante na ação educativa. A qualidade dos processos se dá quando pudemos enxergar no outro a possibilidade colaborativa para avançar.

Sendo assim, aponto que o trabalho desenvolvido no âmbito da EI apresenta um caráter inovador por não ser uma prática em nenhuma escola da rede municipal de ensino de Jaguarão e é relevante, pois apresenta subsídios para a organização das escolas na realização desta ação envolvendo a participação de todos. E espero

que o mesmo venha a subsidiar as demais escolas de EI do município na prática da avaliação institucional e na sistematização dos resultados destas para que continuemos avançando na perspectiva da qualificação da EI no município.

Deixo como sugestão, visto a relevância da ação, a continuidade do uso da avaliação institucional e que esta passe a ser contemplada no calendário escolar da EMEI Casa da Criança.

Também sugiro, no que se refere às ações, que possam ser desenvolvidas e qualificadas no âmbito escolar, que seus resultados possam, efetivamente, auxiliar e serem contemplados na elaboração da proposta pedagógica e regimento da escola.

E, que aquilo que fuja ao alcance da ação da escola, e que diz respeito a investimentos e dependa da ação externa, que o resultado da avaliação seja alcançado à SMED para que esta possa investir na qualificação dos indicadores que requerem atenção prioritária.

Quanto à realização deste estudo posso afirmar que não foi fácil, mas foi gratificante, pois o investimento em leituras que diziam respeito a esta temática me possibilitaram apreender conhecimento sobre o assunto que passou a ser considerado por mim como uma temática de suma importância no âmbito da organização das instituições.

Também posso afirmar que minha passagem pelo PPGEdu, Mestrado Profissional, desta Universidade Federal que foi a instituição na qual conclui minha graduação, me permitiu refletir sobre minha própria prática educativa, pois saio convicta de que pra além da minha qualificação profissional, pude contribuir com a efetivação de um trabalho participativo e democrático, com o grupo de profissionais da escola na qual atuo e com os processos organizacionais da instituição.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. **Educação infantil**: creches: atividades para crianças de zero a seis. São Paulo, Moderna, 1999.

ALBUQUERQUE, F.M; GALIAZZI, M. C. A. formação do professor em Rodas de Formação. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 92, n. 231, p. 386-398, maio/ago. 2011.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Flaksman, D. Editora Guanabara Koogan, 1981.

BARROSO, J. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola. In: **Coleção Cadernos de Organização e Gestão Curricular**. Editora: Instituto de Inovação Educacional, 1995. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/cultura\\_part\\_esc.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/cultura_part_esc.pdf)>. Acesso em 08 ago. 2016.

BELLONI, I. SERAFINI, O. **Avaliação do ensino de graduação** – Teste de metodologia. Brasília: Universitária, 1988. (Coleção Série UnB).

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso: em: 12 de jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 8. 069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em 18 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei n.º 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dezembro de 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEB, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Parecer Nº: CEB 022/98**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 1998b. <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer\\_ceb\\_22.98.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf)> . Acesso em: 25 out. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Vol. 1, Brasília, 2006a. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf)> . Acesso em: 25 out. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Vol. 2, Brasília, 2006b. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf)> . Acesso em: 25 out. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para as Instituições de Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEB, 2006c.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2009a. Disponível em: <[www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id5293.htm](http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id5293.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2016

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da qualidade na educação infantil**. Brasília, MEC/SEB, 2009b. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic\\_qualit\\_educ\\_infantil.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Monitoramento do uso dos indicadores da qualidade em EI**. Brasília, MEC/SEB, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13119-relatorio-versao-internet-final-pdf-pdf&category\\_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13119-relatorio-versao-internet-final-pdf-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192) >. Acesso em: 05 jun. 2015

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11)>. Acesso em: 10 abr. 2016

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. **Trabalhando com Projetos: Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BELMONTE, L. T. **El perfil del profesor mediador**. Madrid: Santillana, 2003.

DAMIANI, F. M.. **Sobre pesquisas do tipo intervenção**. UNICAMP, Campinas, 2012.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reforma da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, D & ALMEIDAJR, V. P. (orgs). **Avaliação participativa**: perspectivas e desafios. Brasília, INEP, 2005.

DIDONET, V. Creche: a que veio... para onde vai... **Revista Em Aberto**, Brasília, v.18, nº 73, p. 11-27, julho de 2001.

FERNANDES, M. E. A. Avaliar a escola é preciso: Mas... que avaliação? In: VIEIRA. S. L. **Gestão da Escola desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura visual**: Mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Infantil 2000**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-infantil>>. Acesso em: 20 abr. 2016

\_\_\_\_\_. **Censo Escolar 2015**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicacenso>>. Acesso em: 20 abr. 2016

JAGUARÃO. **Lei nº 5.663 de 28 de Dezembro de 2012**. Organiza o Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências..Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0ByEcvdsD3PZ4anAwc05yYjB6QTg/view>> . Acesso em: 19 jan. 2016

JAGUARÃO. **Lei nº. 6041 de 06 de outubro de 2014.** Autoriza A Instituição das Orientações Curriculares Municipais Para a Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.camarajaguarao.rs.gov.br/camara/proposicao/Lei-ordinaria/2014/3/0/939>> . Acesso em: 19 jan. 2016

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.151, de junho de 2015.** – Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jaguarao.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Aprova-o-Plano-Municipal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-PME.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2015

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, nº 96, outubro de 2006. Disponível em: <[www.ceedes.unicamp.br](http://www.ceedes.unicamp.br)>. Acesso em: 20 nov. 2015

KUHLMANN JR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Ed. Mediações, 1998.

\_\_\_\_\_. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, L.M., VEIGA, C.G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEAL, A. E. M.; SOUZA, C. E. Z. **Construindo o conhecimento pela Pesquisa: Orientação básica para elaboração de trabalhos científicos**. Santa Maria: Vicente Pallotti, 2006.

MARCILIO, M. L.. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. FREITAS, M. C. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MELCHIOR, M. C. **Avaliação institucional da escola básica**. Porto Alegre: Premier, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.



OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características, **Revista Travessias**, 2009.

PARO, V. H. **Diretor Escolar: Diretor ou Gerente?** São Paulo, Cortez, 2015.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988

REGO, T. C. **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

RIGO, R. M. **Mediação pedagógica em ambientes virtuais de aprendizagem**. In: X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <xanpedsul.faed.udesc.br/arq\_pdf/2000-0.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015

SACRISTÁN, J.G. **O aluno como intervenção**. Porto alegre: Artmed, 2005.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano 1, nº 1, julho de 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

SILVEIRA, D. T., CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: SILVEIRA, D. T. e GERHARDT, T. E. (orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

SZYMANSKI, Heloisa; CURY, Vera Engler. **A pesquisa intervenção em psicologia da educação e clínica: pesquisa e prática psicológica**. Estudos de Psicologia, v. 9, n. 2, p.355-364, 2004.

VIEIRA, M.O. V.. Portfólio: Uma proposta de avaliação como reconstrução do processo de aprendizagem. **Revista: Psicologia Escolar e Educacional**, v.6., n.2, p 149-153, Minas Gerais, 2002.

WARSCHAUER, C. **A roda e o registro**: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. **Rodas em rede**: oportunidades formativas na escola e fora dela. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

## ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**  
**Mestrado Profissional em Educação**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA OU**  
**RESPONSÁVEL LEGAL**

Nome:

.....

Documento de Identidade No : ..... Sexo: .M  F

Data Nascimento: ...../...../.....

Endereço: ..... No: .....

Apto: .....

Bairro:..... Cidade: .....

Cep:.....Telefone: (.....) .....

### DADOS SOBRE A PESQUISA

#### 1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA

Avaliação Institucional na Educação Infantil: Avaliar o presente para qualificar e planejar o futuro<sup>4</sup>.

#### 2. Pesquisadores responsáveis:

Silvana Souza Peres de Oliveira e Ana Cristina da Silva Rodrigues

CARGO/FUNÇÃO: Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação e ProfaDra. da UNIPAMPA/ Campus de Jaguarão – Orientadora

Pesquisador executante: Silvana Souza Peres de Oliveira

#### 3. Avaliação do risco da pesquisa:

(X) RISCO MÍNIMO ( ) RISCO BAIXO

( ) RISCO MÉDIO ( ) RISCO MAIOR

Duração da pesquisa: A duração total deste projeto é de três meses (outubro a Dezembro de 2015)

#### 5. Justificativa e objetivos

O presente projeto se justifica na intenção de contribuir com a avaliação institucional da educação infantil para que se possa qualificar a atuação na sociedade e para planejar as ações futuras, tais como a prática pedagógica, o

<sup>4</sup>O título do projeto foi alterado para “*Avaliação Institucional na Educação Infantil*” conforme sugestão da banca de qualificação.

espaço físico, os saberes e os fazeres em educação infantil, o papel do gestor, bem como a gestão democrática e participativa de toda a comunidade escolar. O estudo objetiva propor uma avaliação institucional como possibilidade de avanços no planejamento das ações pedagógicas, da gestão e da participação na EMEI Casa da Criança.

## 6. Procedimentos

Procedimentos para seleção de sujeitos que participarão da pesquisa:

Os/as potenciais sujeitos a serem envolvidos na pesquisa estão estreitamente relacionados à Escola Municipal de Educação Infantil Casa da Criança em razão do vínculo profissional que mantêm com a escola.

## Procedimentos da intervenção

Em qualquer dos casos acima referidos, os representantes dos diferentes segmentos deverão manifestar sua concordância de participação no estudo, através de sua assinatura no presente documento.

## 7. Riscos e inconveniências

As tarefas a serem realizadas para a conclusão deste projeto podem suscitar algum grau de ansiedade nos participantes, decorrente de sua maior exposição frente ao coletivo que integra.

Gostaríamos ainda de deixá-lo ciente dos seguintes direitos que você terá:

- **Sigilo e privacidade:** As informações produzidas nas etapas de execução da pesquisa serão mantidas em lugar seguro, codificadas e a identificação só poderá ser realizada pelas pesquisadoras responsáveis, diretamente envolvidas com o projeto. Caso o material venha a ser utilizado para publicação científica ou atividades didáticas, não serão utilizados nomes que possam vir a identificá-lo.
- **Direito à informação:** Em qualquer momento do estudo você poderá obter mais informações com a Profa. Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues pelo telefone (53) 32614269, que estará apta a solucionar suas dúvidas. Você poderá solicitar informações de qualquer conhecimento significativo descoberto durante este projeto.
- **Despesas e compensações:** Não há despesas pessoais, ou seja, não será cobrado nada do participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira ou qualquer tipo de pagamento relacionado à sua participação.

- Direito a não participar ou interromper sua participação no estudo: Você tem liberdade para se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das etapas de execução, finalidades e implicações da pesquisa Avaliação Institucional na Educação Infantil: Avaliar o presente para qualificar e planejar o futuro.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente na minha participação e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

---

Declaramos que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do/a participante ou de seu representante legal para a participação neste estudo.

Jaguarão, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Assinatura da Pesquisadora  
Responsável  
ORIENTADORA

---

Assinatura de Pesquisadora  
Responsável  
MESTRANDA PPGEdu

## ANEXO B - MATRIZ ANALÍTICA I - ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Categorias	Questionamento	Elementos subsidiários das respostas	Indicadores analisados
<b>Avaliação Institucional</b>	<b>Qual tua opinião sobre avaliar a escola enquanto instituição?</b>	<p style="text-align: center;"><b>Pais</b></p> <p>“Acredito que toda a avaliação é sempre positiva, pois assim é possível diagnosticar aspectos positivos e negativos, bem como traçar um planejamento de atividades”.</p> <p>“Necessário para desacomodar os profissionais, motivação da parte da coordenação para evolução da mesma”.</p> <p>“Importante, pois a mesma atende as necessidades das crianças”.</p> <p>“Acho muito importante haver uma avaliação em todos os aspectos”.</p> <p>“Seria necessário”.</p> <p>“Eu adoro a Casa da Criança pela limpeza, o cuidado das professoras, pelo ensino, e o método de ensino das professoras. Sou muito agradecida pela escola”.</p>	<p>Avaliação institucional como instrumento importante para identificar potencialidades e traçar metas para qualificar os processos escolares.</p> <p>Avaliação institucional como desencadeadora de novas propostas, novos olhares para melhor atendimento do público escolar.</p> <p>Avaliação institucional como instrumento de busca por uma adequação de questões que ainda não estejam bem desenvolvidas e/ou definidas no que tange ao trabalho em escola de educação infantil.</p>
		<b>Funcionários</b>	
		<p>“é importante, ajuda a melhorar o atendimento”.</p> <p>“é importante e acho necessário”.</p> <p>“Eu acho interessante se for pra melhorar o andamento da escola. Desde que seja para ajudar e se for só por fazer não tem porque”</p> <p><b>Recreacionistas</b></p> <p>“É muito importante para que nos diversos segmentos surjam novas propostas ou apontem críticas construtivas.”</p> <p>“É de fundamental importância avaliar a escola como um todo, pois este é um lugar que requer qualidade e comprometimento em suas atividades a fim de oferecer um ensino de qualidade a cada indivíduo”.</p> <p>“Acredito ser de grande importância desde que essa avaliação seja feita pelas pessoas</p>	

		<p>certas e principalmente com o intuito de trazer melhorias para a escola avaliada.”</p> <p>“Acho positivo, pois assim tem-se a oportunidade de aprimorar o trabalho desenvolvido pela escola.”</p> <p>“Acredito ter importância realizar avaliações do trabalho desenvolvido”</p> <p><b>Professores</b></p> <p>“A instituição “ESCOLA” está necessitando de uma séria avaliação, avaliação em todos os sentidos e envolvendo todas as esferas, temos que pensar a escola como um coletivo de transmissão, aquisição e transformação de conhecimentos, troca desses entre as pessoas que atuam nesse processo, não basta sabermos o que fazer, se faz necessário envolvimento coletivo e foco no objetivo comum. Os meios utilizados para o sucesso desse processo devem estar claros, registrados e acessível para vistas pelo envolvimento a qualquer tempo, bem como cumpridos ou alterados se assim se fizer necessário”.</p> <p>“Acho importante avaliar a escola. É durante esse processo que podemos detectar qualidades e ou necessidades a serem aprimoradas”.</p> <p>“Como diria HOFFMAN avaliar é essencialmente questionar. É observar, é promover experiências... Acredito que teríamos que ter esse olhar mais questionador enquanto grupo de trabalho e instituição. Se não houver uma avaliação sobre prática pedagógica, trabalho em grupo, funcionamento do trabalho, enfim, o trabalho como um todo. Em que momento iremos refletir e problematizar o que não está tão bom? Por isso concluo com essa problematização.</p> <p>“Sou favorável, pois a escola desenvolve um papel social de fundamental importância e rever conceitos, práticas, avaliações e outros aspectos é de grande valia”.</p> <p>“Penso que seria de grande valia, não só para a escola como para os profissionais que nela trabalham, a fim de que possamos buscar melhorar e mudar o que é preciso na instituição”.</p>	
<p><b>Avaliação Institucional na EI como potencializadora da qualidade.</b></p>	<p><b>Porque seria necessário avaliar a instituição de Educação Infantil?</b></p>	<p><b>Pais</b></p> <p>“Porque assim seria possível aplicar o método mais adequado ao desenvolvimento e aprendizado das crianças, bem como potencializar a ação dos professores e recreacionistas envolvidos no processo de aprendizagem.”</p>	<p>Avaliação do trabalho pedagógico para adequação das atividades de acordo com a faixa etária infantil.</p> <p>Avaliação para aperfeiçoar o funcionamento da instituição na busca de qualificar o atendimento tanto das crianças, como das famílias.</p> <p>Utilizar os resultados da avaliação</p>

		<p>““Fiscalizar, tirar da zona de conforto, porque só avaliando que poderemos elogiar e motivar”.</p> <p>“Para melhorar ainda mais o ensino.”</p> <p>“Para sabermos quais os pontos positivos que a escola tem e também para detectar pontos negativos que poderiam ser melhorados, deixando a todos satisfeitos, tanto usuários, como colaboradores”.</p> <p>“Para melhor acompanhar o desenvolvimento da escola”.</p> <p>“Algumas crianças são deixadas pelos pais com menos de um ano de idade e os pais não ficariam tranquilos em deixar seus filhos em uma escola que fosse avaliada negativamente”.</p> <p><b>Funcionários</b></p> <p>“Para um melhor funcionamento”.</p> <p>“Para adequar, e atender melhor as crianças”.</p> <p>“Para fazer mudanças, para melhorar o funcionamento e atendimento.”</p> <p><b>Recreacionistas</b></p> <p>“Para reformulação em todos os âmbitos”</p> <p>“Porque Depois do âmbito familiar a educação infantil é a base do desenvolvimento motor e sensorial da crianças”</p> <p>Para ser possível reconhecer as deficiências de cada instituição e assim promover a melhoria e otimização do serviço prestado”.</p> <p>“Para apontar aspectos positivos e negativos e assim concluir o que deve ser melhorado”.</p> <p>“Na minha opinião as avaliações servem para a melhoria do atendimento, atendendo as necessidades da demanda”</p>	<p>para reformular propostas de trabalho pedagógico de gestão e de funcionamento.</p>
--	--	--	---



		<p><b>Professores</b></p> <p>“A EI é a base, está para além do cuidar, vivemos em uma sociedade na qual valores “familiares” são facilmente repassados para a escola e a sociedade, deixando de ser função desta e isso já se tornou tão comum que parece ser correto. Ao mesmo tempo, os profissionais que atuam nessa área se julgam capazes de oferecer esse tipo de valores tendo em vista a realidade familiar da qual este público faz parte e tomam para si essa tarefa, deixando de lado o foco de sua capacitação e formação. Assim sendo, os cursos formam profissionais com visão de construção pedagógica humanista, o que acaba deixando de lado o pedagógico e voltando a ser assistencial na hora da prática, em função do sistema falho no qual estas escolas estão inseridas e da disparidade das realidades existentes (formação x atuação).</p> <p>“porque é um espaço onde inicia a vida escolar da criança, ela precisa beneficiar os alunos de acordo com suas faixas etárias, necessidades, conhecimentos e anseios”.</p> <p>“Porque a Educação Infantil é a primeira etapa é a base da educação de um aluno. Na minha concepção teria que haver uma avaliação maior em termos de espaço físico, acessibilidade, formação de professores, avaliar PPP e o regimento da escola”.</p> <p>“Simplesmente porque é uma escola como qualquer outra e principalmente porque temos no nosso quadro de pessoal profissionais em estágio (sem experiência)”.</p> <p>“Porque somos uma instituição escolar, trabalhamos com pessoas, com crianças que estão em pleno desenvolvimento social, cognitivo, físico, enfim. Devemos estar em constante avaliação para irmos atrás de melhorias e transformações necessárias”.</p>	
<p><b>Indicadores para a avaliação institucional na EI</b></p>	<p><b>O que achas necessário ser avaliado?</b></p>	<p><b>Pais</b></p>	<p>Na perspectiva de qualificar os processos educacionais da instituição seriam possíveis indicadores para avaliação</p>

		<p>“Creio que devem ser avaliados aspectos como a atividade lúdica e o desenvolvimento das brincadeiras, a capacidade das crianças se expressarem e se relacionarem com os coleguinhas e professores e também deve ser avaliada a própria avaliação utilizada na escola.”</p> <p>“O professor, a escola, os métodos, o ambiente, como é aplicada cada técnica, em fim, tudo. Avaliar não é criticar, sem finalidade, apenas para competir é para que ambos cresçam para um bem maior, a instituição e a criança. Para termos certeza daquilo que nossos filhos estão inseridos ou quase isso.”</p> <p>“Todas as atividades realizadas na escola.”</p> <p>“As condições físicas do ambiente das salas de aula, horário das aulas, o tipo de merenda oferecida, o trabalho das pedagogas, o trabalho das demais pessoas envolvidas na escola”.</p> <p>“Formação dos professores, recursos pedagógicos, recursos materiais, bem como a alimentação”.</p> <p>“Os professores, a limpeza da escola, a alimentação, a parte elétrica, o saneamento, acredito que tudo teria que ser avaliado para a segurança das crianças, professores e funcionários”.</p> <p><b>Funcionários</b></p> <p>“As condições do espaço físico e condições de atendimento às crianças e os profissionais”.</p> <p>“O andamento da escola, o espaço, o trabalho do professor”.</p> <p>“O trabalho pedagógico e a parte pedagógica da escola”.</p> <p><b>Recreacionistas</b></p> <p>“Tudo o que se refere a educação infantil no modo global”.</p> <p>“Em primeiro lugar os educadores já que estes são os responsáveis pelo desenvolvimento de cada criança na escola, o material a ser oferecido à eles para que possam ser desenvolvidas atividades e espaço físico adequado”.</p> <p>“Tudo. Desde o público atendido na instituição, passando por toda a equipe de trabalho, estrutura física, regimentos e tudo mais que diga respeito ao andamento da escola”.</p>	<p>institucional questões inerentes a formação dos professores, espaço físico escolar, práticas e recursos pedagógicos, materiais disponíveis para o desenvolvimento do trabalho, financiamento da educação infantil, a alimentação escolar, documentação legal da escola, o grupo de trabalho, bem como a coletividade para o trabalho, recursos humanos suficientes para o atendimento qualificado, bem como o número de alunos por sala, a gestão e a participação e a relação do trabalho pedagógico considerando o cuidar e o educar.</p> <p>Todos esses indicadores levam a considerar a importância de se observar a legislação nacional vigente para a EI no processo de escolarização das crianças de 0 a 6 anos.</p>
--	--	---	--

		<p>“o coletivo”.</p> <p>“Desde o comportamento de todos os que estão inseridos no grupo escolar, até funções destinadas e orientações, prevalecendo a busca de uma educação com qualidade”.</p> <p><b>Professores</b></p> <p>“A estrutura na qual está alicerçado todas as etapas da educação, e principalmente a da EI, está falsa, desempenhar essa tarefa não é fácil e com a estrutura precária e falta de recursos humanos auxiliares, pior ainda. O desdobramento dos profissionais desta área no sentido de se sentirem incapazes de executar essa tarefa se dá pelo cansaço dos mesmos em ter que cumprir com tarefas que não é de sua responsabilidade, deixando de lado os conhecimentos pedagógicos que deveriam beneficiar aos que a esta esfera pertencem, atividades que visam o desenvolvimento do sujeito como um todo, em detrimento do assistencial.”</p> <p>“o número de alunos por sala, materiais disponibilizados, atividades e brincadeiras proporcionadas, a união do cuidar e do educar, espaço físico, etc.”</p> <p>Formação dos professores, espaço físico, acessibilidade, documentos como PPP e Regimento, recursos pedagógicos adequados à idade.”</p> <p>“Gestão, conceitos práticas, avaliação, participação, etc.”</p> <p>“A instituição escolar como um todo. Os professores, funcionários, alunos, ambiente físico (espaço), parte burocrática (PPP e Regimento) visando sempre a melhoria e a qualidade do atendimento prestado.</p>	
<b>Periodicidade da</b>	<b>De quanto em</b>	<b>Pais</b>	A periodicidade necessária para se ter subsídios necessários para que se possa

<p><b>avaliação institucional</b></p>	<p><b>quanto tempo seria necessário a escola passar pelo processo de avaliação?</b></p>	<p>“Imagino que num intervalo semestral é possível ter um bom panorama não só do desenvolvimento das crianças (que é muito rápido!), mas também da eficácia dos métodos aplicados.”</p> <p>“Anualmente.”</p> <p>“Duas vezes no ano.”</p> <p>“Deveria ter no mínimo uma avaliação semestral”.</p> <p>“Trimestral”.</p> <p>“De seis em seis meses. Os professores poderiam apresentar um novo plano de ensino em reunião com os pais e uma avaliação e manutenção do prédio em geral.”</p> <p><b>Funcionários</b></p> <p>“Duas vezes no ano, de seis em seis meses. No início e no fim do ano”.</p> <p>“Uma vez por ano”.</p> <p>“uma vez por ano acho que é suficiente”.</p> <p><b>Recreacionistas</b></p> <p>“De 6 em 6 meses para ver se as modificações da avaliação anterior deram resultado”.</p> <p>“Semestral, sendo este o tempo ideal para que cada educador possa se adequar as exigências e explorá-las com competência e comprometimento”.</p> <p>“A avaliação deve ser uma constante na escola. Avaliações mensais feitas pela equipe de trabalho na escola, destacando os fatores positivos e os negativos para poderem ser melhoradas. E também avaliações mais espaçadas feitas por equipe de profissionais destinadas especificamente para isso”.</p> <p>“uma avaliação anual ou semestral”.</p> <p>“Eu acredito que avaliações diárias, com reuniões mensais, expondo pontos de vista, compartilhando e idealizando projetos com todo o grupo escolar (Educadores, pais, comunidade, SMED) priorizando o aluno.</p> <p><b>Professores</b></p> <p>“Acredito que a avaliação inicial das instituições deveria acontecer semestralmente, devido a urgência que há em superarmos estes obstáculos, porém acredito que o sucesso só terá início a partir do momento em que dispusermos de</p>	<p>traçar novas metas, novas ações, bem como justificar através dos indicadores de resultados oficiais as verdadeiras necessidades da instituição considerando as necessidades das famílias e das crianças. Por isso seria necessário realizar duas avaliações institucionais no ano para se observar se houveram avanços ou retrocessos, bem como planejar adequar o atendimento, o funcionamento, o trabalho pedagógico.</p> <p>Também destaca-se a avaliação semestral para lutar pela autonomia da escola nas decisões na qual lhe diz respeito, neste caso nas situações de gerenciamento das ações na busca da qualificação, bem como na perspectiva de lutar pelos objetivos traçados no projeto pedagógico da escola.</p>
---------------------------------------	---	---	---

		<p>profissionais envolvidos, seja na parte interna como na externa do processo, não adianta a escola ter uma excelente proposta pedagógica, um excelente regimento interno, se não dispor de AUTONOMIA para colocar em prática o que acredita ser o correto para sua comunidade escolar”.</p> <p>“Olha do meu ponto de vista duas vezes por ano no mínimo”.</p> <p>“Conforme Ferreira, 2005, “Avaliar quer dizer analisar o processo”... Tendo como objetivo redimensionar o momento da proposta educacional, servindo como instrumento educativo fundamental no desenvolvimento humano. Avaliação é processo contínuo e acredito que deveria haver anualmente , onde pudesse ter sugestões de melhoria, capacitações, uma auto avaliação do profissional, entre outros”.</p> <p>“Acredito que para um bom desenvolvimento seria necessário uma auto avaliação a cada final de ano. Digo auto avaliação porque esta visão precisa vir de dentro para fora, para que os envolvidos se apropriem da causa e “abraçe” as possíveis transformações”.</p> <p>Acredito que a avaliação é um processo contínuo que acontece no nosso dia a dia. Sabemos que é difícil, mas sugestões, ideias, diálogos, reuniões e outros são fatores importantes e que só tendem a enriquecer a avaliação da instituição”.</p>	
--	--	--	--

## ANEXO C - TÉCNICA UTILIZADA NA 2ª RODA DE FORMAÇÃO

### ABRIGO SUBTERRÂNEO

Imaginem que nossa cidade está sob ameaça de um bombardeio. Aproxima-se um homem e lhes solicita uma decisão imediata. Existe um abrigo subterrâneo que só pode acomodar seis pessoas. Mas 12 pretendem entrar.

**Abaixo, há uma relação das 12 pessoas interessadas a entrar no abrigo. Quais são as 6 pessoas que vocês escolheriam e digam o porque:**

- Um violinista, com 40 anos, narcótico viciado.
- Um advogado, com 25 anos, HIV +.
- a mulher do advogado, com 24 anos, que acaba de sair do manicômio. Ambos preferem ou ficar juntos no abrigo, ou fora dele.
- Um sacerdote com 75 anos
- Uma prostituta, com 34 anos.
- Um ateu com 20 anos, autor de vários assassinatos.
- Uma universitária que fez voto de castidade
- Um físico, 28 anos, que só aceita entrar no abrigo se puder levar consigo uma arma.
- Um declamador fanático, com 21 anos.
- Uma menina de 12 anos, e baixo Q.I.
- Um homossexual, com 47 anos.
- Um excepcional, com 32 anos, que sofre de ataques epiléticos

## ANEXO D - IMAGENS DO ARQUIVO PESSOAL



**CONVITE**  
1º encontro de formação do Projeto de Intervenção  
Avaliação Institucional na Educação Infantil  
Mestrado Profissional em Educação - UNIPAMPA

**AVALIÇÃO INSTITUCIONAL**  
Conhecer para decidir

Mostranda: Silvana Souza Peres de Oliveira  
Dia: 02/06/2016  
16 horas  
EMEI Casa da Criança  
**Participe!**



**Avaliação Institucional**  
Dê sua opinião

Atenção Profissionais da Emei Casa da Criança


Dia 01/08/2016  
18 h  
Biblioteca Pública Municipal  
Venha participar deste importante momento de avaliação da nossa escola.  
Sua presença é muito importante para qualificar e planejar as ações futuras na nossa instituição.




**Obrigado pela sua presença!**

1ª Auto Avaliação da  
EMEI Casa da Criança  
01/08/2016

### Convites e Lembranças



### Os Portfólios





Encontros de Formação



Encontros de Formação





Auto Avaliação





Grupos: Avaliando as Dimensões





A Plenária



A Plenária



### A Plenária



### A Plenária



**A Plenária**



